

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

EDNA DE ALMEIDA

**A produção teórico-científica do Serviço Social sobre a questão agrária  
brasileira**

BRASÍLIA  
2022

EDNA DE ALMEIDA

(18/0119133)

**A produção teórico-científica do Serviço Social sobre a questão agrária  
brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias.

BRASÍLIA

2022

EDNA DE ALMEIDA

**A PRODUÇÃO TEÓRICO-CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A  
QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias  
Professor Orientador – SER/UnB

---

Prof. Me. Taciane Couto Gonçalves  
Examinadora externa – SER/UFMT

---

Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli  
Examinador – SER/UnB

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família e amigos. Especialmente, meus pais, Agenor José de Almeida e Eliana Edmunda de Almeida, pelo incentivo, força e apoio incondicional e a minha irmã, Érika de Almeida, por me ouvir em momentos difíceis.

Agradeço a Deus por toda a força que colocou no meu coração para concluir esta etapa de minha vida.

Agradeço a professora Michelly Ferreira pela orientação, dedicação e apoio durante todo o processo de construção desse Trabalho de Conclusão de Curso.

E agradeço esta universidade, aos docentes, bibliotecários, funcionários e colegas que estiveram presentes durante a minha formação.

*“Lutai altivo, corajoso e esperto  
Pois só verás o teu país liberto  
Se conseguires a reforma agrária.”*

(Patativa do Assaré)

## RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar a produção científica do Serviço Social sobre a questão agrária no âmbito dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social entre os anos de 1996 a 2021. O espaço temporal foi delimitado a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996, que incluem como um elemento de formação a questão agrária. Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter quanti-qualitativo, utilizando o método materialista histórico-dialético, como forma de contextualizar os fundamentos sócio-históricos da questão agrária brasileira; analisar a construção do projeto profissional e dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social; e examinar a produção científica produzida pelo Serviço Social sobre a questão agrária brasileira. A partir de levantamento na plataforma Sucupira foram identificados 36 Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. Identificou-se que foram produzidas 7.346 teses e dissertações pelos Programas de Pós-Graduação, destas 324 se relacionam com a questão agrária e 40 fizeram alguma conexão entre a questão agrária e o Serviço Social. As regiões Nordeste e Sudeste concentram o maior número de produções sobre o tema, 146 e 97 trabalhos, respectivamente. Os dados encontrados indicam que o debate sobre a questão agrária está presente na produção de conhecimentos do Serviço Social e se expressa em acordo com o Projeto Ético Político, mas precisa ser ampliada, especialmente no que diz respeito à atuação dos/das assistentes sociais nessa dimensão. A análise indicou que a construção assimétrica dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, a negligência do Estado em relação às políticas sociais para o campo, as relações precárias de trabalho dos/das assistentes sociais nas áreas rurais, impactam negativamente a produção teórica do Serviço Social sobre a questão agrária e sobre a atuação profissional nas zonas rurais.

Palavras-chave: Questão agrária; estado da arte; formação profissional.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Programas de Pós-Graduação stricto sensu na área de Serviço Social por região (1996-2021).....	70
Tabela 2 - Produção dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social por IES .....	71
Gráfico 1 - Produção dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu na área de Serviço Social sobre a questão agrária por região .....	71
Gráfico 2 - Produções dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social sobre a questão agrária por ano .....	76
Quadro 1 - Produções teórico-científicas que fazem conexões entre a questão agrária e o Serviço Social.....	82

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 – CONSOLIDAÇÃO E AGRAVAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL</b> .....	18
1.1 A questão agrária e a consolidação do capitalismo no Brasil .....	18
1.2 O Acirramento da questão agrária a partir da década de 1990 no Brasil .....	25
1.3 A Dinâmica das lutas sociais no campo e a importância do MST .....	35
<b>CAPÍTULO 2 – SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA</b> .....	40
2.1. Projeto Profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996 .....	40
2.2 Serviço Social e questão agrária: a importância do diálogo na formação profissional e na pesquisa .....	54
<b>CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO TEÓRICO-CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL</b> .....	65
3.1 Os programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na área Serviço Social e a produção científica sobre questão agrária no Serviço Social (1996 - 2021) .....	65
3.2 As principais tendências das produções científicas sobre a questão agrária no Serviço Social .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>ANEXOS</b> .....	100
Anexo A – Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social .....	100
Anexo B – Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) .....	102
Anexo C - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) .....	103
Anexo D - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) .....	104
Anexo E - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) .....	105
Anexo F - Produções do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV) .....	107
Anexo G - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).....	109
Anexo H - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) .....	110
Anexo I - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB) .....	111
Anexo J - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC RS).....	112
Anexo K - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).....	113
Anexo L - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).....	114
Anexo M - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Sergipe (UFS).....	115
Anexo N - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) .....	116
Anexo O - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) .....	117



Anexo P - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) .....	118
Anexo Q - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) .....	119
Anexo R - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) .....	120
Anexo S - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Pará (UFMT).....	121
Anexo T - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Pará (UFMA) .....	122
Anexo U - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Alagoas (UFAL) .....	123
Anexo V - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) .....	124
Anexo W - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Pará (UNIOESTE) .....	125
Anexo X - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Juiz de Fora (UFJF).....	126
Anexo Y - Produções do Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).....	127
Anexo Z - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) .....	128
Anexo AA - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).....	129
Anexo BB - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) .....	130
Anexo CC - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) .....	131
Anexo DD - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) .....	132
Anexo EE - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) .....	133
Anexo FF - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).....	134
Anexo GG - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIAS) .....	135
Anexo HH - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).....	136
Anexo II - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI).....	137
Anexo JJ - Produções do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM) .....	138

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão do curso em Serviço Social aborda a produção teórico-científica do Serviço Social sobre a questão agrária brasileira. A questão agrária no Brasil é um elemento estrutural de nossa complexa formação sócio-histórica, sendo uma particularidade da questão social no Brasil, que imprimiu características particulares na consolidação do capitalismo no país, na formação da burguesia industrial, alinhado em seu surgimento com as oligarquias rurais, e na dinâmica da luta de classes (DUARTE, 2015).

A interface agrária é um elemento fundamental do projeto capitalista brasileiro. O Brasil experimentou um processo de transição “não clássica” para o capitalismo, ou seja, um processo que não seguiu as formas de transição ocorridas nas revoluções inglesa ou francesa (MARTINS, 1999), mantendo determinadas dinâmicas sociais oriundas da economia colonial, como a trabalho escravo/semiescravo na agricultura, a profunda concentração de terra e renda, a estrutura societária tradicional e patriarcal, o domínio político e econômico de instâncias do capital agrário na política nacional e uma burguesia débil, reacionária e submissa aos interesses dos países de capitalismo central, que mantém a exclusão das classes subalternas das instâncias de poder (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

A questão agrária é uma categoria histórica que, na atualidade, designa uma área do conhecimento científico que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer, de forma genérica ou em casos específicos, a natureza dos problemas das sociedades relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra (STÉDILE, 2012).

Já a reforma agrária diz respeito a um conjunto de medidas e ações voltadas para distribuição justa de terras, a fim de efetivar sua função social garantida constitucionalmente e alterar, assim, os regimes de uso e propriedade. Para tanto, a distribuição de terras e a criação de assentamento deve ser acompanhada impreterivelmente do fortalecimento e ampliação de outras políticas públicas, tais como: crédito rural, assistência social, segurança alimentar e nutricional, educação do campo, previdência rural etc.

A expansão das relações capitalista de produção no campo tem acirrado a questão agrária, sobretudo a partir da década de 1990, momento marcado pelo avanço das políticas neoliberais na condução do Estado, o vínculo entre o capital financeiro especulativo e o empresariado rural, com vistas ao controle estratégico de

terras e recursos naturais, e pelas crises estruturais do capital, que agravaram ainda mais a estrutura fundiária brasileira. Diversos estudos demonstram uma acomodação da estrutura fundiária concentrada aos interesses do grande capital no Brasil e o abandono por parte do Estado das políticas de reforma agrária, que passou a implementar apenas respostas pontuais às exacerbações da questão agrária, por meio de políticas compensatórias e políticas sociais de cunho assistencialista, que não acarretam mudanças substantivas na estrutura fundiária brasileira (SANT'ANNA, 2019).

Ao mesmo tempo, a máquina estatal vem garantindo ao longo dos anos, por meio de uma série de instrumentos, com destaque para a concessão de crédito e os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e conexas, a ampliação e modernização da produção capitalista no campo e a manutenção da alta concentração de terras (PALMEIRA, 1989).

A partir do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a virada à direita da política brasileira, a política de reforma agrária sofreu um forte retrocesso, com o desmantelamento e sucateamento dos principais órgãos responsáveis por sua execução e a extinção de diversos programas e projetos voltados para a agricultura familiar. A eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, político conservador de extrema-direita, em 2018, fragilizou ainda mais as políticas públicas para o campo através da edição de diversas medidas legislativas que vão na contramão da reforma agrária e que fortalecem as relações econômicas do agronegócio.

A retração na política de reforma agrária foi acompanhada por um aumento crescente da violência no campo, legitimada pela gestão do atual presidente Jair Bolsonaro, que apoia ações de perseguição aos movimentos sociais do campo e políticas anti-ambientalistas.

Diante do atual modelo de desenvolvimento agrário diversas manifestações da questão social são engendradas no campo que demandam a atenção do Serviço Social. Os/as assistentes sociais, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, podem atuar com refrações questão agrária, tanto de forma direta, ao compor equipes interdisciplinares que atuam na política agrária e de reforma agrária e ao prestar assessoria a cooperativas e movimentos sociais do campo, por exemplo, como indiretamente, ao se considerar as refrações da questão agrária em diversas políticas sociais, como a política de segurança alimentar e nutricional.

A questão agrária é reconhecida como elemento de formação acadêmica e atuação profissional dos/das assistentes sociais pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996, que expressa a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional (ABEPSS, 1996). No entanto, ainda que haja demandas profissionais e o reconhecimento da questão agrária como necessária a formação, o Serviço Social se faz timidamente presente nas discussões sobre tema e possui uma limitada produção sobre a sua atuação na realidade rural, como indicam as autoras Lusa (2012), Sant'Ana (2012) e Delgado (2010) em seus trabalhos.

A prática profissional dos/das assistentes sociais é fundamentada na relação dinâmica entre teoria e prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção. Ao mesmo tempo, a produção de conhecimento pelo Serviço Social mobiliza a reconstrução crítica da própria natureza profissional. De forma que, a pesquisa para o Serviço Social é um elemento constitutivo e constituinte da prática profissional (BOURGUIGNON, 2007). A produção de conhecimento pela categoria fundamenta-se, hegemonicamente, em um referencial teórico e metodológico marxista que entende a sociedade como uma totalidade. O resultado de suas produções fornece elementos para a transformação da realidade social por meio da formulação de projetos de intervenção coerentes com suas competências e a realidade social na qual estão inseridos, em consonância ao seu Projeto Ético-Político, que tem como núcleo a liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como, a defesa radical da democracia e da cidadania.

A aproximação da categoria profissional da teoria social crítica marxista e a construção do seu atual Projeto Ético Político são frutos de um processo histórico de mudança no interior da profissão tanto a nível de Brasil como de América Latina, como se registrou, respectivamente, no Processo de Renovação e no Movimento de Reconceituação do Serviço Social, buscando romper com o conservadorismo profissional e aproximar o Serviço Social da luta da classe trabalhadora, firmando com elas um compromisso na defesa dos seus interesses e na defesa das políticas sociais e dos direitos sociais. Para tanto, a profissão buscou construir novas bases de legitimação, incentivando a produção teórico-científica pelo corpo profissional. Com isso, a partir da década de 1980, a pesquisa no Serviço Social ganha corpo e maior

relevância com a criação e ampliação dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social e com o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1984, do Serviço Social como uma área de conhecimento das ciências sociais aplicadas.

Contudo, observa-se que a categoria não incorpora na mesma medida as lutas e os interesses dos/das trabalhadores/as camponeses/as em sua atuação profissional e em sua produção teórica. A produção de conhecimento dos/das assistentes sociais têm dado pouco destaque a refrações da questão social nas áreas rurais e as políticas sociais destinadas a esses espaços (DELGADO, 2010).

Durante a graduação em Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB), senti falta de espaços de discussão sobre a questão agrária, as políticas sociais destinadas às áreas rurais e a atuação dos/das assistentes sociais nas refrações da questão social na área rural nas disciplinas obrigatórias ofertadas pelo Departamento de Serviço Social.

A atração por essas temáticas deriva de interesse pessoal, por ser filha de agricultores familiares e ter morado quase toda minha vida em um povoado, Sítio do Tomás, na cidade de Uauá - Bahia, que é economicamente sustentado pelo manejo da caprinocultura e a ovinocultura em áreas de uso comum denominadas de Fundo e Fecho de Pasto<sup>1</sup>. Assim, busquei produções do Serviço Social sobre o exercício profissional na realidade rural, em que a maioria apontava que a profissão tem dificuldades em se apropriar do debate sobre a questão agrária brasileira, apresentando uma limitada produção sobre o assunto. Desta forma, esse trabalho tem como questionamento central tratar sobre qual é a produção teórica do Serviço Social sobre a questão agrária brasileira.

---

<sup>1</sup>O Fundo de Pasto e Fecho de pasto são uma experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano. As comunidades que adotam Fundo e Fecho de pasto também podem ser encontradas em alguns estados do Nordeste, como o Piauí e Pernambuco, e no Centro Oeste, mas na Bahia, as comunidades de Fundo e Fecho de pasto se estabeleceram enquanto cultura e sua autodefinição de identidade é reconhecida por lei estadual (Lei 12.910/2013). Sua certificação é garantida pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, que possibilita a reivindicação ao Estado da concessão de direito real de uso das áreas coletivas.

O Fundo de Pasto é caracterizado pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais. As comunidades são regulamentadas internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio). A compreensão de sua dinâmica e mapeamento são de grande relevância para entender a questão agrária baiana.

Para tanto, foi estabelecido como objetivo geral analisar a produção científica do Serviço Social sobre a questão agrária no âmbito dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social entre os anos de 1996 a 2021. Já como objetivos específicos foram: contextualizar os fundamentos sócio-históricos da questão agrária brasileira; analisar a construção do projeto profissional e dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social; examinar a produção científica produzida pelo Serviço Social sobre a questão agrária no Brasil.

Entende-se que a construção do estado da arte sobre a questão agrária no Serviço Social através do mapeamento das teses e dissertações sobre o assunto, apontando os focos, pressupostos, paradigmas e contradições que cercam o debate agrário realizado pelos/as assistentes sociais, tende a dar maior visibilidade à produção sobre o tema no Serviço Social e oportunizar a ampliação das pesquisas na área. Definiu-se por utilizar como referência teses de Doutorado e dissertações de Mestrado por estas se constituírem em materiais com maior densidade teórica e descrição em torno das temáticas e seus resultados contribuirão tanto para ampliar o conhecimento em áreas específicas quanto por serem um contributo essencial para o desenvolvimento de novos trabalhos. Além disso, os resultados das investigações desenvolvidas tornam-se subsídios importantes para o aperfeiçoamento das técnicas e metodologias de atuação utilizadas pelos/as assistentes sociais em suas intervenções.

Se estabeleceu o espaço temporal compreendido entre os anos de 1996 e 2021, pois considera-se que este período apresenta mudanças significativas em nossa sociedade, com o fortalecimento das políticas neoliberais e do agronegócio, que refletiram no acirramento da questão agrária e a intensificação da luta dos movimentos sociais do campo, e no Serviço Social, com o estabelecimento das novas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social em 1996.

Em relação à metodologia, o método adotado foi o materialismo histórico-dialético. A utilização do referencial de base marxista se justifica por sua tradição no Serviço Social e pelo reconhecimento de sua relevância para os estudos da questão agrária, visto que sua proposição parte da apreensão da sociedade enquanto uma totalidade concreta, dotada de historicidade e contradições.

A pesquisa realizada teve caráter quanti-qualitativo, visto que essa metodologia permitiu a complementaridade de aspectos quantitativos para compreensão das

tendências qualitativamente presentes nos dados. O tipo de pesquisa adotado foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica está organizada a partir da análise das seguintes categorias chave: a formação sócio-histórica da questão agrária brasileira, a formação profissional do Serviço Social no Brasil e a produção de conhecimento na área de Serviço Social.

Esse trabalho tem como principais referenciais teóricos: a dissertação de Laurinete Rodrigues da Silva, “A relação Serviço Social e questão agrária na contemporaneidade: Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão”, defendida em 2010, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que foca na relação entre o Serviço Social e a questão agrária no estado do Maranhão.

A produção teórica de Raquel Santos Sant’Ana sobre a relação entre a formação profissional dos/das assistentes sociais e a questão agrária, com destaque para o seu livro “Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social”, publicado em 2012, que investiga a desumanização das relações de trabalho na produção canavieira e seu vínculo com o Serviço Social, mediado pela política de assistência social, e a dificuldade da profissão em apreender a questão agrária como uma particularidade da questão social e como um desafio proposto na construção de seu Projeto Ético-Político.

E o trabalho de Jussara Ayres Bourguignon, “A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social”, que reflete sobre a história da produção de conhecimento no Serviço Social e as especificidades das pesquisas realizadas pelos/as assistentes sociais.

O caminho metodológico empreendido para a pesquisa documental partiu do levantamento na plataforma Sucupira, sistema de coleta de informações, análises e avaliações utilizadas como base padronizadora do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileira, de quais Instituições de Ensino Superior (IES) possuem Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social. Segundo os dados da plataforma, a área de conhecimento de Serviço social conta com 36 Programas. A relação de todos os Programas pode ser consultada no Anexo A.

Logo em seguida, buscou-se, por meio da sondagem dos sites oficiais dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social e dos repositórios institucionais de cada IES identificar a quantidade de dissertações de

teses produzidas pelos Programas, entre os anos de 1996 e 2021, e, por meio da leitura dos resumos e das palavras chaves, identificar quais desta tratavam sobre a questão agrária, indicando o seu percentual em comparação ao total de trabalhos realizados pelo Programa, e identificar os principais temas e pressupostos teóricos debatidos nessas produções.

A relação das produções encontradas em cada Programa pode ser consultada na seção de Anexos. Em seguida, foram identificados entre as produções que debatem a questão agrária, quais desta fazem alguma conexão com o Serviço Social. Por fim, realizou-se um levantamento da quantidade de trabalhos produzidos sobre a questão agrária por ano, entre 1996 e 2021.

Ao realizar o levantamento das produções foram encontradas algumas limitações. Os repositórios institucionais de algumas IES se encontravam desatualizados, de forma que nas páginas dos Programas de Pós-Graduação foi possível encontrar listas com as informações sobre as dissertações e teses defendidas no Programa, constando o título, palavras-chave, nome do discente, nome do orientador e data da defesa, o que tornava possível a identificação se a produção se relacionava com a questão agrária, mas não foi possível ter acesso ao material completo nos repositórios da IES, o que foi o caso na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em outros casos, não foi possível encontrar trabalhos mais antigos nos repositórios, que foi o caso na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RIO), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), impossibilitando a análise de alguns resumos.

O presente trabalho está dividido em três capítulos: 1) Os fundamentos sócio-históricos da questão agrária no Brasil; 2) Serviço Social e questão agrária; 3) A produção teórico-científica do Serviço Social acerca da questão agrária no Brasil.

O primeiro capítulo debate o processo de consolidação e agravamento da questão agrária no Brasil, com destaque para as mudanças ocorridas a partir da década de 1990, que levaram ao acirramento da questão agrária na contemporaneidade, e as respostas a essas mudanças por meio da luta organizada dos movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O segundo capítulo foca na formação acadêmica e profissional em Serviço Social e na importância da apropriação do debate da questão agrária pela categoria.



Apresenta a história de formação do Serviço Social no Brasil, focando na construção das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996 e do Projeto Ético-Político da profissão.

O terceiro e último capítulo debate a produção teórico-científica do Serviço Social acerca da questão agrária. Discorre sobre a formação da Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social no Brasil e a constituição do Serviço Social enquanto área de conhecimento. Por fim, apresenta o resultado do levantamento realizado sobre a produção teórico-científica do Serviço Social sobre a questão agrária realizadas pelos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social, entre os anos de 1996 a 2021, analisando as principais tendências teóricas dessas produções.

## **CAPÍTULO 1 – CONSOLIDAÇÃO E AGRAVAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

O presente capítulo apresenta o processo de consolidação e agravamento da questão agrária no Brasil. Para desenvolvê-lo, dividimos a exposição teórica em três momentos: 1) A questão agrária e a consolidação do capitalismo no Brasil; 2) Acirramento da questão agrária a partir da década de 1990 no Brasil; 3) Dinâmica das lutas sociais no campo e a importância do MST.

No primeiro tópico, discutiremos a concepção sobre a categoria questão agrária que, de maneira geral, norteia os estudos realizados no campo do Serviço Social brasileiro, e analisaremos o processo de consolidação da questão agrária no Brasil. No segundo tópico, apresentaremos as mudanças ocorridas a partir da década de 1990 no Brasil, com a ascensão do neoliberalismo e do agronegócio, que levaram ao acirramento da questão agrária, expondo, ao fim, o atual cenário de conflitos no campo.

Por fim, no terceiro tópico apresentaremos a importância das lutas sociais no campo, com destaque especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentando seu processo de formação, seu modelo de organização e a importância política que o movimento representa na luta pela reforma agrária e em favor de mudanças sociais no país.

### **1.1 A questão agrária e a consolidação do capitalismo no Brasil**

A questão agrária é uma categoria histórica que, na atualidade, designa uma área do conhecimento científico que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer, de forma genérica ou em casos específicos, a natureza dos problemas das sociedades relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra (STÉDILE, 2012).

Desta maneira, ao se estudar a questão agrária de uma determinada sociedade, em determinado tempo histórico, analisa-se como aquela sociedade organiza a sua produção de bens agrícolas, a posse de seu território e a propriedade da terra, chegando-se aos possíveis “problemas agrários” que surgem como resultado das contradições criadas pela sua forma de organização.

Cada sociedade tem uma forma específica de usar a natureza, de organizar a produção dos bens agrícolas. E o seu uso vai determinar que produtos são cultivados, para atender a que necessidades sociais e que destino se dá a eles. A posse da terra refere-se a quais pessoas e categorias sociais moram em cima daquele território e como vivem nele. E a propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza, podendo cercá-la e ter absoluto controle sobre ela, impedindo que outros a ela tenham acesso. Essa condição jurídica estabelecida por leis da ordem institucional de cada país é que transforma a terra numa mera mercadoria que se pode comprar e vender, e da qual se pode ser proprietário absoluto. (STEDILE, 2012, p. 643)

Vale salientar, contudo, que a questão agrária não se resume apenas ao estudo dos problemas agrários e a concentração da propriedade da terra, engloba o exame de todas as formas de organização socioeconômica do meio rural de um determinado país.

As primeiras elaborações teóricas sobre a questão agrária situam-se entre o século XVIII e o século XX. Os pensadores clássicos buscavam investigar o comportamento do capital na organização da produção agrícola e em relação à propriedade da terra, como os trabalhos de Karl Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura na Inglaterra, durante a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, no final do século XVI até meados do século XIX. Os trabalhos de Karl Kautsky acerca do comportamento do capitalismo na agricultura da Alemanha, abordando o final do século XIX e o início do século XX. E os de Lenin a respeito das características do capitalismo na agricultura da Rússia, na transição do século XIX ao século XX.

Ainda que os pensadores clássicos apresentem divergências, seus estudos confluem ao demonstrar que à medida que o modo de produção capitalista se desenvolveu, com sua lógica de acumulação, a propriedade da terra foi se concentrando, sendo apropriada por um pequeno grupo de capitalistas.

Com base no pensamento marxiano, a terra é classificada como uma "mercadoria especial", pois esta, como um bem da natureza, não é fruto do trabalho humano, portanto, não tem valor em si. No entanto, com o advento do capitalismo como modo de produção dominante foi introduzido o direito à propriedade privada da terra, fazendo com que esta passasse a ser sujeita ao movimento de acumulação de capital, que tende a concentrá-la. A terra é o meio de produção primordial na agricultura. Como um bem natural, é limitada e suscetível ao esgotamento, assim, a

forma de sua apropriação histórica é de importância fundamental, visto que a propriedade fundiária constitui o principal elemento que separa os/as trabalhadores/as dos meios de produção na agricultura (SILVA, 1980).

A questão agrária brasileira foi objeto de inúmeros estudos que abordaram diferentes períodos históricos. Segundo Prado Junior (2012) período colonial predominou como forma de organização na agricultura o sistema de *plantation*. A *plantation* é caracterizada pela monocultura de produtos tropicais em grandes extensões de terra para o mercado externo utilizando para isso a força de trabalho escrava. Nesse momento, a Coroa Portuguesa detinha o monopólio da propriedade da terra e concedia seu uso e posse apenas a um pequeno grupo de latifundiários, o denominado regime de sesmarias.

No início do século XIX, a extinção das sesmarias, aliada à ausência de outra legislação de regulação da posse de terras, provocou uma rápida expansão da grilagem de terras<sup>2</sup>.

Nesse século, observa-se a decadência do sistema latifundiário-escravista. Sob forte pressão externa, especialmente da Inglaterra, o Brasil decretou, em 1850, a lei Eusébio de Queirós, que proibia definitivamente o tráfico negreiro, e, posteriormente, em 1888, a lei Áurea, que aboliu a escravidão no país. Em 1850, foi então promulgada uma nova legislação sobre a posse da terra, a lei nº 601, conhecida como lei de Terras, o instrumento jurídico que transformou a terra em propriedade privada no Brasil, de maneira que todos os cidadãos poderiam ter direito à propriedade de terras desde que tivessem dinheiro-capital para comprá-las do seu ocupante ou, se fossem terras públicas, do Estado. A lei tinha como objetivo restringir o acesso às terras e criar as bases para a organização de um mercado de trabalho livre em substituição ao sistema escravista (SILVA, 1980).

À medida que o capitalismo brasileiro evoluiu da fase mercantil para o capitalismo industrial ocorreu uma transformação na base produtiva do país, com fortes incentivos à industrialização e a modernização da agricultura. O processo de industrialização brasileira contou com importante participação dos grandes

---

<sup>2</sup> A prática de grilagem de terras denomina a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros, bem como de prédios. Também designa a venda de terras pertencentes ao poder público ou de propriedade particular mediante falsificação de documentos de propriedade da área. O agente de tal atividade é chamado grileiro. O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados colocando-os em uma caixa com grilos para conseguir a posse de determinada área de terra.

fazendeiros, que já na região canavieira do Nordeste e na região cafeeira do Sudeste havia se tornado empresários capitalistas, seu poder econômico exerceu forte influência na condução das políticas do país.

No período que se estende de 1933 a 1955, o centro das atividades econômicas começou vagarosamente a se deslocar do setor agrário-exportador para o setor industrial, que iria se consolidar paulatinamente e assumir o comando do processo de acumulação de capital no país. Durante essa fase, a industrialização se fez pela "substituição das importações", ou seja, um determinado produto que era comprado no exterior, passou a ter sua produção estimulada no país através de barreiras alfandegárias, que incluíam impostos elevados e a própria proibição da importação de determinados produtos (SILVA, 1980).

A questão agrária emerge e ganha evidência nesse período no discurso da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que defendiam que a estrutura agrária brasileira, ou seja, a forma como a terra estava distribuída, se encontrava extremamente concentrada e essa condição representava um limite ao processo de industrialização e desenvolvimento nacional.

O latifúndio apresentava baixos índices de produtividade, não respondendo à necessidade premente de se fornecer gêneros alimentícios aos centros urbanos em crescimento, somado a isso, o predomínio de relações de trabalho não assalariadas no campo fazia com que a população rural fosse incapaz de se constituir num mercado consumidor para os produtos industriais. Diante dessa problemática, a reforma agrária se apresentava como uma alternativa de estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas no campo e uma via de fortalecimento do mercado interno (DELGADO, 2010).

A reforma agrária seria um remédio para a crise agrária e para a crise agrícola pela qual passava o país. Ainda que estejam internamente relacionadas e muitas vezes ocorrendo simultaneamente, a questão agrícola e a questão agrária são categorias distintas.

A questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a

produção; qualidade de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a progressividade das pessoas ocupadas no campo etc. (SILVA, 1980, p. 5)

De acordo com Silva (1980), como a produção agrícola não crescia em ritmo adequado para fornecer às indústrias nascentes matérias-primas e alimento para a população nos centros urbanos, podendo inviabilizar, assim, a continuidade do processo de industrialização, configurava-se, assim, uma crise agrícola. Por outro lado, o processo de industrialização ao favorecer a concentração de terras, o êxodo rural, uma urbanização exagerada e deficiente produziu uma crise agrária.

Frente a esse impasse, em março de 1964, o então presidente João Goulart anunciou o plano de realizar uma reforma agrária clássica no Brasil, que combinaria distribuição de terras com um projeto de desenvolvimento da indústria nacional, o fortalecimento do mercado interno e a distribuição de renda. No entanto, a ameaça de reformas estruturais e a paranoia construída em torno de uma ameaça comunista levaram a burguesia nacional a apoiar outro caminho, coadunando com o golpe militar de 1964 e a instituição de uma ditadura que duraria 21 anos. Os interesses da burguesia brasileira foram atendidos pela via do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura. Esta opção propiciou grandes avanços na solução da questão agrícola, mas serviu para agravar a questão agrária (SILVA, 1980).

A ditadura civil-militar de 1964 a 1985 assegurou que a propriedade privada da terra permanecesse como um dos fundamentos da acumulação e do modelo capitalista de desenvolvimento no Brasil (MARTINS, 1999). Graças a políticas de créditos e incentivos fiscais promovidos pelo Estado, o grande capital tornou-se proprietário de terras, aumentando sua presença no campo, tanto na produção agropecuária propriamente dita, como no controle do processamento dos produtos agrícolas e na venda dos insumos adquiridos pelos agricultores. A estrutura agrária e o modelo agrícola existente no Brasil até os dias atuais consolidaram-se durante o capitalismo monopolista.

As décadas de sessenta e sessenta correspondem à fase de implementação da industrialização pesada no Brasil e da industrialização da agricultura. A agricultura se conectou ao circuito global da economia, não apenas como exportadora de matérias primas para as atividades industriais. À medida que a agricultura foi se especializando, esta passou a demandar grandes quantidades de insumos químicos e máquinas produzidas pelo próprio setor industrial. O processo de alteração da base

técnica da agricultura, associada à sua articulação com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura e com a indústria processadora de produtos naturais, levou à formação do que se conhece hoje como “complexo agroindustrial” (PALMEIRA, 1989).

A política agrícola<sup>3</sup> da ditadura civil-militar tinha como referencial a “Revolução verde”, termo que denomina um conjunto de pacotes tecnológicos – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, etc – conjugado ao difusionismo tecnológico e a uma base ideológica de valorização do progresso, que iniciou após a Segunda Guerra Mundial e visava aumentar a produtividade agrícola a fim de solucionar a fome no mundo, visto que, naquela época, esta era considerada um problema de produção (PEREIRA, 2012).

Contudo, o que se observou foi um processo conhecido na literatura como “modernização dolorosa” onde o desenvolvimento das forças produtivas do capital na agricultura foi acompanhado do aumento da desigualdade social e da concentração da propriedade de terras, com uma piora na qualidade de vida da população rural e a exclusão de milhões de trabalhadores/as rurais, em particular aqueles que detinham formas precárias de acesso à terra, como os posseiros, parceiros e pequenos arrendatários que, tendo em vista a falta de alternativas para as novas gerações no campo, foram expulsos para a cidade ou tiveram de migrar para as fronteiras agrícolas (SILVA, 1982). Ao fim, observou-se a expansão de grandes propriedades especialmente na região Centro-Sul, em especial em Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, os estados que apresentam maior grau de modernização na agricultura.

Segundo Palmeira (1989), o Estado irá garantir, por meio de uma série de instrumentos, a modernização da produção e a ampliação do mercado de maquinário e insumos agrícolas, mantendo a estrutura agrária brasileira altamente concentrada. A concessão de crédito e os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e conexas foi o principal instrumento utilizado pelo Estado na condução da política agrícola, especialmente nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Outro instrumento de grande relevância foi a política de terras públicas, pela qual o Estado operou uma transferência maciça do patrimônio fundiário da nação para

---

<sup>3</sup> Conjunto de medidas que orientam as atividades agropecuárias, conforme os interesses da economia rural, prestando assistência ao produtor e amparo à propriedade de terra.

particulares, sobretudo na Amazônia legal, respaldados nos dispositivos legais que inibem a propriedade pública de imóveis rurais em caráter permanente Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/1964. Segundo o autor, dos 126.581.645 hectares adquiridos e incorporados pela União e pelo INCRA entre 1970 e 1985, 31.829.966 foram transferidos, em caráter definitivo, sob a forma de propriedades rurais, para particulares, utilizando do mecanismo de licitação (os leilões de terras), o que beneficiou especialmente os grandes fazendeiros e grupos econômicos nacionais e estrangeiros interessados na terra como reserva de valor.

Por fim, outro instrumento utilizado pelo Estado foi a construção de grandes obras públicas que, mesmo não estando necessariamente vinculadas à agricultura, resultaram em mudanças importantes para o setor, pois atraíram para o campo capitais de grandes grupos econômicos, tanto nacionais como internacionais, que passaram a mobilizar capitais em terras, contando não apenas com a utilização da terra como meio de produção, mas fundamentalmente como reserva de valor e meio de acesso ao crédito rural e aos incentivos fiscais, ou, simplesmente, como especulação imobiliária (PALMEIRA, 1989).

Como forma de diluir possíveis conflitos sociais no campo e evitar reações dos camponeses às mudanças implementada, a ditadura civil-militar elaborou o Estatuto da Terra, que tinha o objetivo de regular os direitos e deveres que envolvem os imóveis rurais, realizar a reforma agrária e regular a política agrícola no Brasil.

O Estatuto da Terra direcionou os investimentos do Estado para o campo da colonização. O processo de colonização não é sinônimo de reforma agrária, é feito, em regra, em terras públicas, diferente do que propõe a reforma agrária, que tem por premissa a função social da terra, devendo implicar em redistribuição e não na distribuição de terras, como foi promovido no período, especialmente na região da Amazônia Legal.

O que se observa é que a questão agrária vem sendo agravada pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo, resultando em um cenário em que o aumento da produção agropecuária tem causado impactos negativos sobre o nível de renda e qualidade de vida da população rural. Ao sair do século XX e entrar no século XXI, a questão agrária ganhou novas configurações, marcada pelas influências do capitalismo globalizado, pelas empresas agrícolas transnacionais e pelo capital financeiro, acirrando ainda mais os problemas relacionados ao campo.



## 1.2 O Acirramento da questão agrária a partir da década de 1990 no Brasil

A década de 1990 no Brasil foi marcada pelo avanço das políticas neoliberais, por um acelerado processo de privatizações, de redução do papel social do Estado e de desregulamentação, que resultou em desaceleração econômica e em alta exponencial do desemprego. O decênio inaugurou uma nova fase na questão agrária brasileira marcada pelo vínculo entre o capital financeiro especulativo e o empresariado rural, com vistas ao controle estratégico de terras e recursos naturais, e por crises estruturais do capital, que agravam ainda mais a estrutura fundiária no Brasil.

Em função da crise econômica na década de 1980, conhecida como a década perdida, pois o Brasil e alguns outros países latino-americanos passaram nesse período por uma forte recessão econômica com retração da produção industrial, redução do Produto Interno Bruto (PIB), aumento da inflação e alta volatilidade no mercado, que resultaram no aumento da desigualdade social; nos anos 1990, ocorre um aumento de investimento no agronegócio, tanto de capitais privados como públicos, em vista a necessidade premente de geração de saldos comerciais positivos. O aumento de produção ocorreu no sentido de uma especialização na produção de gêneros agrícolas com preços crescentes no mercado internacional (*commodities*), tais como a soja, cuja área destinada à sua produção se ampliou de 8.774.023 em 1980 para 11.487.303 em 1990 (PALMEIRA, 1989).

A participação das *commodities* agrícolas nas exportações brasileiras continuou subindo e encontra-se em ascensão, desta forma, o país tem caminhado para a “primarização” de sua economia. É importante notar, no entanto, que as lavouras voltadas mais diretamente à produção de alimentos para o mercado interno, tais como milho, arroz, feijão e trigo, pouco se ampliaram ao longo dos anos. O agronegócio não visa produzir alimento para a população brasileira, seu interesse é produzir *commodities* agrícolas com uso intensivo de insumos químicos para exportação.

O plantio de alimentos propriamente dito vem quase que totalmente das pequenas propriedades rurais, onde famílias de pequenos agricultores produzem diversos gêneros alimentícios para consumo da população. Em grande parte dos casos, indiferente a sua importância para a sociedade, a pequena produção é cada vez mais desassistida e excluída de políticas governamentais.

Diversos estudos demonstram uma acomodação da estrutura fundiária aos interesses do grande capital no Brasil, capaz de crescer economicamente sem realizar reformas estruturais, mantendo e fortalecendo estruturas pré-capitalistas e agravando a questão agrária, ao passo que o Estado abandona paulatinamente as políticas de reforma agrária.

Reforma Agrária diz respeito a um conjunto de políticas públicas que são capazes de desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social, o que passa por uma política de redistribuição da propriedade fundiária em favor das pequenas e médias propriedades, uma política fiscal mais rígida com os grandes latifúndios, uma política de incentivos e subsídios, com a concessão de crédito de longo prazo a taxas factíveis, e políticas de seguridade social compatíveis com as necessidades específicas da população camponesa.

Uma política de reforma agrária nesses moldes nunca foi implementada no Brasil, o que se viu foram respostas pontuais as exacerbações da questão agrária por meio de políticas compensatórias e políticas sociais de cunho assistencialista, que abarcam grandes parcelas da população rural, mas que não propõe nenhuma mudança na estrutura fundiária brasileira e não permitem grandes melhorias nas condições de vida dos pequenos produtores familiares e assentados. A lógica que tem predominado é suprir com uma renda às famílias e viabilizar a possibilidade destas terem acesso a créditos até que elas tenham condições de se integrar à estrutura produtiva capitalista e ao mercado.

As pressões por uma política de reforma agrária na história recente ressurgiram juntamente com o processo de redemocratização brasileira. A Constituição Federal de 1988 foi um marco nesse processo ao reconhecer, em seu artigo 5º, a função social da propriedade, criando, assim, a possibilidade de mudanças na estrutura agrária do país como uma via de promoção da justiça social no campo.

Sob o novo regime democrático, o governo de José Sarney (1985-1990) lançou em 1986 o I Plano Nacional de Reforma Agrária, seus autores, no entanto, foram os mesmos idealizadores do Estatuto da Terra do período ditatorial. Mesmo com metas modestas de assentar 1000 famílias, o plano se mostrou um fracasso, ao final do seu mandato foi executado apenas 1% da meta proposta. O motivo para tal fracasso, segundo Oliveira (2007), foi a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR),

entidade de representação patronal, célebre por ações violentas em conflitos agrários, que atua desde os anos 1960 no combate às propostas reformistas sob o argumento de que uma reforma agrária desorganizaria a produção e, sobretudo, que seria uma intervenção na liberdade de iniciativa.

A realidade vivenciada no início da década de 1990 não era nem um pouco entusiasta para a reforma agrária. O governo de Fernando Collor (1990-1992), promoveu uma total paralisia na política, realizando apenas 8 desapropriações durante seu mandato. Nesse momento se tornou ainda mais evidente as consequências da “Revolução verde”, que deu direcionamento à modernização implantada no campo, e a intenção do Estado em transformar a função social da propriedade em letra-morta.

Era preciso pressionar o governo para que a reforma agrária acontecesse, o que levou a um crescimento no número de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), principal movimento camponês de luta em favor da reforma agrária, que será melhor abordado no tópico seguinte. Em resposta, o governo Collor buscou criminalizar as ocupações e perseguir os movimentos sociais como uma forma de impedir a luta pela terra.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994, foi fortemente pressionado a dar uma resposta a questão agrária, especialmente devido a repercussão internacional relativa ao aumento de mortes por conflito agrário, como as chacinas de Corumbiara (RO), na qual morreram 12 trabalhadores/as rurais sem-terra, e de Eldorado dos Carajás (PA), com a morte de 21 trabalhadores/as rurais sem-terra.

No primeiro mandato (1995-1998), o governo buscou reduzir os conflitos agrários e as pressões realizadas pelos movimentos sociais por meio da criação de assentamentos, sendo considerado o segundo período que mais assentou famílias na história da reforma agrária recente no Brasil, ficando atrás apenas do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). A partir da diferenciação conceitual entre agricultura familiar e agricultura patronal, proposta pelo governo FHC, foram elaboradas as primeiras políticas específicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Projeto Lumiar de Assistência Técnica e a implementação do Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária (PROCERA). O PROCERA é considerado o principal programa de reforma agrária do governo FHC, buscava por

meio de recursos subsidiados financiar o processo produtivo dos assentamentos. Em 1998, em um retrocesso, o PROCERA foi incorporado ao PRONAF, equivocadamente igualando agricultura familiar e assentado como iguais. Esse período também foi marcado pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável por lidar com os problemas do campo (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

O segundo mandato FHC (1999-2002), no entanto, foi marcado pela redução do número de assentamentos e o fortalecimento da agricultura patronal, um período conhecido como “reforma agrária de mercado”, inspirada e realizada nos moldes e incentivos do Banco Mundial, que adotava características neoliberais.

O governo inseriu políticas relacionadas à especialização produtiva dos pequenos agricultores, incluindo os assentamentos de reforma agrária, que passaram a ser vistos apenas como lócus produtivo, desconsiderando toda a sua dimensão social, procurando incorporá-los à competitividade com a agricultura patronal e internacional.

Entre as políticas formuladas destacam-se o Programa Cédula da Terra, que visava destinar crédito para a associação de produtores assentados; o Programa de Acesso Direto à Terra, que criava um mecanismo de solicitação direta de terras entre assentado e governo; o Banco da Terra, que possibilitava financiar imóveis rurais; e o programa Novo Mundo Rural, que buscava, por meio da inserção dos assentados aos mercados, gerar o que se denominava de desenvolvimento rural. Desta maneira, a reforma agrária foi transformada em um “grande negócio” de compra e venda de terras que, na prática, beneficiava imensamente os grandes proprietários (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

O governo FHC, assim como Collor, também investiu na perseguição dos movimentos sociais do campo como forma de reduzir o número de ocupações e a pressão sobre o governo. Um marco de sua gestão e para a questão agrária no Brasil foi a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000, conhecida como a “lei anti-invasão”, que tinha como finalidade reduzir o número de ocupações de terra que vinham ocorrendo na década de 1990. A MP criou o conceito de “criminalização” das ocupações/invasões realizadas pelos movimentos sociais e foi determinante para reduzi-las (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

Embora a gestão FHC seja conhecida como a que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, de acordo com Fernandes (2003), o governo FHC nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante seus mandatos, 90% dos

assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra, além disso, as famílias inseridas nas terras não contaram com infraestrutura básica adequada para sua manutenção nem a assistência técnica e crédito agrícola para o escoamento de sua produção.

Outro problema, apontado pelo autor, diz respeito às informações oficiais sobre a criação dos assentamentos. Especialmente durante o segundo mandato FHC observa-se um fenômeno de “clonagem” dos dados feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em que os assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais eram registrados como assentamentos criados pelo mandato FHC como uma forma de garantir as metas estabelecidas pelo governo. Essa tática criou uma confusão nos dados oficiais tornando impossível saber com certeza quantos assentamentos foram implantados de fato no período.

As ocupações reduziram no início do século XXI e voltaram a aumentar a partir de 2003, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O governo Lula era uma promessa para a reforma agrária, seu primeiro mandato (2003-2006) foi o que mais assentou famílias e apresentou o maior número de projetos na área. Em 2003, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) com o objetivo de assentar 400 mil novas famílias, regularizar a posse de terras de 500 mil famílias e atender 130 mil famílias por meio de crédito fundiário, no entanto, ao final do programa, em 2007, os resultados alcançados foram inferiores aos planejados (CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020).

O governo Lula foi extremamente contraditório, caracterizou-se pela pretensão em harmonizar ações para a agricultura familiar e ações para a agricultura patronal, porém, com um apoio mais expressivo ao agronegócio, visto que este era uma de suas bases de apoio. Nessa linha, em 2003, foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) com objetivo de financiar o acesso à terra, a estrutura e o desenvolvimento das unidades produtivas, o que favoreceu principalmente os grandes produtores. A ação principal do governo Lula, diferente do que era esperado, foi a de regularizar áreas de ocupação. O ato de regularizar áreas já ocupadas não interferiu em nada na estrutura fundiária, e, portanto, não pode ser considerada como uma política de “reforma” agrária.

O segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011), assim como o de FHC, também foi marcado por uma acentuada queda no número de famílias assentadas e enfraquecimento dos movimentos sociais, que passaram a

criticar as ações do governo. Ao final, a gestão Lula se mostrou uma decepção para a reforma agrária.

O governo Dilma (2011-2016) não promoveu mudanças significativas na política de reforma agrária, foi um período de enfraquecimento na formação de assentamentos e redistribuição de terras. O número de famílias assentadas, a partir de 2011, se manteve nos menores patamares desde 1995. O MST perdeu forças e as ocupações se reduziram devido à falta de perspectiva quanto às desapropriações. Em 2016, com o cenário de impeachment próximo, o qual contou com apoio incondicional dos setores ligados ao agronegócio, a então presidente assinou 21 decretos de desapropriação (CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020).

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ao focarem em uma política assistencialista de combate à pobreza, reduziram o escopo da política de reforma agrária a uma política social, descaracterizando seu real significado de política de desenvolvimento destinada a mudar a configuração da estrutura fundiária no Brasil (SANT'ANA, 2019).

Com o golpe de 2016, os órgãos responsáveis pelas políticas de reforma agrária começaram a ser fortemente atacados e os programas de fomento à agricultura familiar construídos até aquele momento começaram a ser desmantelados. A gestão do ex-presidente Michel Temer (2016-2018) registrou os menores números de assentamentos dos últimos 24 anos, pouco mais de 10 mil famílias, praticamente extinguindo a política de reforma agrária, promovendo ações apenas paliativas para evitar confrontos (CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020).

Entre as ações que marcaram a questão agrária durante o governo Temer destaca-se: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a titulação em definitivo dos assentamentos mais antigos, permitindo, assim, a venda legal dessas terras, o que pode gerar um aumento significativo das aquisições de terras de assentados nos próximos anos, voltando a concentrá-las; e a lei nº 13.465, conhecida como Lei da Grilagem, que modificou os procedimentos de alienação de imóveis públicos buscando dar um título definitivo àqueles que ocupavam imóveis da União de maneira irregular, incluindo espaços da Amazônia legal, o que gerou um debate sobre a regularização da grilagem de terras no Brasil (LEITE; CASTRO; SAUER, 2018).

Outro ponto relevante do projeto do governo Temer para o campo brasileiro foi o favorecimento a estrangeirização do território nacional por meio da integração do

agronegócio com o capital financeiro-especulativo mundial, reafirmando, nesse movimento, a condição historicamente subordinada que o país ocupa no conjunto das relações internacionais (CUNHA, 2017).

Na atualidade, a perspectiva expansionista do capital somada às inúmeras crises estruturais do capitalismo refletiu em novas estratégias de acumulação, o que o geógrafo David Harvey (2014) denomina de “acumulação por espoliação”. O processo de incorporação de novos territórios é condição fundamental para o desenvolvimento do agronegócio, que através da acumulação por espoliação busca ampliar seu domínio territorial e expandir a fronteira agrícola, em um processo violento de apropriação e expropriação dos recursos naturais que imprime nos territórios inúmeros conflitos e degradação ambiental.

O fenômeno de estrangeirização de terras nacionais já vem sendo debatido na literatura especializada há alguns anos. Estudos de Sauer e Leite (2010) indicam que, especialmente a partir de 2008, como um efeito da crise estrutural capitalista, a demanda mundial por terras tem aumentado expressivamente. Os autores apontam que a transferência de terras agricultáveis saltou da ordem de 4 milhões de hectares por ano antes de 2008 para mais de 45 milhões de hectares entre outubro de 2008 e agosto de 2009, sendo que 75% destes se localizam na África e outros 3,6 milhões de hectares no Brasil e Argentina. No Brasil, os Investimentos Diretos Estrangeiros (IEDs) no setor primário passaram de 2,4 bilhões de dólares para 13,1 bilhões de dólares entre 2002 e 2008, representando uma alta de 445%. A apropriação privada de grandes territórios voltou a figurar como um dos grandes motes dos investimentos capitalistas, tornando a disputa territorial em um fenômeno global.

Como agravamento desta realidade, destaca-se que o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, com uma agenda política ultra neoliberal, conservadora e anti-ambientalista, sob a lógica de sucateamento e desmonte do aparelho estatal e das políticas sociais, de maneira que as ações governamentais fragilizaram ainda mais as políticas públicas para o campo. O governo atuou por meio de três linhas fundamentais:

- (1) A suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas;
- (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração

e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia. (ALENTEJANO, 2020 p. 381)

Dentre as ações realizadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, destaca-se o sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio de diversos atos normativos, cortes de orçamento e nomeação de pessoas com agendas anti-ambientalistas, colocando generais na direção do INCRA, assim como da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), levando, assim, a interrupções de processos desapropriatórios e de reconhecimento e demarcação de territórios quilombola e indígenas. O INCRA tem atuado apenas na segunda etapa da reforma agrária, na legalização de terras já desapropriadas e emissão de títulos definitivos de posse da terra. A autarquia se vê reduzida a um órgão de legitimação da grilagem, com a titulação e legalização de grandes posses irregulares em todo o país (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020).

Ao longo do seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro editou diversas medidas legislativas que vão na contramão da reforma agrária e que fortalecem as relações econômicas do agronegócio, ao mesmo tempo, procura diminuir a ação dos movimentos sociais, caracterizando a ocupação de terra como ato terrorista. As ocupações de terra, principal ação para pressionar os governos na criação de novos assentamentos de reforma agrária, se reduziram. Em 2019, foram realizadas apenas 43 ocupações (CATTELAN, MORAES, ROSSONI, 2020).

A reforma agrária sofreu a maior retração da história acompanhada por um aumento crescente de violência no campo. Segundo dados do relatório “Conflitos no Campo Brasil 2020”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2020, foram contabilizadas 1.576 ocorrências de conflitos por terra no país, 5% superior a 2019 e 57,6% a 2018. Esse é o maior número de conflitos no campo registrado desde 1985, quando a CPT começou a produzir o relatório. Os primeiros dois anos de governo de Jair Bolsonaro foram os de maiores registros de ocorrências de conflitos por terra na histórica recente. Em terceiro lugar está o ano de 2016, ano do golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência e instituiu Michel Temer.

O ano de 2020 trouxe alterações significativas nos registros dos conflitos agrários devido a imposição de diversas medidas de biossegurança, como o distanciamento social e o fechamento de vários serviços, com vista ao controle da



pandemia de Covid-19, doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2).

Os efeitos deletérios da pandemia têm afetado de sobremaneira a vida da população, gerando impactos nocivos aos sistemas políticos e econômicos. O fenômeno das barreiras sanitárias, assim como as ocupações de terra e os acampamentos, passaram a ser considerados no conjunto dos conflitos por terra registrados pela CPT. Outro acréscimo ao relatório de 2020 foi a inclusão de uma nova tipificação de violência, denominada “violações nas condições de existência”, que atingiu 53.456 famílias.

Trata-se de um processo extremo de abandono e/ou agressão, que submete as comunidades a condições-limite de sobrevivência e existência, de sorte que têm seu modo de vida e sua (re)produção material e cultural comprometidos. Entre os agentes causadores pode estar o poder público, em todas as suas esferas. (CPT, 2020, p. 32)

O principal agente desse tipo de violência tem sido o governo do presidente Jair Bolsonaro em relação à gestão da pandemia de Covid-19, em especial no que se refere à proteção às comunidades indígenas e quilombolas, que foram completamente abandonadas diante do avanço do vírus. Somando-se todos os casos de ocorrências de conflitos, foram registrados 1.892 ocorrências e 250.663 famílias em conflitos por terra e em situação de Covid no Brasil (CPT, 2020).

Outros tipos de violência cometidos em 2020, segundo o relatório, foram: “invasão”, “grilagem” e “desmatamento ilegal”. Foram vitimadas por invasão 81.225 famílias, das quais 58.327 são indígenas (72%); 19.489 sofreram grilagem (37% indígenas); e 25.559, desmatamento ilegal (60% indígenas), evidenciando, mais uma vez, o descaso do atual governo com os povos originários. Se comparada a ocorrência desses tipos de violência entre os períodos do governo Dilma Rousseff e do atual presidente Jair Bolsonaro, verifica-se que neste último houve um elevado aumento percentual da média de famílias impactadas por “invasão” e “grilagem”, na ordem de 260,6% e 108,6%, respectivamente.

De acordo com Chaves (2020), se comparado aos governos anteriores, o governo Jair Bolsonaro potencializou a ação dos agentes causadores de conflitos, mesmo considerando seu curto período de duração. Durante os dois anos de gestão, as principais categorias causadoras de conflitos foram: fazendeiros, empresários, grileiros, madeireiros e mineradores.

Ainda comparando os períodos da ex-presidente Dilma Rousseff e do atual presidente Jair Bolsonaro, a categoria “fazendeiro”, a que mais provocou conflitos no governo Dilma, estando presente em uma média de 322 conflitos anuais, teve um crescimento de 22% com a gestão do atual, subindo para 392 ocorrências.

É possível inferir ao analisar o papel do Estado brasileiro que, independentemente da gestão e do espectro político adotado, este se mantém como um coadjuvante do processo de agravamento da questão agrária no Brasil, legitimando o aumento da violência no campo e criminalizando aqueles que lutam pelo direito à terra e por condições de vida digna no campo, além de ser um dos principais pilares de sustentação do agronegócio, que absorve para a sua manutenção grandes quantidades de subsídios oferecidos pelo poder público.

O agronegócio se expressa como uma importante força política e econômica no país, mesmo com a pandemia de Covid-19, que mergulhou o mundo em uma crise econômica e social sem igual, o setor se manteve com altos índices de produção. Em 2020, o agronegócio sozinho alcançou a participação de 26,6% no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, contra 20,5% em 2019. Controlando as fontes de receitas internacionais do país, a agropecuária empresarial tem usado todo o seu peso na economia para influenciar as políticas públicas voltadas para o campo e a opinião pública favorável.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como Bancada Ruralista, é uma das maiores e mais atuantes bancadas da Câmara dos Deputados. De modo geral, a bancada atua na defesa de políticas públicas de estímulo ao agronegócio, reivindica a ampliação do financiamento rural, a flexibilização da legislação trabalhista e critica as legislações ambientais e a reforma agrária.

Em função de sua tradição conservadora e alinhada à direita, a Bancada ruralista tem frequentemente se associado às pautas da Bancada Evangélica e da Bancada Armamentista, formando uma colisão maior pejorativamente denominada de Bancada BBB (Boi, Bala, Bíblia).

Em outra linha de atuação, o agronegócio busca moldar no imaginário social, por meio de campanhas de marketing, tal qual a icônica campanha publicitária, criada em 2016, “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” da Rede Globo, a imagem de grande empresa rural moderna, sinônimo de prosperidade e inovação, suprimindo as desigualdades sociais atreladas ao modelo agrícola adotado.

No atual cenário de crise, o setor tem sido retratado como herói na mídia nacional tradicional, no entanto, segundo estudo “O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo”, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), o setor fomenta a desigualdade, contribuindo para que atualmente 55% da população não tenha certeza se terá o suficiente para se alimentar no dia.

Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), em 2020, a soja, carro-chefe das exportações brasileiras, alcançou o valor de 82,273 milhões de toneladas, no entanto, a escassez interna das oleaginosas provocou crescimento do preço dos óleos vegetais. O mesmo ocorreu com o setor de carnes, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), observa-se aumento da exportação da carne bovina, suína e das aves de 38%, 48% e 27%, acompanhado do aumento de 45% no preço das carnes de menor qualidade, cujo consumo popular é mais frequente (CHAVES, 2020).

Diante de todo esse cenário, o drama da fome voltou a assombrar o país, dados de outubro de 2021 da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) indica que no total 19,1 milhões de cidadãos se enquadram no perfil de insegurança alimentar.

O modelo do agronegócio é insustentável, tanto para a saúde e segurança alimentar da população, quanto para a distribuição de terras e preservação da biodiversidade. Cabe, nesse momento, aos movimentos sociais do campo o papel de desconstruir o padrão convencional de desenvolvimento agrário praticado pelo agronegócio e construir novas práticas sustentáveis e adequadas para o meio rural, mantendo viva a agenda de reforma agrária.

### **1.3 A Dinâmica das lutas sociais no campo e a importância do MST**

A luta pela terra e por justiça social no campo avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária. Os movimentos sociais do campo, formas de organização coletiva de agricultores familiares sem-terra e de trabalhadores/as rurais assalariados que lutam pelo direito à terra, por oportunidades de emprego e melhores condições de trabalho no meio rural e por recursos e infraestrutura para uma vida digna no campo, representam a resistência contra a expansão do capitalismo agrário, trazendo à cena política a luta dos trabalhadores/as rurais como sujeitos de sua

própria história, capazes de criar caminhos próprios de resistência e através deles interferir na dinâmica da sociedade.

Vários movimentos sociais do campo e organizações de trabalhadores/as rurais foram criados ao longo dos anos, com diferentes formas de organização e uma pluralidade de demandas materiais e simbólicas que giraram em torno do reconhecimento de identidades e modos de vida camponesa, tais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), etc. Na atualidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um dos mais importantes movimentos sociais da América do Sul e o maior e mais articulado movimento social do campo brasileiro na atualidade, que por seu peso e importância política na luta pela reforma agrária e em favor de mudanças sociais no país, em forte contraposição ao modelo do agronegócio e ao neoliberalismo, será o foco de análise deste trabalho.

O MST teve origem na década de 1980 como uma resposta às contradições da modernização do campo e do modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, especialmente na região amazônica, com objetivo de exportar excedentes populacionais, integrar estrategicamente territórios nacionais e incorporar os pequenos produtores ao mercado.

Segundo Fernandes (2010), podem ser diferenciados quatro períodos de formação do movimento a partir dos estudos sobre as mudanças na organização do MST e seu processo de territorialização. O primeiro período é o de gestação do MST (1979-1984), que precede a fundação oficial do movimento marcado pelas primeiras ocupações de terra organizadas no sul do país. Um marco importante nesse momento foi o acampamento na Encruzilhada Natalino, montado em frente à fazenda Macali, em Ronda Alta (RS), organizado de dezembro de 1980 a março de 1982, que se tornou um símbolo de resistência na luta pela terra e contra a ditadura civil-militar pelo seu tamanho e nível de organização e pela repercussão pública alcançada, agregando em torno de si na sua defesa setores progressista da sociedade civil e da Igreja, tornando-se um ponto histórico de suma importância para compreender as bases do processo de formação do movimento.

O segundo período é o de consolidação (1985-1989), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em escala nacional, com o estabelecimento de regionais em todo o país, uma decisão tática que buscava ampliar sua força de

enfrentamento e mobilização, e a configuração de uma estrutura organizativa, que será aperfeiçoada ao longo dos anos.

O terceiro período é o de institucionalização (1990 até o presente), nesse momento, o MST se torna o principal representante junto ao governo federal a respeito da reforma agrária, seu trabalho também passa a ser reconhecido internacionalmente.

O quarto período de formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses com a criação e o fortalecimento da Via Campesina, organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo que antagonizam com a política de “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial, na busca pela construção de uma alternativa a esse modelo (FERNANDES, 2010).

O processo de gestação e consolidação do MST contou com o fundamental apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de sindicatos de trabalhadores/as rurais. A CPT nasceu durante os anos 1970 em um processo de aproximação de segmentos da Igreja Católica da Teologia da Libertação, que passaram a promover debates e experiências de organização acerca da luta por direitos através de seu trabalho pastoral e Comunidades Eclesiais de Base, em especial em áreas onde não havia sindicatos ou, se havia, que não se dispunham a estimular a organização dos/das trabalhadores/as.

Desta maneira, o segmento progressista da Igreja Católica, por meio da atualização da leitura bíblica das lutas por terra, tornou-se um importante mediador de conflitos, em especial os fundiários. Em 1980, a Igreja firmou oficialmente seu ponto de vista e uma posição doutrinária a favor da reforma agrária com o documento “Igreja e Problemas da Terra”, depois de um lento amadurecimento de sua experiência de pastoral da terra (MEDEIROS, 2010).

A CPT, durante o período do regime militar, deu o respaldo fundamental às mobilizações camponesas que começavam a surgir, apoiando as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras e promovendo encontros que articulavam camponeses com setores esclarecidos da classe média urbana e pessoas engajadas na luta pela terra, de modo a superar seu isolamento, construindo a base de formação do MST.

Em julho de 1982, a CPT convocou o primeiro encontro de camponeses e agentes de pastoral, no município de Medianeira (PR), para discutir o crescimento da mobilização pela reforma agrária. Em setembro de 1982, a CPT organizou um novo

encontro em Goiânia, onde camponeses de todas as regiões do país formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês nacional. A criação oficial do MST ocorreu em Cascavel (PR), no dia 21 de janeiro de 1984, no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, reúne em sua base diferentes categorias de trabalhadores/as rurais, como: parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários, pequenos proprietários com menos de 5 hectares; e diversos militantes entorno das lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

O MST possui uma estrutura organizacional participativa e democrática, onde as famílias assentadas e acampadas organizam-se em vários setores de atuação do movimento, como a produção, a educação, a cultura, a saúde, as políticas agrícolas e a infraestrutura social.

O/A trabalhador/a rural é o protagonista das ações e decisões políticas do MST. Nos assentamentos e acampamentos, os membros do movimento organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, todos têm direitos a voto, sejam estas mulheres, homens, jovens ou idosos, escolhendo entre si os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além dos Congressos, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso.

O MST defende uma proposta de reforma agrária popular que se assenta em quatro pilares

A democratização do acesso à terra, combatendo-se a elevada concentração existente [...]; o desenvolvimento e ampliação da agroindústria local, que não precisa ser uma grande fábrica, pode ser um conjunto de pequenas comunidades de produtores; a educação, em todos os níveis e não só a alfabetização (principalmente o conhecimento tecnológico local, a formação dos jovens como técnicos, etc.); e a mudança do modelo tecnológico agrícola existente no Brasil, baseado em oligopólios e nas multinacionais, para um modelo que considere, além do problema social da fome e do desemprego, as especificidades da natureza, um modelo não-predatório e que tenha compromisso com as gerações futuras. (BAUER, 2008, p.15)

O movimento almeja construir um novo modelo de produção e desenvolvimento para o campo e para a sociedade brasileira de modo geral. Este modelo tem como princípio a soberania alimentar, entendida como o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção; e a matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, preservando a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região.

A luta pela terra passa a ser também uma luta pela produção de alimentos saudáveis a toda população, evidenciando o caráter popular da reforma agrária. Desta maneira, o MST vem contribuindo com a formação de assentamentos, cooperativas, associações agropecuárias, escolas e cursos de formação política e de técnicas de cultivo e agricultura familiar.

Desde sua formação, o movimento tem conseguido manter forte pressão pela reforma agrária, alternando pressões diretas, pela via das ocupações de terras, com pressões indiretas, por meio da articulação com atores políticos, instituições e grupos sociais formadores de opinião pública e outros movimentos sociais. Essa nova dinâmica trouxe inovações no repertório das ações coletivas, que passaram a se voltar para os espaços públicos, em busca de visibilidade, procurando, assim, ter força política para propor atualizações de referências legais e construir novos direitos (SAMPAIO, 2010).

O MST tem contribuído para o desenvolvimento dos territórios camponeses e do país, ao longo de sua trajetória vem construindo uma cultura política favorável à reforma agrária. Por meio de suas campanhas de solidariedade marcadas pela doação de alimentos, atos que se mostraram especialmente relevantes durante a pandemia de Covid-19, onde o movimento já doou mais de um milhão de marmitas e cinco mil toneladas de alimentos para periferias urbanas e rurais de todo o país (BRASIL DE FATO, 2021), reafirma o papel da agricultura familiar, atrelada à reforma agrária popular, no combate à fome e à desigualdade social no Brasil.

## **CAPÍTULO 2 – SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA**

Este capítulo apresenta a história de formação acadêmica e profissional em Serviço Social no Brasil e a importância da apropriação do debate sobre a questão agrária pela categoria. Para desenvolver esse objetivo o texto foi dividido em dois tópicos. O primeiro tópico intitula-se “Projeto Profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996”, debate sobre a formação histórica do Serviço Social no Brasil até a contemporaneidade, focando na construção das Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996.

O segundo tópico é denominado “Serviço Social e Questão Agrária: a importância do diálogo na formação profissional e na pesquisa”, onde será apresentada a defesa da apreensão da questão agrária pelo Serviço Social a partir de uma perspectiva marxista de totalidade, forma pelo qual os/as assistentes sociais podem ultrapassar a percepção do imediato e a fragmentação do real, entendendo a problemática agrária como uma expressão da questão social, e construir projetos de intervenção coerentes e comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

### **2.1. Projeto Profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996**

O Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social (IAMAMOTO, 2014). O significado sócio-histórico e ideológico da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade capitalista, pois a profissão se afirma como uma instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Ao longo de seu percurso histórico, o Serviço Social adotou diferentes posicionamentos teóricos, metodologias e estratégias de atuação, que foram sendo construídos com base na sua interlocução com o próprio movimento histórico da sociedade (YAZBEK, 2009).

Desde sua origem, o Serviço Social teve forte influência das matrizes teórico-filosóficas da Igreja Católica no Brasil e suas práticas profissionais estiveram ligadas aos interesses da burguesia nacional e do Estado. A busca da profissão pela ruptura com as práticas tradicionais seguiu um longo percurso. A construção do atual Projeto



Ético-Político da categoria é fruto desse processo, que ainda está em curso na categoria.

De acordo com Netto (2006), a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social foi iniciada na passagem da década de 1970 à de 1980, sua estrutura básica se configurou no trânsito dos anos de 1980 aos de 1990, momento em que se intensifica a recusa e crítica ao conservadorismo profissional, e em que a perspectiva crítica conquistou a hegemonia no interior do corpo profissional na segunda metade dos anos noventa, estando em processamento até hoje. O Projeto Ético-Político representa o projeto profissional dos/das assistentes sociais brasileiras.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2006, p.4)

O projeto profissional do Serviço Social é construído por todo corpo da categoria profissional e por suas organizações de representação: o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social<sup>4</sup> foi um marco na história da profissão na América Latina, construído por segmentos expressivos de profissionais-intelectuais de Serviço Social que, em diferentes países, desencadearam a crítica ao Serviço Social tradicional, almejavam, assim, construir uma nova cultura profissional e promover reflexões em torno do exercício do Serviço Social nas sociedades latino-americanas marcadas por desigualdades profundas.

O I Seminário de Serviço Social Face às Mudanças Sociais na América Latina, realizado no Brasil, em Porto Alegre, no ano de 1965, é tido como ponto referencial

---

<sup>4</sup> No Brasil o “Processo de Renovação” profissional foi significativamente conservador, se comparado com a América Latina em geral, tendo apenas uma vertente mais alinhada ao “Movimento de Reconceituação” latino-americano (a “Intenção de Ruptura”). As demais vertentes (Modernizadora e Reatualização do Conservadorismo) bebiam do lastro conservador (laico ou secular) sem se preocupar em elaborar uma crítica genuína e original ao Serviço Social tradicional e ao sistema capitalista.

de deflagração do movimento na América Latina. No Brasil, o Movimento de Reconceituação ocorreu no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) e foi alimentado pelo processo de luta pela redemocratização do país. O desenvolvimento e implicações da Reconceituação no Serviço Social brasileiro será abordado com maior profundidade nas páginas seguintes.

Segundo Lopes (2016), quatro eixos foram foco centrais das críticas e reflexões realizadas pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social:

a) as relações de exploração e dominação das classes trabalhadoras e subalternas no capitalismo, e as relações de domínio do imperialismo, sob o capitalismo monopolista, com os países do continente; b) a tendência, desde sua origem, a atender, fundamentalmente, os interesses das classes dominantes, no exercício profissional como funcionários de instituições privadas, da Igreja e do Estado, mediando práticas assistencialistas, filantrópicas e de ajustamento ao sistema, ao status quo; c) a necessidade de, na contradição de sua atuação na mediação da relação entre as classes em confronto nas relações do capitalismo, vincular-se aos interesses das classes dominadas e exploradas, em efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação dessas classes; d) o caráter pragmatista do Serviço Social, até então dependente da literatura europeia e norte-americana e de manuais de orientação de prática. (LOPES, 2016, p.238)

Em relação à formação acadêmica, que compreende o ensino e a pesquisa, a Reconceituação fez profundas críticas sobre essa dimensão e propôs substanciais mudanças na formação em nível de graduação e Pós-Graduação, além de buscar valorizar a produção de conhecimento realizada pela categoria, para tanto, foram criados e fortalecidos grupos e centros de pesquisas, que funcionaram como espaços de divulgação de ideias e fundamentos das análises críticas realizadas pelo Serviço Social, destacando-se, também, nesse intuito o trabalho realizado pelas Editoras Ecro e Humanitas, da Argentina, o Centro Latino Americano de Trabajo Social (CELATS), no Peru, e a Cortez Editora, no Brasil.

No que se refere aos fundamentos teórico-metodológicos, o Movimento de Reconceituação implicou na formação de uma pluralidade profissional, com hegemonia da teoria social marxista, que orienta a atual organização política da profissão. Surge como fruto do Movimento, um Serviço Social mais crítico, comprometido com os interesses da classe trabalhadora e preocupado com a qualificação acadêmica e a pesquisa (NETTO, 2005).

O Projeto Ético-Político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central e contempla positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como

no exercício profissional; afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos; se posiciona a favor da equidade e da justiça social e trabalha pela ampliação e consolidação da cidadania; prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos/as assistentes sociais, zelando pela qualidade dos serviços prestados à população, a transparência com os recursos institucionais e o controle social.

O projeto se declara radicalmente democrático e estabelece um direcionamento em favor das classes trabalhadoras e subalternas, vinculando-se a construção de um novo projeto societário sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

A construção e a hegemonia de um projeto profissional são processos complexos, que não se realizam em um curto espaço de tempo. O atual Projeto Ético-Político do Serviço Social é resultado das alterações geradas pelas transformações econômicas, históricas e culturais do país, por mudanças na composição social do corpo profissional e pelo desenvolvimento teórico-metodológico da profissão ao longo do seu percurso histórico (NETTO, 2006).

O Serviço Social emerge e se gesta no Brasil entre os anos de 1930 e 1940, no contexto de avanços no desenvolvimento capitalista brasileiro e de reconhecimento da questão social pelo Estado, movido pelas lutas da classe trabalhadora organizada.

Desde a segunda metade do século XIX, ocorria uma expansão e fortalecimento das lutas sociais da classe trabalhadora, com grandes avanços a partir de 1920 graças à expansão do operariado. A articulação política do operariado brasileiro foi marcada pela influência de teorias sociais advindas da Europa, trazidas para o país por meio dos imigrantes europeus, em especial o comunismo e o anarquismo. As reivindicações dos operários giravam em torno da melhoria das condições de trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora, evidenciando a situação precária pela qual o país passava, exigindo respostas do Estado e da classe no poder.

O surgimento do Serviço Social no Brasil está inserido em um período de grande efervescência e tensão social. O país vivia um complexo quadro histórico-conjuntural de mudanças políticas e econômicas marcado pelo fim da República Velha, que teve seu desfecho com o golpe de Estado de 1930, e o início da Era Vargas (1930-1940).

O contexto histórico era marcado por mudanças no padrão de acumulação capitalista, que deixava de se fazer puramente através das atividades agrárias e de

exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, no incentivo à industrialização e na vinculação da economia brasileira ao mercado mundial, e pela generalização do trabalho livre e o desenvolvimento urbano acelerado.

O Serviço Social nasceu por meio de uma ação conjunta entre Estado, empresariado e Igreja Católica que, movidos por interesses distintos, formaram uma aliança de cunho moralizador e disciplinador visando apaziguar as expressões da questão social e desmobilizar o movimento da classe trabalhadora que se encontrava em ascensão (CARDOSO, 2016).

Para alcançar esse propósito, o Estado assumiu para si a regulação das tensões entre capital e trabalho por meio de um conjunto de iniciativas que incluíam a criação e ampliação de direitos sociais, a regulamentação de leis sindicais, sociais e trabalhistas e a criação de grandes instituições assistenciais destinadas ao atendimento das necessidades sociais das classes trabalhadoras, originando, assim, a necessidade de profissionais qualificados para lidar com essas demandas, bojo no qual o Serviço Social se inseriu (YAZBEK, 2009).

Segundo Yazbek (2009), a primeira fase da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no Brasil foi compreendida entre os anos 1930 a 1945 e teve a Doutrina Social da Igreja Católica como principal influência. A Igreja Católica buscava reaproximar-se da classe trabalhadora e mitigar o espraiamento da ideologia comunista e capitalista. Suas ações eram orientadas pela corrente filosófica neotomista e fundamentadas a partir do estudo das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que assumiam um posicionamento antiliberal e anti-socialista. Os movimentos leigos de ação social e filantrópica, que já tinham grande expressão no Brasil e contavam com certa estrutura organizacional, foram os primeiros agentes acionados pela Igreja para atuar nessa pauta.

O primeiro marco de formação do Serviço Social no Brasil reconhecido pela literatura profissional foi a realização do “Curso intensivo de formação social para moças”, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho, entre 1 de abril a 15 de maio de 1932. O curso era destinado ao preparo do exercício da ação social e contava com uma programação teórico-prática que incluía visitas a instituições beneficentes. A formação encontrou grande aceitação entre as jovens católicas pertencentes às famílias da burguesia paulista que já participavam de atividades socioassistenciais e/ou eram militantes de movimentos da Igreja (YAZBEK, 2009).

Em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país e que desempenhou um importante papel na qualificação de agentes para a realização da prática social. O CEAS era sustentado com as mensalidades das sócias e tinha como principais objetivos difundir a doutrina e a ação social da Igreja Católica. A instituição era mantida sob orientação de Melle. De Loneux e acompanhada pela Arquidiocese de São Paulo. Em 16 de setembro de 1932, foi eleita a primeira diretora do Centro, Dona Odila Cintra Ferreira, que tinha formação social na Escola Normal Social de Paris. A formação dos primeiros assistentes sociais sofreu forte influência do idealismo conservador franco-belga. Em 1934, o CEAS assumiu a responsabilidade de implantar a Ação Católica em São Paulo, organizando a primeira semana de Ação Católica. Ao longo de sua história, o CEAS desenvolveu uma série de cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho e encíclicas (YAZBEK, 2009).

Em 15 de fevereiro de 1936, inaugurou-se a primeira escola de Serviço Social no país, com o primeiro curso de graduação na Escola de Serviço Social de São Paulo. Segundo Yamamoto (1982), a graduação almejava ser uma “especialização da ação social da Igreja”, diante da necessidade da formação de profissionais capacitados para assumirem os novos postos de trabalho gestados pelo Estado e pelo processo de industrialização.

Nesse momento, a questão social passou a ser vista a partir de um enfoque conservador e psicologizante, tido como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciavam, de maneira que seu enfrentamento se focava em uma pedagogia psicossocial e em intervenções que priorizavam a formação da família e do indivíduo para solução dos seus próprios problemas.

Com isso, o Serviço Social teria como principal ação ensinar à população comportamentos e formas de vida consideradas mais adequadas socialmente, em que suas atividades visavam o ajustamento, adequação e correção de tudo aquilo que era considerado como desníveis e disfunções. A profissão tinha por base o discurso humanista e os princípios cristãos de moralização da sociedade articulado aos princípios da teoria funcionalista, que somados formavam um arranjo teórico-doutrinário que oferecia ao profissional um suporte técnico-científico (IAMAMOTO, 1982).

As intervenções profissionais estavam pautadas nas concepções ideológicas e políticas da classe dominante, em seus valores morais e sociais. Sob o signo da "ilusão de servir" e o discurso humanitário que envolviam as práticas assistencialistas, os/as assistentes sociais realizavam o atendimento das carências mais prementes da classe trabalhadora e de suas famílias. As ações sociais buscavam controlar o nível das reivindicações dos/das trabalhadores/as e garantir a contínua integração do/a trabalhador/a ao círculo do capital, encobrendo as profundas desigualdades que caracterizavam o sistema capitalista e criando a ilusão de que sua hegemonia era um ideal a ser buscado por toda a sociedade (IAMAMOTO, 2008).

O Serviço Social caracterizava-se nesse período pela ausência de organização coletiva e laços de solidariedade com outras categorias profissionais, sendo uma categoria sem identidade e projeto profissional próprio, fenômeno sobre o qual Martinelli (2011) desenvolveu sua tese de identidade atribuída.

A identidade atribuída pela classe dominante ao Serviço Social era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que leva a produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. (MARTINELLI, 2011, p. 130)

As ações dos assistentes sociais, controladas pela burguesia, eram burocráticas, alienadas, reducionistas e destituídas de referência histórico-crítica, eram práticas repressoras produzidas para garantir a expansão do capitalismo. Os/As assistentes sociais desenvolviam atividades e cumpriam objetivos que ultrapassavam sua vontade e intencionalidade. "A identidade dos agentes é consumida pela burguesia, plasmada artificialmente como uma identidade atribuída pelo capitalismo. Esta, como um fetiche, é fixada como identidade da profissão e incorporada pelos seus agentes." (IAMAMOTO, 2017, p. 284).

Com o passar das décadas, o Serviço Social foi ampliando sua área de ação e as suas bases de formação, assumindo como espaço primordial de trabalho o âmbito das políticas sociais. O Estado, principal empregador dos/das assistentes sociais, agiu historicamente como impulsionador da profissionalização dos/das assistentes sociais, ampliando seus campos de atuação em função das novas formas de enfrentamento da questão social. O aprofundamento da ordem societária capitalista, marcada pela modernização conservadora do país, impôs à profissão a necessidade de revisão do

chamado "Serviço Social tradicional" e, conseqüentemente, uma nova formação acadêmico-profissional.

Nas décadas de 1940 e 1950, iniciou-se um processo de revisão da profissão no que diz respeito ao seu caráter profissional/científico, buscando com esse movimento uma maior tecnicidade. Sob forte influência da metodologia conservadora norte-americana de cunho funcionalista e do pensamento de Mary Ellen Richmond, a profissão incorporou os chamados Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade (CARDOSO, 2016). Resumidamente, o Serviço Social de Caso foi uma metodologia elaborada por Richmond em suas obras: O diagnóstico social (1917) e o que é Serviço Social de casos (1922), que buscava dar um caráter científico às atividades desenvolvidas pelos agentes sociais. O campo específico de ação do Serviço Social de Casos era o desenvolvimento da personalidade do indivíduo e sua adaptação ao meio social. A abordagem era realizada de forma individual, centrada na pessoa e no seu contexto. As relações sociais dos indivíduos eram compreendidas no plano do imediato e a família se torna o campo primordial de investigação (COSTA, 2017).

O Serviço Social de Grupo começou a ser desenvolvido a partir de 1930 e utilizava a abordagem grupal nas situações sociais problemáticas identificadas em um número significativo de "clientes", assim, buscava criar um conjunto de pessoas em integração no qual fosse possível realizar processos de adaptação, orientação e administração de conflitos. Segundo essa abordagem, os grupos poderiam ajudar as pessoas nos seus problemas, combatendo o isolamento e a exclusão e promovendo a reabilitação, a aprendizagem e o sentido de coletividade. As práticas sociais revestidas como ações "humanizadoras" tinham o sentido de minimizar os antagonismos oriundos do processo de aceleração da industrialização (SILVEIRA, 2016).

Já o Serviço Social de Comunidades surgiu após a Segunda Guerra Mundial, sendo amplamente difundido pelos Estados Unidos e por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Tinha como principal objetivo promover a melhoria das condições de vida em países subdesenvolvidos, elevando o nível econômico, cultural e social das comunidades, estimulando a mobilização social. No Brasil, foi implementado entre as décadas de 1950 e 1960, com foco nas zonas rurais, depois se expandindo também para as áreas urbanas (PEREIRA, 2011).

Os anos de 1960 e 1970 apresentaram uma nova conjuntura e novos desafios ao Serviço Social com instauração da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e a inserção da graduação de Serviço Social nas universidades, iniciando um novo processo de revisão na profissão (CARDOSO, 2016).

No contexto da autocracia burguesa em sua forma ditatorial, ocorreu uma expansão do mercado de trabalho para o Serviço Social. As novas demandas postas exigiram um profissional com características que coadunassem com a racionalidade burocrático-administrativa vigente, desta forma, a prática profissional, no primeiro momento, reproduzia um sentido de ordem reforçadora da autocracia burguesa. Os/As assistentes sociais atuavam como meros executores de políticas sociais, por meio de uma prática paliativa, assistencialista e subalternizada. Embora a ditadura tenha reforçado e validado o Serviço Social tradicional, sua dinâmica direcionou, contraditoriamente, o processo de erosão do tradicionalismo profissional, ocorrendo um processo de renovação no Serviço Social brasileiro no interior da própria autocracia burguesa (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015).

O Serviço Social, no âmbito das universidades, passou a interagir com disciplinas das Ciências Sociais, como a psicologia, a antropologia e a sociologia, e a reivindicar a necessidade e exigência dos/das assistentes sociais desenvolverem pesquisas, se colocando como produtores de conhecimentos. Com esse impulso, iniciou-se um processo de mudança no interior do Serviço Social voltado para a crítica dos seus fundamentos, almejando construir uma nova forma de agir profissional que rompesse enfaticamente com as práticas tradicionais do início da profissão.

O Movimento de Renovação iniciou um processo que busca afastar a profissão do conservadorismo estabelecido desde sua gênese e com isso a construção de uma nova leitura acerca da prática profissional e moldou um projeto profissional autêntico, denominado Projeto Ético-Político. Ao se debruçar sobre o Movimento de Renovação no Brasil, Netto (2005) descreve três perspectivas presentes nesse processo: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

Segundo Viana *et al* (2015), a perspectiva modernizadora teve como marco principal adequar o Serviço Social às demandas postas pelo processo sociopolítico oriundos do golpe civil-militar de 1964. As principais preocupações dessa vertente foram com o aperfeiçoamento do instrumental operativo e metodológico e os padrões de eficiência, sob um forte viés reformista e um posicionamento estrutural-funcionalista.



O projeto modernizador refletiu no currículo de 1953, que manteve como base a doutrina positivista e a ideologia desenvolvimentista no direcionamento da formação. A principal preocupação do currículo era a busca de uma cientificidade e da preparação técnica dos profissionais (CARDOSO, 2016).

A perspectiva modernizadora teve seu ápice nos seminários de Araxá (1967), marcado pela matriz sócio técnico, e de Teresópolis (1970), que se fundamentou na operacionalidade do Serviço Social na administração tecno-burocrática (NETTO, 2005).

A segunda perspectiva foi a reatualização do conservadorismo, ainda que apresentasse elementos renovadores, essa perspectiva não trazia nenhuma mudança significativa no agir profissional, mantendo em seu seio práticas conservadoras. Seu foco era aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências postas ao Serviço Social. A reatualização do conservadorismo teve como principal aporte teórico o pensamento fenomenológico e como marco a realização dos Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015).

A terceira perspectiva, intenção de ruptura, atualmente hegemônica, almejava promover uma quebra total com os procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos do Serviço Social tradicional. A conjuntura dos anos 1980, com o crescimento das lutas sociais e a vinculação de muitos assistentes sociais, estudantes e docentes aos movimentos pela redemocratização do país, tomaram propício para que ocorresse no interior do Serviço Social a tomada da direção intelectual e política em busca da ruptura com o conservadorismo.

Essa perspectiva expressou a vinculação do Processo de Renovação brasileiro com o Movimento de Reconceituação latino-americano e estabeleceu como inspiração a tradição marxista e teve como marcos históricos principais a construção do método Belo Horizonte (BH), elaborado por jovens profissionais na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), no período de 1972 a 1975, que mesmo com suas limitações, foi extremamente importante para o Movimento, pois demonstrou a preocupação de modificar o Serviço Social no plano teórico-metodológico e no plano da intervenção profissional; e a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, conhecido como “Congresso da virada”, que marcou a aproximação do corpo profissional da classe trabalhadora e da teoria social crítica (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015).

A perspectiva da intenção de ruptura rompeu com a dominância do conservadorismo e conseguiu instaurar na profissão o pluralismo político, que permitiu a incidência de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras, capazes de realizar uma crítica radical as relações econômicas e sociais vigentes no sistema capitalista e acabou por redimensionar amplamente as entidades organizativas da profissão, como a ABESS<sup>5</sup>, posteriormente renomeada ABEPSS, e o CFESS (NETTO, 2006), implicando também em mudanças na formação profissional, com mudanças substanciais presentes no currículo de 1982 e, posteriormente, nas Diretrizes Curriculares do Curso Serviço Social de 1996.

A Reconceituação conseguiu moldar um projeto profissional comum para o Serviço Social, o atual Projeto Ético-Político, construído com base na consciência política coletiva do papel que os/as assistentes sociais desempenham dentro da sociedade capitalista, na valorização de sua natureza profissional, que se legitima através da formulação de respostas coerente às demandas sociais presente nos diversos espaços sócio-ocupacionais e teóricos, mediante as fecundas produções acadêmicas desenvolvidas pela categoria.

Como já referido, o Projeto Ético Político reconhece a liberdade como valor central, vincula-se à construção de um novo projeto societário e abre a possibilidade para a formulação de intervenções profissionais alinhadas com os interesses da classe trabalhadora (NETTO, 2006). Teixeira e Braz (2009) identificam três elementos que dão materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social:

- a) A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. (...) Dessa forma, não cabem no Projeto Ético-Político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem; b) as instâncias político organizativas da profissão, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto às entidades da profissão: as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É por meio dos fóruns

---

<sup>5</sup> Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), passou a atual denominação ABEPSS a partir de 1996, após incorporar o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS).

consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa. Essa constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior; c) a dimensão jurídico política da profissão, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão. Há nessa dimensão duas esferas distintas, ainda que articuladas, quais sejam: um aparato jurídico-político estritamente profissional e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria, tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembleia Nacional da ABEPSS em 1996 e aprovado, com substanciais e prejudiciais alterações, pelo MEC. No segundo caso, temos o conjunto de leis (a legislação social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que, embora não exclusivo da profissão, a ela diz respeito tanto pela sua implementação efetiva tocada pelos assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação (pense na área da saúde e na LOS – Lei Orgânica da Saúde – ou na assistência social e na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social – ou, ainda, na área da infância e juventude e no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente), quanto pela participação decisiva que tiveram (e têm) as vanguardas profissionais na construção e aprovação das leis e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 9)

Em relação à formação profissional, a hegemonia da perspectiva de intenção de ruptura incidiu em uma reforma curricular em 1982. Segundo Cardoso (2016), o novo currículo inaugura a expressão, num instrumento legal, da hegemonia dessa perspectiva em seus conteúdos e a inflexão teórica e política na formação acadêmico-profissional. As legislações posteriores, os Códigos de Ética Profissional de 1986 e 1993, a Lei de Regulamentação de 1993 e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996, seguiram expressando tal hegemonia.

O currículo de 1982 manifestava esforços para adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas pelo enfrentamento da questão social em um marco democrático. O Serviço Social buscou redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência às demandas emergentes na sociedade brasileira assim como as demandas institucionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, sem perder de vista o compromisso com os direitos, com os/as usuários/as e a qualidade dos serviços prestados. Nesse processo, destaca-se o papel de vanguarda desempenhado pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo (PUC-SP) na formulação de uma proposta de revisão curricular que serviu de referência nacional (NETTO, 2006).

Embora o currículo de 1982 tenha trazido importantes contribuições à formação acadêmico-profissional, o amadurecimento intelectual da profissão e a ampliação de sua base de atuação profissional provocaram a necessidade de outra revisão curricular. Após um vasto processo de discussão foram propostas pela ABEPSS em 1996 e finalizadas em 1999 as novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

As Diretrizes Curriculares de 1996 expressam uma perspectiva política e teórica vinculada à teoria social marxista e têm como elemento central a compreensão da história a partir da luta de classe, reconhecendo a centralidade do trabalho como eixo fundante da sociabilidade. A ideia de práxis é expressa na lógica da formação e da estruturação do currículo, que deve realizar a mediação entre teoria/prática/ética na construção dos conhecimentos. A questão social é expressa como o fundamento e o objeto de intervenção profissional, entendida como fruto do embate entre capital e trabalho na sociedade de classes. A pesquisa passa a ser entendida como pressuposto básico na formação dos assistentes sociais, tendo caráter transversal a todas as disciplinas e conteúdo (CARDOSO, 2016).

No que diz respeito a sua estrutura e concepção, as Diretrizes apresentam três núcleos de fundamentação: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à formação profissional, não devendo ser tratados como independentes uns dos outros, são, na verdade, diferentes níveis de abstração complementares e interdependentes necessários para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária e as diferentes refrações da questão social. A formação profissional

constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996).

Os anos de 1990 trouxeram transformações sociais e econômicas substantivas que impactaram fortemente a profissão. A década foi caracterizada por uma sucessão de crises financeiras ocorridas em diversos países, sobretudo naqueles denominados países emergentes, como o Brasil, e pela disseminação no conjunto da sociedade das práticas político-econômicas inspiradas no neoliberalismo<sup>6</sup>.

O projeto neoliberal vem promovendo a liquidação dos direitos sociais, a privatização do Estado, a focalização das políticas sociais, o sucateamento dos serviços públicos, a desregulamentação das relações de trabalho e a implementação de políticas macroeconômicas que penalizam a população mais pobre.

O neoliberalismo representa uma ameaça a implementação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, sua dinâmica reforça práticas presentes no Serviço Social tradicional, como o burocratismo, tecnicismo, subalternidade e assistencialismo no desenvolvimento do exercício profissional. A tensão criada entre os valores estabelecidos e defendidos pela profissão e a ofensiva neoliberal exige a construção de estratégias político-profissionais em defesa das classes trabalhadoras e da valorização do trabalho realizado pelos/as assistentes sociais que, de acordo com o compromisso ético político firmado, atuam na defesa das políticas públicas e da qualidade dos serviços ofertados.

A categoria, como um corpo político, comprometido com o seu fazer profissional e com a classe trabalhadora, articula-se com diversos movimentos sociais, categorias

---

<sup>6</sup> Doutrina político-econômica que busca adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Começou a se estruturar no final da década de 1930 por meio das obras do norte-americano Walter Lippmann, dos franceses Jacques Rueff, Maurice Allais e L. Baudin e dos alemães Walter Eucken, W. Röpke, A. Rüstow e Müller-Armack (SANDRONI, 1999). A partir da década de 1970, começa a ser implementado em diversos países, sendo a tendência atualmente dominante na ordem econômica internacional.

Os neoliberais defendem que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços. Atualmente, o termo designa àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial (SANDRONI, 1999).

No Brasil, as políticas neoliberais, de forma mais direta, começaram a ser implementadas no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, especialmente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), marcado pela privatização de empresas estatais e a diminuição dos investimentos em serviços públicos.

profissionais e partidos políticos que detêm propósitos em comum na construção de estratégia de defesa e ampliação das políticas sociais. A prática direta com a população permite uma sensibilização com as causas populares e a construção de pontes com os usuários buscando fortalecer o controle social na condução das políticas públicas. Assim, o Projeto Ético-Político da categoria é um marco e um norte de resistência ao ideário neoliberal.

## **2.2 Serviço Social e questão agrária: a importância do diálogo na formação profissional e na pesquisa**

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, reconhecida como fundamento do trabalho profissional e articuladora dos conteúdos da formação acadêmica, como apontam as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996 (IAMAMOTO, 2014).

Conforme discutido no tópico anterior, as Diretrizes Curriculares de 1996 indicam que a análise da questão social deve amparar-se em uma perspectiva crítica de totalidade, tendo como elemento central a compreensão da história a partir da luta de classes e o reconhecimento da centralidade do trabalho. Propõe para esse fim, um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social necessários para a formação e compreensão do processo de trabalho dos/das assistentes sociais, que são traduzidos nos núcleos de fundamentação da formação profissional: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Os núcleos expressam níveis diferenciados de apreensão da questão social e da ação profissional, subsidiando a formulação das intervenções dos/das assistentes sociais. Entre os conhecimentos expressos nas Diretrizes Curriculares de 1996 encontra-se, no núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, a “análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional” (ABEPSS, 1996, p.11).

Ainda que reconhecida como conteúdo de formação e objeto de pesquisa dos/das assistentes sociais, observa-se que o Serviço Social tem dificuldade para captar a questão agrária como particularidade da questão social. Sant 'Ana (2012)

argumenta que essa dificuldade deve-se ao fato que os/as assistentes sociais, em sua percepção da realidade social e no âmbito de atuação não conseguem apreender o trabalho como eixo fundante na constituição das relações sociais, fazendo com que o próprio conceito de questão social passe por uma banalização, resumida às suas consequências e manifestações mais explícitas, tais como a pobreza, a fome, a violência, o analfabetismo, a concentração de terras, etc; passando a ser entendida como um mero conjunto de problemas sociais.

Para a autora, a apreensão da categoria questão social por uma perspectiva marxista de totalidade pela profissão ainda é lacunar, defendendo a premência do que esse aprofundamento representa para o Serviço Social, meio pelo qual os/as assistentes sociais podem ultrapassar a percepção de imediato e a fragmentação do real. Considerando que uma perspectiva urbanocêntrica presente na sociabilidade e no âmbito da ciência, faz com que a problemática rural permaneça muitas vezes inviabilizada como um componente estruturante da questão social.

A categoria totalidade é central no pensamento marxista, inscrita como unidade de investigação científica que norteia a compreensão da realidade social e dos objetos analisados. Na visão marxista, a sociedade burguesa é entendida como uma totalidade social concreta e articulada, um todo em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, apud CARVALHO, 2008).

a totalidade social na teoria marxista, em síntese, pode ser descrita como um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as “totalidades parciais” – estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a estrutura de determinada totalidade social. (BOTTOMORE, 1988, p.598)

Mesmo que a denominação “questão social” nunca tenha sido utilizada nas obras de Karl Marx, sua produção teórica e metodologia é tomada como referencial para compreendê-la. A partir de uma análise de totalidade, a questão social pode ser compreendida como a expressão ampliada das desigualdades sociais na sociedade

capitalista madura, expressa nas disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais etc.; que compõem a realidade social de tal maneira que está ganha contornos complexos e múltiplos e se constituem como pilares de dominação presentes na sociedade. (IAMAMOTO, 2001),

A gênese da questão social é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa, indissociável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, sendo o fundamento da existência das políticas sociais. As análises sobre a questão social encontram-se necessariamente situadas em uma arena de disputas entre projetos societários informados por distintos interesses de classe, que interferem na estruturação e implementação das políticas sociais (IAMAMOTO, 2001).

A política social é uma política própria das formações econômico-sociais capitalistas. Em geral fragmentada e focalizada, surge como uma resposta do Estado às expressões multifacetadas da questão social. Historicamente, as reivindicações de amplos segmentos da sociedade civil ao poder estatal pelo reconhecimento e ampliação de direitos colocam em evidência a questão social, processo pelo qual o proletariado emerge no cenário político exigindo seu reconhecimento enquanto classe pelo bloco de poder. Esse reconhecimento se objetiva em direitos sociais públicos atinentes ao trabalho, consubstanciados em políticas sociais (IAMAMOTO, 2001).

A política social, portanto, transita no âmbito da correlação de forças entre o capital, o Estado e a ação coletiva dos trabalhadores. Reconhecida em seu caráter contraditório, as políticas sociais atuam na mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho, nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho, porém, ainda que, prioritariamente, responda às necessidades do capital, ela também produz algum grau de satisfação às necessidades sociais dos/das trabalhadores/as (BOSCHETTI; BEHRING, 2011).

O Serviço Social identifica a política social como a mediação fundamental do seu exercício profissional, havendo um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais enquanto a resposta estatal às expressões questão social e o surgimento da profissão no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

Como mencionado anteriormente, o processo de formação e de trabalho dos/das assistentes sociais é determinado pelas configurações estruturais e



conjunturais que a questão social assume e por suas formas de enfrentamento por meio de políticas sociais. Cada transformação social e cada mudança nas políticas sociais demandam ao Serviço social aprofundamento teórico-metodológico.

O conhecimento construído pelos/as assistentes sociais, fundamentado em uma linha crítica marxiana de totalidade, busca afastar-se da naturalização e ideologização dos fenômenos sociais, apreendendo a realidade social em seu movimento contraditório, dando sustentação à formulação de projetos de intervenção profissional em consonância com seu Projeto Ético-Político.

O processo de produção de conhecimento é um dos elementos de transformação da realidade social, uma das expressões da práxis profissional do/da assistente social, tornando, assim, a pesquisa um ponto primordial para a profissão e um elemento constitutivo e constituinte da prática profissional.

Constitutiva porque a prática profissional está fundamentada na relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção. Constituinte porque, inegavelmente, os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional no âmbito das políticas públicas e da formação, mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional. (BOURGUIGNON, 2007, p. 50)

Muitos profissionais, no entanto, ainda não perceberam a vinculação orgânica entre intervenção/investigação nas suas atividades profissionais. De acordo com Bourguignon (2007), o conhecimento produzido pela categoria se articula com as demandas profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais através de mediações.

A intervenção, através de suas intenções, seus projetos e ações cotidianas, estabelece as mediações entre os conhecimentos e as demandas sociais. Desta forma, estas mediações são apreendidas no real e reconstruídas teoricamente, na medida em que o profissional passa da intenção à intervenção, apoiando-se em pesquisa sistemática e crítica dos fenômenos sociais que define estratégias, meios e recursos necessários para o alcance de seus fins. (BOURGUIGNON, 2007, p. 53)

Diante desses elementos, ressalta-se que o Brasil, marcado por um capitalismo dependente e subordinado, tem na questão agrária uma particularidade da questão social, sendo um elemento chave para a compreensão da sociedade brasileira e da configuração de outras expressões da questão social, como a questão ambiental e a questão urbana, por exemplo.

Um dos grandes eixos estruturadores da desigualdade no Brasil é exatamente a permanência e aprofundamento da questão agrária, que está expressa no modelo de desenvolvimento agrícola adotado, o qual promove concentração fundiária, uma agricultura que coloca em risco a saúde da população e soberania alimentar do país ao utilizar grandes quantidades de agrotóxicos e sementes transgênicas, a destruição da fauna e da flora, o ataque constante aos povos originários e comunidades tradicionais, acentuando a desigualdade no campo e mantendo um grande contingente de trabalhadores/as sem-terra em condições de miserabilidade.

Desta maneira, é primordialmente no âmbito acadêmico que a pesquisa em Serviço Social enfrenta o desafio de construir articulações entre a produção de conhecimento sobre a questão agrária e a prática profissional. Os materiais produzidos pelo Mestrado e Doutorado demonstram a inserção do/da assistente social na realidade, aprofundando o debate e o rigor no trato da questão social em suas múltiplas expressões. Os pesquisadores são convocados a subsidiar, com sua produção intelectual, a formação e a atuação dos/das assistentes sociais, construindo uma nova leitura dos processos sociais que se explicitaram em fundamentação teórico-metodológica para o exercício profissional (BOURGUIGNON, 2007).

A produção teórico-científica produzida pelos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social acerca da questão agrária e as principais tendências que norteiam a apreensão da categoria sobre a questão agrária será debatido no próximo capítulo.

Segundo Sant'Ana (2019), a profissão não tem conseguido produzir grandes acúmulos teóricos sobre a questão agrária, os/as assistentes sociais têm grande dificuldade de apreender as mediações entre a questão agrária e o Serviço Social. Durante a graduação em Serviço Social quando a questão agrária é tratada, fica restrita apenas a algumas disciplinas, principalmente aquelas que analisam a realidade brasileira ou os fundamentos da questão social, havendo grande dificuldade de apreender a questão agrária, em uma perspectiva de totalidade, como um conteúdo transversal, que tem interlocução com todas as matérias dos três núcleos de formação.

Na pesquisa acadêmica é notório o limitado número de produções científicas e artigos nos periódicos especializados do Serviço Social que tratam do modelo de desenvolvimento agrário ou dos movimentos sociais rurais. Em geral, as pesquisas

que tratam da temática agrária raramente tratam do exercício profissional do/da assistente social, mesmo a profissão tendo caráter eminentemente interventivo.

É reconhecido que os postos de trabalho para o Serviço Social com foco na questão agrária são bastante limitados, no entanto, a interfaces do trabalho do/da assistente social com a área pode ocorrer de diferentes maneiras. De forma direta, ocorre quando o foco do trabalho profissional tem como objeto as relações decorrentes da estruturação do modelo de desenvolvimento agrário, sendo chamado a atuar em agroindústrias que possuem programas socioassistenciais, em órgãos responsáveis pela efetivação do Programa de reforma agrária e a implementação de políticas ambientais, como é o caso do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), e em municípios de pequeno porte, que têm características predominantemente rurais.

De forma indireta, realiza-se no reconhecimento das refrações da questão agrária em diversas políticas sociais setoriais. Sant'Ana (2019) destaca especialmente a relação entre a questão agrária e a assistência social, enfatizando três aspectos importantes nessa conexão: a tentativa ao longo dos anos de transformar a política de reforma agrária em uma política de assistência, descaracterizando-a como uma política de desenvolvimento; a íntima relação existente entre a política de assistência social e a política nacional de segurança alimentar e nutricional, que juntas somam esforços e estratégias para o enfrentamento simultâneo da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar e nutricional, voltados à garantia do direito humano à alimentação adequada; e a relação entre a assistência social e a precarização do trabalho, que faz com que o/a trabalhador/a rural seja um dos principais usuários dessa política.

Delgado (2010) nos mostra em sua dissertação de Mestrado, que analisa a construção da relação do Serviço Social com a questão agrária no Maranhão, como a abertura de postos de trabalho para o Serviço Social na área e a configuração de políticas sociais específicas para o meio rural contribui para a formulação de mediações entre a questão agrária, a formação acadêmica e o exercício profissional dos/das assistentes sociais. A autora divide a construção da relação entre o Serviço Social e a questão agrária em quatro períodos, os quais correspondem às fases históricas da profissão no Maranhão, demonstrando como as conquistas advindas do Projeto Ético- Político impactaram positivamente a apreensão da questão agrária pela categoria.

O primeiro período, de 1953 até 1965, foi demarcado pelo movimento de formação profissional em Serviço Social com a criação da Escola Maranhense de Serviço Social pela Igreja Católica. Nesse momento, a relação da profissão com a questão agrária já se faz presente, visto que a Igreja tinha como um dos seus objetivos é formar profissionais habilitados para difundir a doutrina e a ética cristã na área rural, assim, colocou a abordagem da questão agrária como um dos seus eixos centrais, criando, para tanto, disciplinas e campos de estágios que propiciaram aos alunos o debate sobre as particularidades do meio rural, movimento que foi reforçado com a criação da Fundação Serviço Social Rural pelo Estado, que abriu espaço de atuação profissional para os/as assistentes sociais. Mesmo com o empenho da Igreja, o movimento de industrialização e urbanização que se seguiu fez com que a questão agrária passasse a questão secundária pela profissão e pelo Estado, a atenção passou a ficar centrada nos problemas sociais no meio urbano.

O segundo período iniciou em 1966 e foi até fins da década de 1970, foi marcado pelo processo de expansão da formação e da prática em Serviço Social no Maranhão, fortalecido com a entrada do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pela expansão dos órgãos burocráticos do Estado responsáveis pela implementação de políticas de bem-estar social e a progressiva laicização da formação profissional, estimulado pela perspectiva modernizadora.

Surgiram alguns espaços de mediação entre Serviço Social e questão agrária em organismos do Estado, os quais se constituíram com a perspectiva de difundir a ideologia desenvolvimentista e a modernização conservadora no meio rural com ideias fortemente difundidas pela ditadura civil-militar de 1964. A profissão não almejava construir nenhum tipo de intervenção crítica na realidade rural, o eixo central de atuação se deu no sentido de contribuir para a disseminação do modelo de agricultura produtivista entre os segmentos de trabalhadores/as camponeses/as, através da prática de extensão rural.

O terceiro período inicia-se no final dos anos 1970 e vai até os anos 1980, foi configurado pela crise da modernização conservadora, o fim da ditadura e a inserção da perspectiva crítico-dialética como referencial teórico-metodológico no Serviço Social, processo que refletiu qualitativamente no âmbito da formação e da prática profissional, conforme discutimos no tópico anterior.

No âmbito da formação profissional, a relação entre o Serviço Social e questão agrária, sob uma orientação teórico-metodológica marxista, se deu inicialmente a

partir da preocupação em desenvolver projetos de pesquisa-extensão relacionados à temática e pela preocupação em inserir no currículo disciplinas sobre a questão agrária. O Serviço Social também passou a vincular-se aos movimentos de lutas sociais dos/as trabalhadores/as camponeses/as e a estabelecer parcerias com as suas organizações representativas, no sentido de que fossem construídas propostas adequadas à realidade dos sujeitos envolvidos.

O quarto período iniciou na década de 1990 e segue até atualidade, sendo caracterizado pelo aprofundamento da perspectiva crítica no âmbito do Serviço Social brasileiro e a implementação do neoliberalismo e das contrarreformas do Estado, que repercutiram negativamente no processo de formação e atuação profissional, especialmente no que se refere ao trabalho na área da questão agrária.

O Estado é o principal espaço de mediação entre Serviço Social e questão agrária, desta maneira, o fechamento e a reformulação de vários órgãos de atuação de assistentes sociais em processos de trabalho que envolviam a questão agrária no Maranhão contribuiu para que o envolvimento de assistentes sociais na implementação de ações junto aos/as trabalhadores/as camponeses/as, sobretudo no tocante aos processos das políticas agrárias e agrícolas, fosse eliminado, reformulado ou restringido. Em detrimento de ações mais sistemáticas junto aos/as trabalhadores/as camponeses/as, o Estado e o governo estadual maranhense passaram a valorizar ações pontuais no campo, sobretudo no sentido de amenizar o índice de pobreza no meio rural e promover a inclusão social.

O sucateamento e focalização das políticas sociais voltadas para o campo incidiram de forma negativa sobre o trabalho dos/das assistentes sociais e são destacados como elementos que promovem o afastamento da profissão da temática.

Segundo Delgado (2010), o Movimento de Reconceituação, com a aproximação da teoria crítica e a construção do Projeto Ético-Político, possibilitou o trato mais rigoroso da questão agrária pelo Serviço Social, buscando construir intervenções de forma a favorecer os/as trabalhadores/as rurais e o conjunto da sociedade. A autora destaca que o resultado dessa aproximação se manifesta nos projetos de pesquisa e extensão, estágios e disciplinas relacionados com essa temática pelos profissionais no Curso de Serviço Social da UFMA, no entanto, enfatiza que mesmo o debate da questão agrária não tenha sido eliminado do processo de formação, ele não tem sido elevado a um status de centralidade.

Pouco foi feito no sentido de buscar novos espaços que fortaleçam esse debate, especialmente quando se leva em consideração a gravidade da questão agrária na sociedade brasileira e a resistência dos movimentos dos/as trabalhadores/as camponeses com vistas ao seu enfrentamento, o que deveria mobilizar os interesses da categoria em pesquisar e propor ações ao Estado e à sociedade civil, no sentido de qualificar o enfrentamento dessa questão.

Sant'Anna (2012) contribui nesse debate ao demonstrar por meio de pesquisa realizada com assistentes sociais que trabalhavam na política de assistência social de 15 municípios do estado de São Paulo e que tinha na agroindústria canavieira sua principal atividade econômica, a dificuldade que as profissionais têm em captar a interface entre o exercício profissional e a questão agrária.

As assistentes sociais entrevistadas não conseguiam indicar referências na área de Serviço Social que tratassem sobre o tema e, em geral, manifestaram desconhecimento sobre o debate acadêmico acerca da questão agrária e sobre a política de reforma agrária, manifestando apreensão em relação aos movimentos sociais de luta pela terra e reproduzindo o discurso ideológico dominante em defesa das agroindústrias locais e, de forma geral, do agronegócio e da propriedade privada de terras.

Ao se relacionarem com as manifestações singulares resultantes da questão agrária no espaço sócio-ocupacional, as assistentes sociais não o reconheciam como se fosse resultado da luta de classes instituída no âmbito do trabalho e uma configuração particular própria do atual estágio do capitalismo e uma particularidade da questão social brasileira. Essa dificuldade refletia na omissão nos registros dos profissionais do vínculo empregatício e a ocupação dos usuários, invisibilizando este complexo; eles eram descaracterizados de sua condição de trabalhador/a, pertencente a uma classe, sendo reconhecidos pelas suas carências, sejam elas de emprego, alimentação, moradia etc.

A questão agrária necessita ser apreendida pela profissão e figurar no processo de formação profissional e nas pesquisas realizadas pela categoria, assim como precisa estar nas pautas de luta dos profissionais, pois impacta diretamente no cotidiano de trabalho do/da assistente social. A defesa da reforma agrária, a legitimidade dos movimentos sociais de luta pela terra é algo em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que consta como princípios fundamentais o apoio aos movimentos sociais e o fortalecimento das lutas populares.

É preciso que os/as assistentes sociais se apropriem do debate sobre a questão agrária a partir de uma perspectiva marxista de totalidade, reconhecendo esta como uma particularidade da questão social e o/a trabalhador/a rural como membro de uma classe social que sofre com as mazelas de um sistema econômico desigual, desvelando o discursivo-ideológico do agronegócio, que possui grandes linhas discursivas no imaginário político, econômico e cultural brasileiro.

O agronegócio, por meio do uso crescente de estratégias de marketing e lobby político, se promove como o carro chefe da economia brasileira, vetor da modernidade e do progresso no campo e o principal responsável pelas exportações de produtos, gerando com isso empregos e renda para o país, ao mesmo tempo que a imprensa e o Estado taxam as ações dos movimentos sociais do campo como vandalismo e terrorismo.

Esse discurso ideológico age como um mecanismo de legitimação que garante a reprodução das relações de produção capitalista no campo, tem como resultado a internalização na consciência dos brasileiros da importância social do agronegócio para o crescimento econômico do país e do caráter subversivo dos movimentos sociais do campo. O problema desse discurso é que ele torna os indivíduos incapazes de enxergar o processo de produção capitalista no campo como um todo, ocultando as diversas distorções criadas pelo agronegócio, como a concentração da renda e terras, os desequilíbrios nos sistemas naturais e a superexploração do trabalho que perpassa o setor.

O/A assistente social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, trabalha diretamente com os segmentos mais pauperizados podendo realizar com estes trabalhos numa perspectiva de educação popular com vista a defesa da democratização do acesso da terra, da legitimidade dos movimentos sociais e das políticas públicas que respeitem o universo cultural e social das diversas populações do campo. O Serviço Social pode ser um instrumento de construção de experiências coletivas dos usuários, um canal para o debate sobre as condições de trabalho, os determinantes e os números de pobreza, o processo de concentração fundiária, a ausência de cidadania social de grande parte da população, sendo assim, uma via para a tomada de consciência por parte dos/as trabalhadores/as de seu papel na trama das relações sociais (SANT'ANA, 2015).

Como tema de pesquisa, o material produzido pelos/as assistentes sociais pesquisadores sobre a questão agrária é um essencial subsídio à construção das

intervenções profissionais coerentes com o projeto profissional. Além disso, o Serviço Social tem em sua trajetória a pesquisa como um meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas da classe trabalhadora, que reconhece os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos capazes de também conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia, desvencilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade (BOURGUIGNON, 2007).

Assim, a centralidade que é garantida aos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social e a preocupação com o alcance social e o retorno procedente desses estudos para transformações materiais nas condições de existência dos envolvidos, nas ações dos profissionais e nas organizações sociais são um constructo privilegiado para o fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra, de forma a não eclipsar o verdadeiro protagonista da luta social: o/a trabalhador/a rural.



### **CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO TEÓRICO-CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Neste capítulo ampliamos o debate sobre a produção teórico-científica do Serviço Social acerca da questão agrária. Para esse fim, a abordagem do tema foi dividida em dois tópicos. O primeiro tópico intitula-se “Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social e a produção científica sobre questão agrária no Serviço Social (1996-2021)”, e discorre sobre a formação da Pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social no Brasil e na constituição do Serviço Social como uma área de conhecimento das ciências sociais aplicadas reconhecida pelo CNPq. Também apresenta o resultado do levantamento realizado sobre a produção dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área Serviço Social sobre a questão agrária, entre os anos de 1996 a 2021.

O segundo tópico é denominado “As principais tendências das produções científicas sobre a questão agrária no Serviço Social”, que apresenta uma análise quanti-qualitativa das produções teórico-científicas produzidas pelo Serviço Social sobre a questão agrária.

#### **3.1 Os programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área Serviço Social e a produção científica sobre questão agrária no Serviço Social (1996 - 2021)**

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social trouxe inúmeras mudanças para o exercício profissional e a formação em Serviço Social. Com o objetivo de superar o conservadorismo presente desde sua gênese, foram propostas mudanças nas bases teóricas, metodológicas e na ética profissional, de maneira a aproximar as práticas profissionais dos/das assistentes sociais da realidade social brasileira e das lutas da classe trabalhadora e propiciar uma formação acadêmica mais qualificada, valorizando a pesquisa como ferramenta primordial de trabalho do/da assistente social e incentivando a produção conhecimento pela categoria.

A aproximação do Serviço Social da perspectiva social crítica marxista, uma das mudanças processadas pelo Movimento de Reconceituação, permitiu que a profissão conseguisse compreender sua historicidade sob outras bases teórico-metodológicas. O Serviço Social é entendido como uma profissão em processo contínuo de transformações. As mudanças processadas na profissão respondem,

reflexivamente, às transformações nas condições político-econômica e nas relações sociais nas quais ela se inscreve (NETO; BARROS, 2014).

O Serviço Social insere-se em uma esfera contraditória, atuando na correlação de forças que se estabelece tanto na direção da manutenção das condições necessárias à acumulação capitalista, na qual a pobreza e suas consequências sobre a capacidade de produção e reprodução das classes dominadas são entraves potenciais à acumulação capitalista, como na bandeira de luta da classe trabalhadora. Dessa forma, o Serviço Social é demandado, nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, a implementar mecanismos de enfrentamento das expressões da questão social (NALESSO; RISSOTTI, 2018).

O/A assistente social é legalmente reconhecido/a como um/a “profissional liberal”, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que desenvolve suas atividades mediante a sua inserção no mundo do trabalho assalariado, sendo, desta maneira, subordinada às relações que regem o trabalho na sociedade capitalista e a legislação específica que orienta sua atuação, a Lei nº 8662/93, e as diversas normativas dos seus órgãos de fiscalização (CFESS e CRESS) e diretrizes específicas de atuação de cada política pública (NETTO, 2006).

A nova leitura da realidade social pelo Serviço Social e o fortalecimento do Projeto Ético-Político foram acompanhados por um adensamento da produção científica dos/das assistentes sociais durante a década de 1990, especialmente a partir de uma interlocução mais ampliada com a tradição marxista e marxiana. A produção científica é um importante instrumento de transformação social e da profissão, visto que foi no âmbito da academia que se iniciou e condensou todo o processo de tentativa de ruptura com tradicionalismo intrínseco da profissão (SANT’ANA; MASSON, 2018).

Nas últimas décadas, o Serviço Social vem procurando se colocar como uma profissão que reivindica a necessidade e exigência dos/das assistente social desenvolverem pesquisas, gerando, assim, uma bibliografia própria, processo que tem na criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* seu principal impulsionador. A Pós-Graduação configura-se como um espaço privilegiado de interlocução e diálogo entre as áreas do saber e entre os diversos paradigmas teóricos e metodológicos, permitindo que o Serviço Social dialogue e se aproprie do debate intelectual contemporâneo das ciências sociais e humanas e desenvolva

produções próprias sobre múltiplos temas caros aos/às assistentes sociais (YAZBEK, 2009).

A pesquisa é um elemento fundamental para a formação profissional, sendo um importante componente do curso de graduação em Serviço Social, reconhecido tanto na revisão curricular de 1982 e como nas atuais Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996 (NETO, BARROS, 2014), é um importante instrumento de trabalho utilizados pelos/as assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais em que são chamados a atuar, visto que sua natureza articula uma dimensão interventiva e investigativa. Porém, é no âmbito da academia que a tradição da pesquisa têm maior impacto, especificamente no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu*, espaço em que a produção científica revela toda a sua potencialidade para o Serviço Social, onde se busca construir articulações orgânicas entre a produção de conhecimento e a prática profissional, sendo possível, assim, elaborar estratégias de atuação que sejam coerentes com as suas competências, com as exigências societárias e da instituição e com o Projeto Ético-Político (BOURGUIGNON, 2007).

O primeiro curso de Mestrado em Serviço Social do Brasil foi inaugurado em 1972, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e, no mesmo ano, também foi inaugurado um curso de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Em 1981, foi inaugurado o primeiro curso de Doutorado em Serviço Social do Brasil e da América Latina, na PUC/SP. Conjuntamente à criação dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* ocorreu o estímulo sistemático à pesquisa na área, com o surgimento, em 1983, do I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, e, em 1987, a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (CEDEPSS).

Outro marco importante para a produção de conhecimento do Serviço Social foi o seu reconhecimento como área de conhecimento das ciências sociais aplicadas pelo CNPq, em 1984, passando a compor o Comitê de Psicologia e Serviço Social, em 1986. Segundo Mota (2013)

O Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão. (MOTA, 2013, p. 18)

O Serviço Social enquanto profissão liberal e área de conhecimento, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria, mas seus agentes produzem conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas (NETTO, 2006).

Nesta perspectiva, Mota (2013) destaca que nos últimos anos o Serviço Social ampliou sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos que, orientado por seu Projeto Ético-Político, se contrapõe à hegemonia capitalista dominante, alinhando-se à esquerda marxista, e procurando fazê-lo sem perder a relação de unidade com o exercício profissional. Constata-se um significativo crescimento da demanda de profissionais de outras áreas pelas pós-graduações em Serviço Social e o reconhecimento intelectual dos pesquisadores/as da área, que são cada vez mais demandados a participar de bancas examinadoras de teses e dissertações em áreas afins e de eventos e debates acadêmicos, revelando a potência do Serviço Social na formação de uma massa crítica no campo das ciências sociais e humanas.

As produções intelectuais do Serviço Social demonstram a inserção da/o assistente social na realidade. Suas produções lhe dão sustentação teórica e metodológica para intervir na realidade social de forma crítica e criativa, respaldado em seu Projeto Ético-Político (BOURGUIGNON, 2007).

Entre as pesquisas realizadas pela categoria encontram-se estudos sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão, a formação econômica, social, política e cultural brasileira, os movimentos sociais, as relações entre Estado e a sociedade e, especialmente, sobre as políticas sociais. As produções dirigidas às formulações de políticas sociais têm uma importância inegável para o Serviço Social, pois sua ênfase recai na implementação, gestão, avaliação e financiamento de programas e projetos sociais previstos pelas políticas públicas, com privilégio para a seguridade social, o que contribui para qualificar o trabalho do/a assistente social (IAMAMOTO, 2014).

As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996 estabelecem como um dos seus aspectos relevantes na formação e na produção intelectual dos/das assistentes sociais a investigação sobre a formação histórica brasileira e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, que incluem a discussão da questão agrária, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo no país e a apreender as demandas consolidadas e emergentes postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando

formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social (ABEPSS, 1996).

A questão agrária como um elemento estrutural na sociedade brasileira figura como um elemento de investigação do Serviço Social, referenciada no “Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira” das Diretrizes Curriculares de 1996. No entanto, observa-se que dificilmente o modelo de desenvolvimento agrário é debatido de uma forma mais aprofundada pela categoria em suas produções teóricas.

Nos últimos anos, alguns grupos de pesquisa têm se mobilizado para dar maior visibilidade à temática dentro do Serviço Social. Nesse sentido, foi criado, em 2008, pela ABEPSS o grupo temático (GTs) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social com o objetivo de articular redes e linhas de pesquisa sobre os temas e construir espaços privilegiados para a reflexão teórica.

De acordo com o relatório de atividades do GT Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social de 2017-2018, os grupos que trabalham a questão agrária cadastrados na plataforma do CNPq estão presentes em todas as regiões do país, com exceção da região Centro Oeste, onde não foi encontrado nenhum registro de grupo de pesquisa nas temáticas agrárias nesse período. A temática agrária aparece com maior número de grupos de pesquisa na região Nordeste, que conta com 9 grupos de pesquisa, e na região Sudeste, com 8 grupos. Conclui-se, portanto, que esse campo de estudos ainda é incipiente e limitado, necessitando de maior aprofundamento teórico pela categoria (BEZERRA; VALENTE; SANTOS, 2018).

Com relação ao levantamento realizado acerca da produção científica sobre a questão agrária no âmbito dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social, entre os anos de 1996 a 2021, foram identificados em vários Programas de Pós-graduação diversas produções sobre o tema.

A área de conhecimento Serviço Social conta com 36 Programas de Pós-Graduação, detendo 36 cursos de Mestrado e 20 cursos de Doutorado. A maioria dos Programas estão ligados a instituições públicas, 30, e 6 Programas pertencem a instituições privadas. A relação de todos os Programas pode ser consultada no Anexo A.

O levantamento apontou que a região Nordeste e a região Sudeste concentram a maior quantidade de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social, com 12 Programas no total em cada região, e, conseqüentemente, essas

regiões contam com o maior número de produções teórico-científicas produzidas na área de Serviço Social no período analisado. No entanto, ao se analisar os Programas de cada região, nota-se que a região Nordeste tem Programas de Pós-Graduação mais novos do que a região Sudeste. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por exemplo, iniciaram seus Programas em 2019. Além disso, a região Nordeste possui menos Programas de Pós-Graduação que contam com o curso de Doutorado, 5, enquanto a região Sudeste conta com 9, detendo, assim, os Programas de Pós-Graduação mais consolidados na área.

As regiões Norte e Centro Oeste possuem a menor quantidade de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social. Cada região possui apenas um Programa que oferece o curso de Doutorado, a Universidade de Brasília (UnB), no Centro Oeste, e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no Norte. Na Tabela 1 apresenta-se os resultados do levantamento dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social por região e a quantidade de produções realizadas em cada região entre os anos de 1996 a 2021.

Tabela 1 - Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social por região (1996-2021)

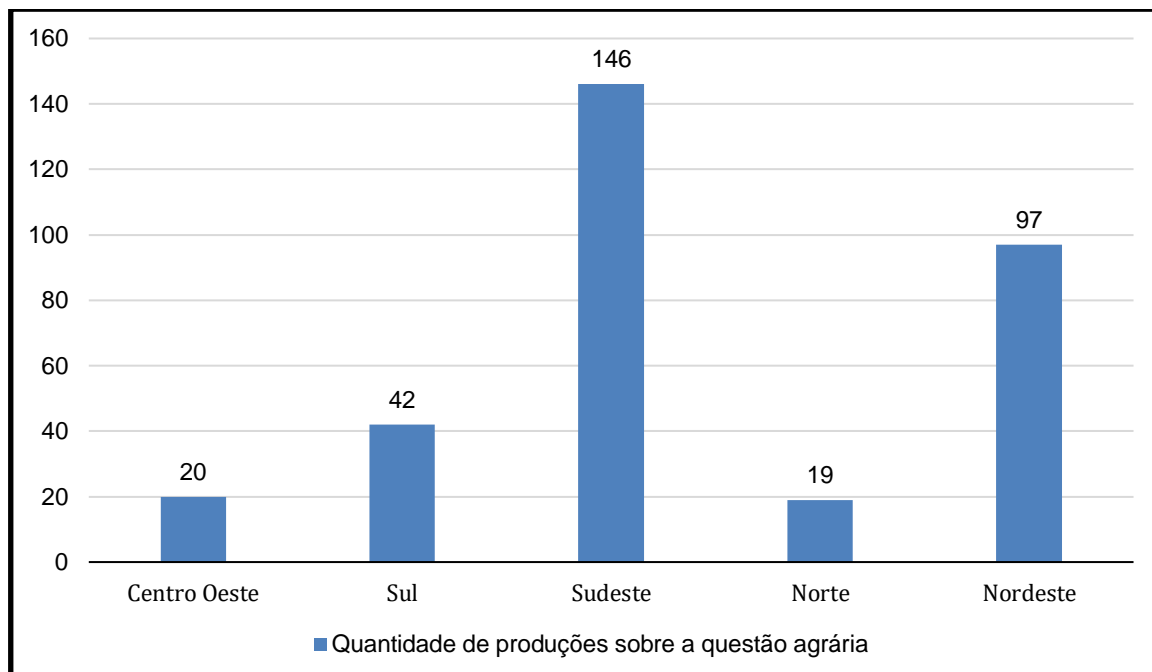
Região	Programas de Pós-Graduação na área Serviço Social	Quantidade de produção
Centro-oeste	3	478
Norte	3	240
Nordeste	12	1541
Sul	6	1124
Sudeste	12	3963
Total	36	7346

Fonte: elaborada pela autora com base em Sucupira, 2022.

Entre o período de 1996 a 2021<sup>7</sup>, foram produzidos 7346 trabalhos, entre teses e dissertações, pelos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social, destes 324 se relacionam com a questão agrária, o que representa 4,41% das produções. No Gráfico 1 apresenta-se a quantidade de produções sobre a questão agrária realizadas pelos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social por região.

<sup>7</sup> Levou-se em consideração a dissertação “Vozes, Silêncios e Lágrimas: As violências contra as mulheres rurais no território do recôncavo da Bahia, de Luise Maria Santos Santos, defendida em 17 janeiro de 2022 na UFRB.

Gráfico 1 - Produção dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu na área de Serviço Social sobre a questão agrária por região



Fonte: Elaborada pela autora com base em Sucupira, 2022.

A partir da análise dos resumos e das palavras chaves das produções foi possível identificar que 40 trabalhos fizeram alguma conexão entre a questão agrária e o Serviço Social, o que representa 12,34% da produção sobre o tema. Na Tabela 2 apresenta-se os dados do levantamento por IES.

Tabela 2 - Produção dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social por IES (continua)

IES	Total de produções	Total de produções sobre a questão agrária	Porcentagem
UFBA	2	0	0%
UFT	6	0	0%
UFRGS	28	0	0%
UERN	55	1	1,81%
UNIFESP	53	1	1,88%
UFRB <sup>8</sup>	2	1	50%
EMESCAM	245	2	0,81%
UEL	181	2	1,10%
UFPI	155	2	1,20%

<sup>8</sup> Não foi possível encontrar a dissertação "Vozes, Silêncios e Lágrimas: As violências contra as mulheres rurais no território do recôncavo da Bahia", de Luise Maria Santos Santos, defendida em 2022 na UFRB.

Tabela 2 - Produção dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social por IES (conclusão)

IES	Total de produções	Total de produções sobre a questão agrária	Porcentagem
UEPB	72	2	2,77%
PUC GOIÁS	145	3	2,06%
UFPB	94	3	3,19%
UNIOESTE	55	3	5,45%
UECE <sup>9</sup>	109	6	5,50%
UFS	91	6	6,59%
UFMT	68	6	8,82%
UCPEL	227	7	3,8%
UFRN	186	7	3,76%
UFAM	128	7	5,46%
PUC RIO <sup>10</sup>	415	8	1,92%
UERJ	235	9	3,82%
UFJF	188	9	4,78%
UFAL	134	9	6,71%
UnB	265	9	4,15%
UFES	175	11	6,28%
PUC RS	366	12	3,27%
UFPA	106	12	11,32%
UFF	327	13	3,97%
UFRJ	569	15	2,63%
UFMA	229	15	6,55%
PUC SP	1049	17	1,62%
UFSC	267	18	6,74%
UNESP	401	24	5,98%
UFV	306	37	12,09%
UFPE	412	45	10,92%
<b>TOTAL</b>	<b>7119</b>	<b>317</b>	<b>4,41%</b>

Fonte: Elaborada pela autora com base em Sucupira, 2022.

<sup>9</sup> Não foi possível encontrar nenhuma das produções completas da UECE em seu repositório institucional.

<sup>10</sup> Não foi possível encontrar 5 trabalhos completos defendidos na PUC RIO: A dissertação “Mandona vem de família - um estudo de gênero, trabalho e poder entre trabalhadoras rurais” de Maria Goreti da Silva, defendida em 1996; A dissertação de Maria Nazaré Martins Silva, “Eldorado: um sonho de reforma agrária no Rio de Janeiro”, defendida em 1997; A dissertação de Rosângela Martins Lage, “Assentamento: uma particularidade em construção”, defendida em 1998; A dissertação Rosane Cristina Moreira De Souza, “Tranca e trabalho: estudo junto à colônia agrícola de Magé”, defendida em 2000; e a dissertação de Ciomara Maria dos Santos, “A participação das mulheres no MST”, defendida em 2002.



A análise do levantamento por região apontou que a região Sudeste detém a maior quantidade de produções sobre a questão agrária. Os Programas de Pós-Graduação da região produziram, entre 1996 e 2021, 3963 trabalhos, entre teses e dissertações, destes 146 trabalhos se relacionam com a questão agrária, o que representa 3,68% da produção teórico-científica da região.

A maior presença de produções sobre o tema na região Sudeste pode ser explicada pela grande concentração de Programas de Pós-Graduação na região, que historicamente determina a maior quantidade de cursos de graduação e Pós-graduação e o maior monte de recursos para o financiamento de pesquisas. Além disso, foi na região Sudeste que se iniciou a produção de conhecimento no Serviço Social, abrigando os mais antigos cursos de Pós-Graduação na área.

A região Nordeste, em relação a quantidade de produções, aparece em segundo lugar. Os Programas de Pós-Graduação da região produziram ao todo 1541 trabalhos, destes, 97 se relacionam com a questão agrária, o que representa 6,29% de sua produção. A região também abriga a IES que detém a maior quantidade de trabalhos sobre o tema, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A UFPE concebeu 412 trabalhos, destes 45 foram dedicados ao debate da questão agrária, o que representa 10,92% das suas produções.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE (PPGSS-UFPE) é reconhecido como um Programa de excelência, contando com conceito 6 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES)<sup>11</sup>, consolidando-se como referência local, regional, nacional e internacional. O PPGSS possui uma única área de concentração, “Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais”, e seis linhas de pesquisa: 1) Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social; 2) Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 3) Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos; 4) Serviço Social, Ética e Direitos Humanos; 5) Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental; 6) Relações Sociais de

---

<sup>11</sup> O Conceito CAPES é uma avaliação periódica dos cursos de pós-graduação (mestrados e doutorados) do país, atualmente realizada a cada 4 anos. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é um órgão do Governo Federal do Brasil, ligado ao Ministério da Educação, responsável por esse sistema de avaliação. Na escala do mestrado, a nota máxima é 5 e no doutorado, 7 é o conceito máximo. Os conceitos são definidos como: Conceitos 1 e 2 - as autorizações de funcionamento são canceladas, assim como o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado oferecidos pelo programa avaliado; Conceito 3 - satisfatório, atende ao padrão mínimo de qualidade; Conceito 4 - responde por um bom desempenho; Conceito 5 - nota máxima para programas que oferecem apenas o mestrado e Conceitos 6 e 7 - notas que apontam alto padrão internacional de desempenho para programas de doutorado.

Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidade. A presença de uma linha de pesquisa voltada para a apreensão da questão agrária é um elemento explicativo para o número elevado de produções sobre o tema na IES.

Além disso, a análise sobre a questão agrária é tida como um elemento chave para compreender as dinâmicas sociais e econômicas da região Nordeste. O Nordeste apresenta um quadro de profunda desigualdade social, concentração de renda e precarização do trabalho que são resultantes da forma como a região se inseriu na dinâmica capitalista brasileira (SANTOS; VASCONCELOS; NATALE; FIGUEIREDO, 2012).

A questão regional, que no Brasil classicamente refere-se ao Nordeste, mas que pode ser facilmente estendida à região Norte, constituiu-se, segundo Oliveira (1993), no século XIX, como resultado das formas adotadas para solucionar a questão do mercado de trabalho e a questão da terra. A expansão da economia cafeeira capitalista no Sudeste e, posteriormente, a industrialização da região, na passagem dos anos quarenta para cinquenta, fez com que ela se tornasse o centro da economia nacional e um polo de atração de mão de obra barata vinda do Nordeste e do Norte, em especial, para o estado de São Paulo, que liderou indiscutível a produção industrial no período.

A industrialização do país foi processada por meio de uma aliança entre os interesses da burguesia industrial e das poderosas oligarquias agrárias, que mantiveram e fortaleceram a concentração de terras e o poder político e econômico dos setores ligados ao capital agrário.

A grave concentração fundiária e as disparidades regionais contribuem para que o Nordeste não consiga ultrapassar a economia de base agrícola e tenha dificuldades de constituir um mercado de trabalho assalariado, mantendo uma posição complementar à economia nacional ao fornecer mão-de-obra e matéria-prima de baixo custo ao Sudeste (SANTOS; NATALE; FIGUEIREDO; VASCONCELOS, 2012).

Segundo Oliveira (1993), no fundo da questão regional brasileira jaz uma questão agrária irresoluta, as duas formam uma unidade inextricável, em que suas gêneses são praticamente simultâneas em formas e conteúdo, ambas tributárias do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Assim, as reivindicações de reforma agrária no Nordeste se destinam a viabilizar a solução da questão agrária e a questão do mercado de trabalho, e seu substrato, a questão regional.

A região Norte apresenta um número considerável de produções sobre a questão agrária, tendo em vista que possui apenas 3 Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. Foram produzidos na região 240 trabalhos, em que 19 trabalhos foram dedicados à discussão da questão agrária, o que representa 7,91% da sua produção. A considerável porcentagem de produção sobre o tema na região revela o interesse dos programas pela temática.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA) é o mais antigo Programa de Pós-Graduação da região Norte, iniciou suas atividades em 1996. O PPGSS/UFPA possui a 3º maior concentração de produções sobre a questão agrária, dos 106 trabalhos produzidos, 12 foram voltados para a temática, o que representa 11, 32% das suas produções.

O exame dos resumos e palavras-chave das produções do PPGSS/UFPA indicou que o Programa tem entrelaçado as análises da questão agrária com a questão ambiental. Essa interlocução é fomentada pelas linhas de pesquisa do PPGSS/UFPA: 1) Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia; 2) Serviço Social e Trabalho na Amazônia e 3) Serviço Social e Direitos Humanos na Amazônia; e pelos grupos de pesquisa do Programa: Grupo de Estudos e Pesquisas “Sociedade, Território e Resistências na Amazônia (GESTERRA).

O Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (PPGED/UFV) possui a maior concentração de trabalhos sobre a questão agrária. O PPGED/UFV concebeu 306 trabalhos, em que 37 são dedicados ao tema, o que representa 12,09% de sua produção.<sup>12</sup>

A forte presença de trabalhos para a questão agrária é estimulada pela presença de dois núcleos de pesquisas com foco em estudos agrários: o Núcleo Disciplinas de Estudos Agrários e Soberania Alimentar e o Grupo de Estudos Rurais, Agriculturas e Ruralidades – GERAR. Desta maneira, foram identificadas produções

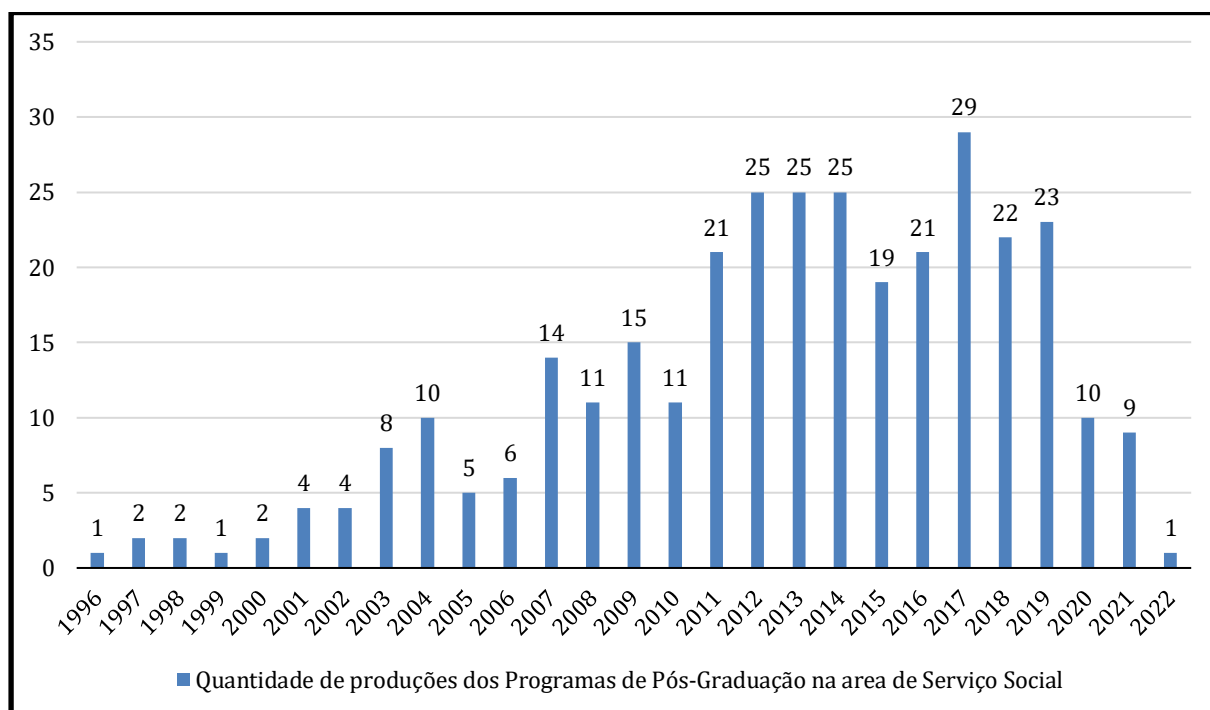
---

<sup>12</sup> O Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade de Viçosa encontra-se listado como um Programa pertencente a área de Serviço Social pela Plataforma Sucupira, no entanto, este Programa está vinculado ao Departamento de Economia Doméstica (DED) e ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa (CCH-UFV). O Programa busca formar professores, pesquisadores e profissionais qualificados a atuarem no ensino, na pesquisa e na extensão na área de Família em suas múltiplas relações com a sociedade, constituindo subsídios na formulação e realinhamento de políticas sociais. O curso de graduação em Serviço Social da UFV é relativamente recente, iniciou o seu funcionamento no primeiro semestre de 2017, estando sediado no Departamento de Economia Doméstica (DED), do Centro de Ciências Humanas (CCH).

voltadas para a análise da produção agrícola e a incorporação de novas tecnologias no campo; as transformações culturais no meio rural; as relações de gênero e geração na agricultura familiar; a questão agrária brasileira; a política de segurança alimentar e nutricional; os conflitos socioambientais e as políticas públicas de desenvolvimento agrário.

A análise da produção sobre a questão agrária por ano indicou que houve um claro aumento no número de trabalhos produzidos sobre o tema entre 1996 a 2021. O ano de 2017 aparece com o maior número de produções sobre o tema, foram 29 trabalhos. Esta evolução é explicada, possivelmente, pelo aumento do número de Programas de Pós-Graduações na área de Serviço Social e, ainda que incipiente, um aumento do interesse da categoria em apropriar-se do debate. No Gráfico 2 apresenta-se a quantidade de trabalhos produzidos pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social por ano.

Gráfico 2 - Produções dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social sobre a questão agrária por ano



Fonte: Elaborada pela autora com base em Sucupira, 2022.

O levantamento afirmou há existência de desníveis na quantidade de produções e Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social entre as regiões político-administrativas do país, o que reflete algo que já vem sendo documentado na

literatura sobre o processo de concentração da pós-graduação e da distribuição desigual de recursos destinados às pesquisas científicas no Brasil.

Segundo Nazereno e Herbetta (2019), a formação da Pós-Graduação no Brasil foi baseada na noção de assimetria, especialmente no que se refere aos investimentos de pesquisa, que se concentram em alguns poucos centros de excelência localizados nos centros de poder político e econômico do país, tornando desigual o acesso e a produção de conhecimento entre as distintas regiões. As regiões Sudeste e Sul, fundamentalmente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, concentram os maiores números de Programas de Pós-Graduação e os maiores recursos destinados à produção de conhecimento.

Os autores também apontam que a distribuição das Pós-Graduações por mesorregiões geográficas também é assimétrica. As regiões metropolitanas, principalmente as litorâneas, concentram a excelência da Pós-Graduação nacional. Desta maneira, a assimetria na Pós-Graduação no país pode ser observada tanto em relação às regiões político-administrativas brasileiras, em que notadamente as regiões Sudeste e Sul recebem mais incentivos, quanto dentro de uma mesma região, quando se nota que os maiores centros urbanos, ao longo do tempo, concentram os esforços de promoção da Pós-Graduação no país.

Somado a isso, em relação ao financiamento das pesquisas, nota-se que o montante de recursos destinados às ciências exatas e tecnológicas, historicamente, supera aqueles direcionados às ciências humanas e sociais, no qual o Serviço Social se insere. As políticas voltadas para o financiamento da Pós-Graduação brasileira estão fortemente ligadas à perspectiva de produtividade, interessa às agências de fomento financiar IES que apresentem os critérios de avaliação mais promissores, com os conceitos CAPES mais elevados. Desta forma, essa configuração gera discrepâncias e desigualdades entre as Universidades e seus departamentos, onde alguns contavam com expressivas somas de investimentos e outros mal têm recursos para se manter (NAZARENO; HERBETTA, 2019).

A marca da assimetria nos Programas de Pós-Graduação é um grande desafio para o desenvolvimento da pesquisa no país, pois essa configuração dificulta o acesso e a permanência de diferentes contingentes populacionais na Pós-Graduação e minimiza a produção de conhecimento científico das ciências sociais e humanas. As classes historicamente marginalizadas: pobres, negros, indígenas, população do campo etc.; por conta dos problemas de deslocamento e renda, tem maior dificuldade

para ter acesso a Pós-Graduação. A manutenção dessa estrutura desigual no espaço da Pós-Graduação gera uma enorme dificuldade em receber e se apropriar de uma gama significativa de temas de pesquisa que estão intimamente ligados aos interesses das classes subalternizadas.

Nessa linha, Martins (1999) destaca que um tema complicado na história das lutas camponesas está justamente relacionado com o fato de que as mediações interpretativas da luta pela terra serem realizadas por agentes de classe média e as ações processadas para esse fim se apoiarem numa visão do processo histórico que é próprio dos setores militantes e radicais dessa classe e não do campesinato. Desta forma, as mediações teóricas e ideológicas utilizadas como suporte das intervenções e das construções das políticas sociais para o campo não são processadas pelo protagonista real da luta pela terra, o/a trabalhador/a rural, que é desprovido das condições necessárias para se interpretar diretamente.

Assim, conclui-se que a estrutura assimétrica da Pós-Graduação no Brasil é um elemento que contribui para o limitado número de produções do Serviço Social sobre a questão agrária, que certamente poderia se tornar ainda mais potentes se houvesse políticas adequadas de fomento à pesquisa e a democratização do acesso ao ensino superior e à Pós-Graduação.

A ampliação e aprofundamento das pesquisas realizadas pelo Serviço Social sobre a questão agrária brasileira podem contribuir de sobremaneira com os estudos agrários e com a lutas dos/das trabalhadores/as rurais, visto que uma das particularidades da pesquisa realizada pelos/as assistentes sociais é a centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das referidas pesquisas, respeitando a sua autonomia e participação, e do retorno e alcance social procedentes desses estudos para transformações materiais nas condições de existência dos envolvidos (BOURGUIGNON, 2007).

### **3.2 As principais tendências das produções científicas sobre a questão agrária no Serviço Social**

A questão agrária é uma expressão do desenvolvimento capitalista brasileiro no campo, sua compreensão é um elemento chave para entender as dinâmicas sociais e econômicas da sociedade brasileira. O modelo de produção adotado no

campo é voltado para o mercado de *commodities*<sup>13</sup>, sua base de sustentação é a produção em larga escala de um único produto, via de regra, valendo-se da superexploração da força de trabalho, do uso indiscriminado de insumos químicos (agrotóxicos) e de mecanização pesada, que geram incontáveis efeitos nocivos, especialmente para a população do campo e para os povos tradicionais. Desta forma, sua apreensão pela categoria é de fundamental importância

Ao analisar o conteúdo das produções dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social, no período de 1996 a 2021, foi possível observar que os trabalhos referentes à temática agrária centram-se na crítica ao sistema produtivo capitalista no campo; na análise das resistências organizadas a esse sistema por meio de organizações políticas e movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), etc.; organizações sindicais de trabalhadores/as rurais e a resistência dos quilombos e dos povos originários. Também se faz presente trabalhos que se dedicam a avaliação crítica das políticas agrárias, dos assentamentos e da reforma agrária no Brasil.

Outros trabalhos se dedicam à avaliação de políticas públicas e do processo de implementação dos equipamentos públicos nas áreas rurais, tais como: avaliação dos programas de transferência de renda e da política de assistência social no universo rural; avaliação do programa de inclusão produtiva rural e desenvolvimento rural, do programa nacional de alimentação escolar, da política de segurança alimentar e nutricional, da previdência social rural e das políticas de saúde, especialmente de saúde do trabalhador; análises sobre a construção e efetivação da proteção social no território indígena e quilombola.

Alguns trabalhos dedicam-se a compreender a violência contra a mulher no universo rural; o turismo rural; as relações de trabalho no campo; a questão da água e a relação entre o Serviço Social e a questão agrária

As produções científicas sobre a questão agrária no Serviço Social, em sua maioria, destacam-se por ter o materialismo histórico-dialético como método orientador das produções. Identificou-se a presença marcante de duas categorias nas

---

<sup>13</sup>Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais commodities são o café, a soja, o trigo e o petróleo.

análises realizadas: a Teoria Marxista da Dependência e a superexploração do trabalho. O Brasil, assim como outros países da América Latina, tem como característica o desenvolvimento tardio e dependente de sua economia. A inserção dos países latinos periféricos na dinâmica do capitalismo tardio é realizada a partir da divisão internacional do trabalho, onde cabe à periferia a produção de matérias-primas, gêneros alimentícios e bens de consumo não duráveis, e para produzir bens de consumo duráveis precisa associar-se com o capital internacional por meio do capital portador de juros, investimentos externos diretos e/ou comprar as mercadorias do exterior. Esse processo configura uma transferência de valor da periferia para o centro e, conseqüentemente, a redução do excedente disponível para a dinâmica interna da produção e reprodução das relações sociais dos países dependentes (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

A redução da quantidade de mais valor que pode ser apropriado privadamente para o consumo do capitalista e para reprodução e a ampliação do capital geram a necessidade de compensação da perda da mais-valia, que é alcançada a partir da extração de mais trabalho não remunerado da classe trabalhadora. A superexploração da força de trabalho é um elemento estrutural do processo de produção e reprodução das relações sociais dos países periféricos, sua efetivação é viabilizada pela manutenção de determinadas dinâmicas sociais oriundas da economia colonial, como o trabalho escravo/semiescravo na agricultura, a concentração de terra e renda, a estrutura societária tradicional e patriarcal e manutenção de uma burguesia latino-americana economicamente e ideologicamente frágil e politicamente débil, que submete-se aos interesses dos países de capitalismo central e trabalha para manter o atraso e exclusão das classes subalternas no interior de suas sociedades (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

Desta maneira, percebe-se que as produções seguem uma linha crítica de abordagem que vem sendo sedimentada no Serviço Social a partir da construção do atual Projeto Ético-Político.

Outro ponto que se destaca é a forte presença de trabalhos que focam no papel da mulher nas dinâmicas societárias rurais, nas relações de trabalho, nos movimentos sociais e cooperativas agrícolas e como interlocutora de políticas sociais e agrárias.

Como forma de ilustrar essa preocupação, destaco a dissertação de Rayane Bartira de Araújo Grilo, “Violência contra a mulher no universo rural: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo”, defendida em 2013, na



UFRN. O trabalho buscou apreender a violência contra a mulher trabalhadora rural no âmbito da sociedade patriarcal e capitalista atual por meio de uma pesquisa realizada nos Assentamentos Mulunguzinho, em Mossoró, e Eldorado dos Carajás, em Macaíba, ambos no estado do Rio Grande do Norte. A autora conclui que a manifestação da violência contra a mulher encontra terreno propício para seu cultivo indiscriminado, e por vezes ideologicamente justificado, no meio rural, e que essa situação é agravada pela presença incipiente de mecanismos de proteção legal das mulheres nas zonas rurais. Logo, os estudos com esse enfoque, contribuem com a ampliação dos estudos de gênero e para atuação do Serviço Social junto às mulheres que sofrem processos de violência nessas áreas.

Outro elemento observado nas produções foi que os estudos sobre movimentos sociais do campo realizados pelo Serviço Social têm dado maior destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O MST é o maior movimento camponês no Brasil e um dos maiores movimentos sociais da América Latina, tendo como foco as questões do/a trabalhador/a do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira. Devido a sua magnitude e capacidade de mobilização, o MST figura como objeto de diversos estudos no campo das ciências sociais e humanas.

O Serviço Social ao se renovar e esboçar um novo projeto profissional buscou se aproximar dos movimentos sociais e organizações populares, procurando, com isso, apoiar e participar da luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos sociais. Delgado (2010), no entanto, destaca que essa aproximação se faz, sobretudo, em relação aos movimentos sociais urbanos e não incorpora na mesma medida as lutas dos movimentos sociais de trabalhadores/as camponeses/as.

Os movimentos sociais do campo representam um dos segmentos das classes subalternas que, sobretudo a partir da década de 1990, vem se ampliando em número e ações de contestação ao modelo de produção capitalista no país. Em 2010, o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) registrava a atuação de noventa e seis movimentos sociais no campo brasileiro (NERA, 2010).

O envolvimento do Serviço Social com os movimentos sociais dos trabalhadores/as camponeses/as ainda é limitado, mas apresenta uma progressiva evolução nos últimos anos. De maneira que a profissão ainda precisa incorporar a diversidade de movimentos sociais do campo, visto que o espaço rural abriga uma diversidade de condições de vida e de trabalho que refletem em experiências distintas

em relação às opressões econômicas, de classes, gênero, de orientação sexual etc., que os grupos sociais nas zonas rurais estão sujeitos.

As 40 produções teórico-científicas identificadas que fazem conexão entre a questão agrária e o Serviço Social, em sua maioria, partem da análise de políticas sociais, um traço característico da produção científica da profissão. O processo de territorialização das políticas sociais ampliou os equipamentos públicos e políticas sociais nas zonas rurais e com isso possibilitou que a prática profissional no meio rural também se ampliasse, passando a constituir uma parcela significativa do mercado de trabalho dos/das assistentes sociais. No Quadro 1 apresenta-se as produções identificadas que fazem conexão entre a questão agrária e o Serviço Social.

Quadro 1 - Produções teórico-científicas que fazem conexões entre a questão agrária e o Serviço Social (continua)

PRODUÇÕES	IES	ANO
Programa Bolsa Família: Mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado – MG	UFF	212
A política agrária no Brasil: uma análise sobre o alcance da proteção social no campo	UEL	221
O trabalhador rural no Brasil e a previdência social: desafios enfrentados na garantia de proteção social na região metropolitana de Goiânia-Goiás, no período de 2009-2012	PUC GOIÁS	2013
Violência contra a mulher no universo rural: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo	UFRN	2013
Trabalhador rural: a parte que te cabe na previdência social	UFJF	2018
A saúde do trabalhador no âmbito rural de Lavras/MG e região: considerações a partir da economia política do capitalismo dependente	UFJF	2018
Serviço social e questão agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social	UFJF	2015
A agroecologia como paradigma para a promoção do direito humano à alimentação: a atuação da ASSESOAR no sudoeste paranaense	UNIOESTE	2018
Implicações socioambientais no espaço da Sanga Pinheirinho em Toledo - PR	UNIOESTE	2016
Questão agrária brasileira e a inserção do Serviço Social em políticas sociais para o campo	UFAL	2014
A relação serviço social e questão agrária na contemporaneidade: Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão	UFMA	2010
Berger, Mariana Cavalcanti Braz. O serviço social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal: “velhas” e “novas” demandas profissionais	UFMA	2018
Trabalho escravo rural contemporâneo e a implementação do projeto de qualificação para os egressos no estado de Mato Grosso 2012	UFMT	2012

Quadro 1 - Produções teórico-científicas que fazem conexões entre a questão agrária e o Serviço Social (conclusão)

PRODUÇÕES	IES	ANO
Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da Sustentabilidade: Estudo a partir do Programa Bolsa Família nos CECFs em Manaus/AM	UFAM	2020
Política pública de saúde: uma abordagem sobre o acesso dos usuários à atenção primária na zona rural do município de Monsenhor Hipólito/PI	UFS	2021
Trabalho no corte da cana-de-açúcar e o lazer: uma análise dos tempos de lazer cultural	UNESP	2013
Açúcar amargo: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras-SP	UNESP	2007
Olhando possibilidades: uma análise do programa AgroVida	UNESP	2007
O perfil educativo dos Assistentes Sociais atuantes nas expressões da questão agrária da sub-região de Andradina (SP)	UNESP	2007
A geração de renda no Seringueiras (Uberlândia - MG), a partir de trabalhadores de mão-de-obra não qualificada e de baixa escolarização: uma leitura de justiça como equidade em processo político de intervenção do Serviço Social	UNESP	2001
Família e cooperativismo: o ethos cooperativista na região de Franca/SP	UNESP	2015
Serviço social campeando a inserção da população do campo na atenção básica em saúde nos pampas	PUC RS	2016
A dinâmica sócio-histórica brasileira sob o galope contido da política de assistência social no meio rural	PUC RS	2017
Sementes lançadas em terras distantes: o direito à assistência social para a população rural	2018	PUC RS
A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso	2006	PUC RS
Cras rural - lugar de efetivação da política de assistência social: estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas	2011	PUC RS
Política de segurança alimentar nutricional e sua inserção ao Sistema Único de Assistência Social	2011	PUC RS
Territorialidade e proteção social: um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural	2013	PUC RS

Fonte: autoria própria (2022).

O levantamento indicou a presença marcante de produções sobre a política de saúde do trabalhador, visto que os/as trabalhadores/as rurais são submetidos a condições precárias de trabalho; a política de segurança alimentar e nutricional, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>14</sup> e o Programa da Merenda Escolar<sup>15</sup>; e a política de assistência social, que tem o/a trabalhador/a rural como um dos seus principais usuários. Nessa linha, destaca-se a produção do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUC-RS). O PPGSS/PUC-RS concebeu 12 produções sobre a questão agrária, em que 5 produções focam na política de assistência social, trabalhando as particularidades da atuação do/a assistente social no território rural, a exacerbação das vulnerabilidades nesse espaço e a especificidade dos equipamentos da política de assistência social destinados a esses territórios.

Nesse sentido, destaco a dissertação de Luiz Antônio Pasinato, publicada em 2011, “Cras rural: lugar de efetivação da política de assistência social: estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas”. A dissertação teve como propósito estudar o processo de implantação e territorialização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir da análise dos programas, serviços, projetos e benefícios oferecidos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Rural, identificando os limites, as possibilidades e os avanços dessa política.

A investigação foi realizada com as famílias assentadas, profissionais e gestores da política de assistência social do município de Viamão/RS, buscando desvendar como são incluídas as famílias de agricultores sem-terra e assentadas na política. O autor concluiu que a inserção e inclusão dos assentados na política de assistência social representa um desafio na medida em que faltam informações e condições estruturais para acessar os programas e benefícios da política. Os problemas relacionados à escassez de recursos, infraestrutura precária e insuficiência

---

<sup>14</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Por meio do programa, os órgãos compram os alimentos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação, e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino.

<sup>15</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

de profissionais que já são historicamente presentes na política de assistência social são exacerbados na zona rural.

Desta maneira, as produções teórico-científicas que fazem conexão entre a questão agrária e o Serviço Social são essencialmente relevantes para a qualificação do trabalho do/da assistente social nas políticas sociais na zona rural, especialmente ao se considerar o dimensionamento da pobreza rural, as precárias relações de trabalho no campo e as dificuldades estruturais de implementação destas políticas nas áreas rurais.

Entre as 40 produções teórico-científicas identificadas que fazem conexão entre a questão agrária e o Serviço Social, também se destacam trabalhos que buscam justamente investigar a relação entre a questão agrária e o Serviço Social, tentando compreender como a profissão se relaciona com a temática e levantar hipóteses que expliquem o seu limitado número de produções e intervenções na área. Nesta linha, destaco a tese de Mailiz Garibotti Lusa, “A (in) visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas”, defendida em 2012, na PUC-SP. A tese buscou analisar como o Serviço Social produz aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos para o exercício profissional que ocorre em espaços sócio-ocupacionais rurais no estado de Alagoas, procurando entender por que, havendo demandas profissionais, o Serviço Social ainda se fazia presente apenas timidamente na realidade rural.

Para a autora, o rural é marginal a profissão porque a formação acadêmica não possibilita elementos para que os/as assistentes sociais percebam e reconheçam as demandas desse espaço, que se associa ao fato de que o movimento do capitalismo atual promove o sucateamento e eliminação de políticas públicas destinadas a área rural, diminuindo e precarizando os postos de trabalho dos/as assistentes sociais nas áreas rurais. De maneira que o exercício profissional dificilmente requisita da academia tratamento sobre esta realidade durante a formação profissional.

Neste sentido, Lusa (2012) concorda com Sant’Ana (2012), ao afirmar que um dos entraves principais para que a profissão não consiga trabalhar a questão agrária na formação e na produção teórico-científica, e, conseqüentemente, elaborar mediações teórico-metodológicos e técnico-operativos que prepare os/as assistentes sociais para trabalhar no espaço rural, está no esvaziamento de historicidade ao tratar da sociedade e a fragmentação da realidade. A análise dos processos sociais a partir

de uma perspectiva crítica de totalidade não é algo sedimentado na categoria, de forma que não há uma mediação entre os três núcleos de fundamentos da formação em Serviço Social.

Logo, o Serviço Social ainda necessita ultrapassar a fragmentada tendência de considerar a sociedade brasileira numa óptica meramente urbana e incorporar nos debates da profissão que o entendimento dos processos que ocorrem no campo, em uma perspectiva de totalidade, são fundamentais para compreender as inúmeras refrações da questão social que permeiam nossa sociedade.

Segundo Sant'Anna (2012), ainda que o processo de territorialização das políticas sociais tenha ampliado a atuação dos/das assistentes sociais na realidade rural, essa aproximação não refletiu no trabalho intelectual da categoria, muito possivelmente, devido às frágeis e precarizadas relações de trabalho a que estão submetidos nesses espaços.

Historicamente, as necessidades sociais situadas no campo são colocadas como questões secundárias por parte do Estado, mobilizando poucos recursos para a área social. A área rural possui, tradicionalmente, muitos equipamentos públicos com infraestrutura precária, dificuldades orçamentárias para a execução dos serviços e condições de trabalho mais precarizadas, com baixa remuneração e demandas excessivas. Essa configuração impacta no processo de educação permanente e continuado dos/das assistentes sociais e na utilização da pesquisa como instrumento diário de trabalho, existindo pouco incentivo a realização de produção teórica sobre a sua atuação nesses espaços.

O Estado é o principal espaço de mediação entre Serviço Social e as refrações da questão social, que inclui a questão agrária, e as políticas sociais são os principais elementos de discussão e atuação dos/das assistentes sociais. O número limitado de espaços sócio-ocupacionais de trato direto com a questão agrária e a extinção, reformulação e sucateamento das políticas públicas em que os/as assistentes sociais trabalham, contribuem para que o envolvimento do Serviço Social com a temática agrária e as demandas dos/as trabalhadores/as rurais seja limitado.

A formação e a produção teórico-científica dos/das assistentes sociais refletem as demandas postas pelos espaços sócio-ocupacionais, desta maneira, a profissão tem se voltado para pensar os problemas da cidade e formulação de políticas públicas para o espaço urbano, subordinando a discussão referente ao rural (DELGADO, 2010).

Desta forma, a apreensão da questão agrária pela categoria está longe da simples vontade e interesse dos profissionais sobre o assunto, sua ampliação passa igualmente pelo processo de valorização profissional, defesa dos direitos sociais e ampliação das políticas sociais para o campo, que reconheçam e respeitem as peculiaridades do espaço.

É possível concluir que o Serviço Social nos últimos anos vem avançando na apreensão do debate sobre a questão agrária, mas que ainda carece ampliar suas produções sobre o tema e, especialmente, sobre a atuação dos/as assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais rurais, de forma a qualificar sua atuação nesses espaços.

Dito isso, enfatiza-se que os/as assistentes sociais por terem uma maior proximidade com os segmentos mais vulneráveis e por firmar com estes um compromisso pela defesa dos direitos sociais e da legitimidade das lutas da classe trabalhadora, devem buscar cada vez mais, por meio de suas intervenções e produções teóricas, contribuir com a formulação de estratégias que visem o enfrentamento da questão agrária, a defesa dos movimentos sociais camponeses e a defesa da reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui realizado nos permite apontar que o debate sobre a questão agrária está presente na produção de conhecimentos do Serviço Social, mas precisa ser ampliada, especialmente no que diz respeito à atuação dos/das assistentes sociais nessa dimensão.

O objetivo desse estudo foi analisar a produção científica do Serviço Social sobre a questão agrária no âmbito dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social, entre os anos de 1996 a 2021. Para tanto se fez necessário contextualizar os fundamentos sócio-históricos da questão agrária brasileira; analisar a construção do projeto profissional e dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social; e examinar a produção científica produzida pelo Serviço Social sobre a questão agrária.

A questão agrária designa uma área do conhecimento científico que se dedica a compreender os problemas da sociedade relacionados ao uso, à posse e à propriedade de terras (STEDILE, 2012). A propriedade privada da terra é um dos fundamentos da acumulação e do modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil (MARTINS, 1999).

Como meio de produção primordial na agricultura, sua apropriação privada constitui o principal elemento que separa os/as trabalhadores/as dos meios de produção na agricultura (SILVA, 1980). À medida que o capitalismo vem aumentando sua presença no campo, observa-se um agravamento da questão agrária. O Brasil se mantém como um dos países mais desiguais do mundo e com uma das maiores concentrações de terra do planeta. Diversos estudos apontam uma acomodação da estrutura fundiária aos interesses do grande capital no país, que é capaz de crescer economicamente sem realizar reformas estruturais.

O Estado aparece, historicamente, como agente de defesa dos interesses capitalistas no campo, propiciando por meio de diversos instrumentos, com destaque para concessão de crédito e os incentivos fiscais às atividades agropecuárias e conexas, o desenvolvimento das forças produtivas do capital na agricultura (PALMEIRA, 1982). Ao passo que se verifica o abandono das políticas de reforma agrária, sendo implementado apenas respostas pontuais à exacerbação da questão agrária por meio de políticas compensatórias e políticas assistencialistas, que não mudam em nada a estrutura fundiária do país.



A partir da década de 1990, a questão agrária brasileira entra em uma nova fase. O decênio é marcado pela ascensão das políticas neoliberais na condução da política estatal; o vínculo entre o capital financeiro especulativo e o empresariado rural, com vistas ao controle estratégico de terras e recursos naturais, especialmente na periferia do capitalismo; a especialização e conexão da agricultura com o circuito global da economia, que cada vez mais requer grandes quantidades de insumos químicos e maquinaria pesada para se manter; e pelas crises estruturais do capital, que provocaram o aprofundamento da estrutura fundiária desigual no Brasil.

A virada à direita da política brasileira a partir do golpe de 2016 levou a um aprofundamento da questão agrária, com a ampliação do sucateamento dos órgãos responsáveis pela execução das políticas de reforma agrária e das políticas ambientais, o desmonte das políticas sociais, a intensificação da perseguição e criminalização dos movimentos sociais do campo pelo Estado e o aumento dos conflitos no campo, o ano de 2020, como reflexo da pandemia da Covid-19 e das políticas austeras impostas pela gestão do atual presidente Jair Bolsonaro, apresentou o maior número de conflitos no campo registrado pela CPT.

Os movimentos sociais do campo, com destaque para o MST, representam um dos principais segmentos de resistência ao modelo de produção instaurado no campo, trazendo à cena política a luta dos/as trabalhadores/as rurais e buscando construir novas práticas sustentáveis de produção agrícola por uma via agroecológica que reconhece a soberania alimentar dos povos, e propõem políticas públicas adequadas para o meio rural, mantendo viva a agenda de reforma agrária.

A questão agrária é desta maneira, uma particularidade da questão social brasileira e um elemento de formação do Serviço Social, como expressa as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996, que elenca a questão agrária como um elemento da formação histórica e os processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira (ABEPSS, 1996). Sua apreensão vai ao encontro do Projeto Ético-Político profissional, que firma compromisso com a classe trabalhadora e suas lutas.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é fruto de um processo histórico de mudança no interior da profissão que incidiu na reformulação da prática profissionais dos/das assistentes sociais, almejando romper com o conservadorismo presente desde sua gênese, que os colocava como mero reprodutor dos interesses da classe

dominante, sem um projeto profissional próprio, e em uma nova visão sobre o papel do Serviço Social nas relações sociais capitalistas, propondo uma prática crítica e engajada apoiada em rigor científico, com forte impulso e valorização da pesquisa realizada pelos/as assistentes sociais.

Nesse sentido, a partir da década de 1980, ocorreu a criação e ampliação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e fomento a produção de conhecimento na área. A pesquisa é um elemento primordial para os assistentes sociais, que busca apreender criticamente a realidade social na qual está inserido para ter os elementos que fundamentam sua intervenção, ao mesmo tempo, a produção de conhecimento mobiliza a reconstrução crítica da prática profissional, tornando, assim, a pesquisa em um elemento constitutivo e constituinte do Serviço Social (BOURGUIGNON, 2007).

O Estado é o principal espaço de mediação entre Serviço Social e as refrações da questão social, que inclui a questão agrária, e as políticas sociais são os principais elementos de discussão e atuação dos/das assistentes sociais. O movimento de municipalização das políticas sociais expandiu o universo de atuação dos/das assistentes sociais, tornando-os mais presentes nas áreas rurais, e a reconceitualização firmou o compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos sociais e interesses dos/as trabalhadores/as, no entanto, observa-se que dificilmente o modelo de desenvolvimento agrário é debatido de uma forma mais aprofundada pela categoria e que esta não conseguiu se aproximar da mesma forma dos movimentos sociais do campo e suas demandas (DELGADO, 2010).

Desta forma, a discussão da questão agrária pela categoria se faz necessário, de maneira a qualificar suas intervenções profissionais e fortalecer a direção crítica do Projeto Ético-Político-Profissional (SANT'ANA; MASSON, 2018).

A pesquisa aqui empreendida realizou o levantamento da produção teórico-científica do Serviço Social sobre a questão agrária a partir da análise das produções dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social, entre os anos de 1996 e 2021. Nesse período foram produzidos 7346 trabalhos, destes 324 se relacionam com a questão agrária, o que representa 4,41% das produções. A partir da análise dos resumos e palavras-chaves das produções foi possível identificar que 40 delas fizeram alguma conexão entre a questão agrária e o Serviço Social, o que representa 12,34% da produção sobre o tema.

É possível perceber que o Serviço Social aumentou o número de produções sobre a questão agrária, o que revela um maior interesse da categoria em apropriar-se do debate, mas ainda se faz necessário a sua ampliação, especialmente em relação a produções sobre a atuação dos/das assistentes sociais na realidade rural.

Ao analisar a produção teórica por região, foi possível apontar que a região Nordeste e a região Sudeste concentram o maior número de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social, com 12 Programas em cada região, e a maior quantidade de produções sobre a questão agrária. A região Sudeste conta com a maior quantidade de produções sobre o tema, produziu 146 trabalhos sobre o tema. Na região, a UFV detém a maior concentração de produções sobre a questão agrária, dos seus 306 trabalhos, 37 são dedicados ao tema, o que representa 12,09%. Logo em seguida aparece a região Nordeste com 97 trabalhos produzidos sobre a questão agrária. Além disso, possui a IES que detém o maior quantitativo de trabalhos voltados para a questão agrária, a UFPE, com 45 trabalhos. A questão agrária se mostra de fundamental relevância para a região, um elemento primordial para a compreensão da questão regional.

Ao se analisar os dados por região foi possível confirmar que a construção da Pós-Graduação na área de Serviço Social também se baseia em uma noção de assimetria (NAZARENO; HERBETTA, 2019). A maior presença de produções na região Sudeste pode ser explicada pela maior quantidade de recursos e investimentos em pesquisa na região, que possui, historicamente, uma maior quantidade e os antigos Programas de Pós-Graduação.

A construção assimétrica da Pós-Graduação no país, que leva a uma presença muito maior de Programas e investimentos de pesquisa na região Sul e Sudeste e nos grandes centros urbanos, a diminuição da produção de conhecimento das ciências sociais e humanas, na qual o Serviço Social se insere, e a dificuldade de setores marginalizados da classe trabalhadora e suas pautas, que incluem a questão agrária, acenderem ao ensino superior e a Pós-Graduação, são tomados aqui como dificuldades estruturais que incidem sobre o Serviço Social e contribuem para o limitado número de produções no Serviço Social sobre a questão agrária.

Ao analisar as principais tendências teóricas das produções foi possível perceber que os pesquisadores da área têm apresentado uma discussão crítica sobre a temática, que se articulam aos princípios do Projeto Ético-Político da categoria e são orientados, hegemonicamente, por uma perspectiva crítica marxista. Foi verificado

uma presença marcante de duas categorias nas análises produzidas: a Teoria Marxista da Dependência e a superexploração do trabalho, essenciais para entender o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Também se verificou que os estudos empreendidos sobre os movimentos sociais do campo dão grande enfoque ao MST, um dos maiores e mais articulados movimento social da América Latina, de maneira que se apresenta como um objeto de pesquisa de grande interesse das ciências sociais e humanas; no entanto, tendo em vista a diversidade de organizações de resistência e movimentos sociais do campo ainda se faz necessário ao Serviço Social ampliar sua atuação junto a esses movimentos.

Outro ponto que se destacou foi a presença marcante de análises sobre o papel da mulher nas dinâmicas societárias rurais, nas relações de trabalho, nos movimentos sociais e cooperativas agrícolas e como interlocutora de políticas sociais e agrárias.

Foram encontrados trabalhos que se dedicam a avaliação crítica das políticas agrárias, dos assentamentos e da reforma agrária no Brasil e trabalhos voltados para a avaliação de políticas sociais e do processo de implementação dos equipamentos públicos nas áreas rurais. Essas produções contribuem imensamente com a atuação profissional dos/das assistentes sociais nas zonas rurais, tendo em vista que historicamente essas áreas contam com maiores problemas estruturais na implementação e execução de políticas sociais e uma população mais vulnerável. Sant 'Ana (2012) defende que a pouca preocupação do Estado em pensar políticas sociais para o campo e o sucateamento das políticas públicas nessas áreas, que incidem em relações precárias de trabalho para os/as assistentes sociais, impacta na produção teórica sobre sua atuação nas zonas rurais, consagrando suas produções nas expressões da questão social presentes no espaço urbano.

Desta forma, defende-se que a apreensão da questão agrária pela categoria passa também pelo processo de valorização profissional, defesa dos direitos sociais e ampliação das políticas sociais que reconheçam e respeitem as peculiaridades do espaço social rural.

A profissão precisa ampliar sua produção sobre a questão agrária, a partir de uma perspectiva marxista de totalidade, buscando no coletivo e na troca de saberes caminhos de construção de intervenções profissionais e políticas públicas, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que contribuem para melhorar as condições de vida da população que reside no meio rural com a defesa dos direitos e a

autonomia dos/as trabalhadores/as camponeses/as, a reforma agrária e a defesa da legitimidade dos movimentos sociais do campo.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Cadernos Abess**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-27, nov. 1996.
- BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Xamã & Edições Pulsar, 2009. 152 p.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social: fundamentos e História**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.
- BOTTOMORE, Tom (org.). Totalidade. In: BOTTOMORE, Tom. **Totalidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 382-383.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 10, n., p. 46-54, 2007. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1414-49802007000300005.
- CABRAL, Alysson André Oliveira. Reforma Agrária no Brasil: A Reforma (Im)Possível. **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, Recife, v. 1, n. 2, p. 19-39, jan. 2020.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 356 p.
- CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 127, p. 430-455, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/0101-6628.079.
- CARVALHO, Edmilson. **A Totalidade como categoria central na dialética marxista**. 2008. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- CASTRO, Mariana. **MST completa 37 anos e mostra a força da agricultura familiar durante a pandemia**. Brasil de Fato, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/mst-completa-37-anos-e-mostra-a-forca-da-agricultura-familiar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 8 out. 2022.
- CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020.

CHAVES, Patrícia Rocha. “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil 2020**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021. p. 24-38.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL. **Conflitos no campo: Brasil 2020**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2021. 284 p.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. Revisitando o Serviço Social clássico. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 166-180, 2017.

CUNHA, Joaci de S. GOVERNO TEMER: relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária. **Cadernos do Ceas**: Revista crítica de humanidades, [S.L.], n. 241, p. 301, 25 set. 2017. Universidade Católica de Pernambuco. DOI: 10.25247/2447-861x.2017.n241.p301-326.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE**: inserção e prática de assistentes sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 2010. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

DUARTE, Kamilla Alves. Serviço Social e questão agrária: apontamentos acerca da questão social no campo brasileiro. **Temporalis**, [S.L.], v. 15, n. 30, p. 307-333, 8 jan. 2016. Revista Temporalis. DOI:10.22422/2238-1856.2015v15n30p307-333.

FATO, Brasil de. **MST doa 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos durante a pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/mst-doa-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**: Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 333-362, dez. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. Cap. 5. p. 161-198.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 3, n. 1, p. 31-40, 2003.

FREITAS, Emanuel Jones Xavier; REIS, Mayara Alves. Pesquisa em Serviço Social: para onde caminhamos? **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 196-206, jun. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 120, p. 608-639, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/0101-6628.001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 9-33, jan. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A tese da identidade alienada. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 283-293.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 353 p.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982. 393 p.

KAMEYAMA, Nobuko. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço social: Avanços e Tendências. **Cadernos Abessa**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 33-76, jan. 1998.

LEITE, Acácio Z.; CASTRO, Luís F. Perdigão de; SAUER, Sérgio. A Questão Agrária no momento político brasileiro: Liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 247-274, jun. 2018.

LEITE, Sérgio Pereira; SAUER, Sérgio. **A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/12/22/a-estrangeirizacao-da-propriedade-fundiaria-no-brasil/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

LOPES, Josefa Batista. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 237-252, jan. 2016.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no serviço social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social no Brasil. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 121-153.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000200007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12309>. Acesso em: 27 abr. 2022.



MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 113-136.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (Fes) Brasil, 2021. 40 p.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Lesliane. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, [S.L.], v. 16, n. 32, p. 97-121, 26 fev. 2017. Revista Temporalis. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n32p97-121.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Proposta de reforma agrária popular do MST**. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Cap. 6. p. 161-195.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Desde o início da pandemia, MST já doou 3400 toneladas de alimentos**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/09/desde-o-inicio-da-pandemia-mst-ja-doou-3400-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 110, p. 213-240, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0101-66282012000200002.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-161.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010. 334 p.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 1-24, jan. 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Reforma agrária no Brasil. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Cap. 8. p. 104-163.

OLIVEIRA, Douglas Araújo de *et al.* A Questão Agrária na Formação Social Brasileira: desafios contemporâneos à Reforma Agrária. Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o serviço social. In:

RAMOS, Adriana *et al* (org.). **Desenvolvimento, Formação Social Brasileira e Políticas Públicas: Subsídio Analítico Para o Serviço Social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Cap. 10. p. 61-80.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 3, n. 7, p. 87-108, dez. 1989. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0103-40141989000300006.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. A influência norte-americana no serviço social: Formação histórica e rebatimentos contemporâneos. **Revista Serviço Social em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 94-111, mar. 2020.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 397-409.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária / social work and social policy in Brazil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 278, 30 dez. 2018. EDIPUCRS. DOI: 10.15448/1677-9509.2018.2.31751.

ROCHA, Rayane. **Fome avança e atinge 19,1 milhões de brasileiros**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fome-avanca-e-atinge-mais-9-milhoes-de-brasileiros-nos-ultimos-dois-anos/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. Cap. 13. p. 397- 409.

SANDRONI, Paulo. Neoliberalismo. In: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. p. 421-422.

SANT'ANA, Raquel Santos; MASSON, Gabriela Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional. **Serviço Social em Revista**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 195, 17 dez. 2018. Universidade Estadual de Londrina. DOI: 10.5433/1679-4842.2018v21n1p195.

SANT'ANA, Raquel Santos. Diretrizes curriculares da ABEPSS e a questão agrária. **Temporalis**, [S.L.], v. 19, n. 37, p. 205-221, 6 out. 2019. Revista Temporalis. DOI: 10.22422/temporalis.2019v19n37p205-221.

SANTANA, Raquel Santos. O Serviço Social e a questão agrária. In: SANTANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 3. p. 139-190.

SANT'ANA, Raquel Santos. Questão social e a particularidade do rural: um diálogo a partir da formação profissional em serviço social. In: Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, 6., 2018, Vitória. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**. Vitória: Ufes, 2018. p. 1-14.

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 120, p. 723-745, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/0101-6628.007.

SANTOS, José Filho Araújo. A Relação da Questão Agrária com a Questão Social Brasileira: Um solo de expressões para o Serviço Social. In: Seminário Cetros - Crise e Mundo do Trabalho no Brasil Desafios para a Classe Trabalhadora, 6., 2018, Itaperi. **Apresentação de Trabalho**. Itaperi: UECE, 2018. p. 1-14.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, [s. l.], v. 16, n. 29, p. 283-316, dez. 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007.

SILVEIRA, Darlene de Moraes; VIEIRA, Karina Melo. **Trabalho social com grupos**. Palhoça: Unisulvirtual, 2016. 62 p.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 10, n., p. 15-25, 2007. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1414-49802007000300002

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Saete *et al* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 685-689.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: SOCIAL, Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Abepss, 2009. p. 1-19.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. O Movimento De Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, 1., 2015, Florianópolis. **Anais do I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Florianópolis: Ufsc, 2015. p. 1-8.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Abepss, 2009. p. 1-28.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Abepss, 2009. p. 1-28.

## ANEXOS

## Anexo A – Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social (continua)

Sigla da IES	UF	Mestrado	Doutorado	Data de início do Programa
EMESCAM	ES	1	0	2009
FUFSE	SE	1	0	2011
FUFPI	PI	1	1	2002
UFT	TO	1	0	2019
PUC-GOIÁS	GO	1	0	2007
PUC/SP	SP	1	1	1972
PUC-RIO	RJ	1	1	1972
PUC/RS	RS	1	1	1977
UCPEL	RS	1	1	2006
UNB	DF	1	1	1990
UERJ	RJ	1	1	1998
UERN	RN	1	0	2014
UEPB	PB	1	0	2013
UEL	PR	1	1	2001
UECE	CE	1	0	2012
UNIOESTE	PR	1	0	2013
UNESP-FR	SP	1	1	1991
UFBA	BA	1	0	2019
UFPB-JP	PB	1	0	1978
UFAL	AL	1	1	2004
UFJF	MG	1	1	2005
UFMT	MT	1	0	2009
UFPE	PE	1	1	1979
UFSC	SC	1	1	2001
UNIFESP	SP	1	0	2016
UFV	MG	1	1	1992
UFAM	AM	1	0	2007
UFES	ES	1	1	2004

## Anexo A – Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social (conclusão)

Sigla da IES	UF	Mestrado	Doutorado	Data de início do Programa
UFMA	MA	1	1	1993
UFPA	PA	1	1	1996
UFRB	BA	1	0	2019
UFRJ	RJ	1	1	1976
UFRN	RN	1	1	2000
UFRGS	RS	1	0	2016
UFF	RJ	2	1	2002
Total		36	20	

Fonte: Elaborada pela autora com base em Sucupira, 2022.

Anexo B – Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

PRODUÇÕES	DATA
Processo de trabalho e saúde do trabalhador no campo: o setor da agricultura no ramo da fruticultura no município de Araruama (RJ)	2004
O valor da fome no Brasil: entre as necessidades humanas e a reprodução do capital	2015
Politização da questão ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política	2014
Agricultura em tempos caducos: sobre a teimosia do colapso natural	2015
A viabilidade da agricultura familiar no contexto da reestruturação produtiva: particularidades no Brasil	2005
Reforma agrária e a luta do MST: uma alternativa de inclusão?	2002
O assentamento Ireno Alves dos Santos no contexto da reforma agrária no Brasil: qual reforma hoje?	2009
Estudos sobre a natureza morta: a produção de alimentos à sombra da produção de valor	2014
Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da via campesina internacional na América Latina	2019
Desenvolvimento, emancipação e campesinato: a luta dos movimentos camponeses em face dos projetos de desenvolvimento no território fluminense no início do século XXI	2016
Modernizações conservadoras: entidades orgânicas do agronegócio (ABAG: 1993-2013)	2015
Formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: devir histórico e dimensão estratégia nas lutas políticas contemporâneas	2010
A força desarmada: presença da comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais	2004
Trabalhador rural de Araruama/RJ: mudanças nas condições de trabalho entre 2003-2008	2010
Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária	2018

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	569
Total de produções sobre a questão agraria	15
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	2,63%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo C - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceara (UECE)

PRODUÇÕES	DATA
Educação do campo: mediação necessária à constituição da práxis crítica do Serviço Social: uma interlocução com a formação profissional no entendimento da questão agrária como elemento emancipatório	2014
Projeto Juventudes Rurais: Identidades individuais e coletivas no serviço social da terra.	2015
A participação feminina como forma de resistência em meio ao avanço do agronegócio na chapada do Apodi – CE	2017
Questão social no Ceará, secas e o sistema de abastecimento de águas nas comunidades rurais da bacia do Banabuiú	2017
A dimensão política das escolas do campo do movimento dos(das) trabalhadores(as) rurais sem-terra (MST/CE)	2017
Análise comparativa entre os cursos de serviço social da UECE (serviço social da “terra” e serviço social regular) quanto a formação acadêmico-profissional	2017

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	109
Total de produções sobre a questão agraria	6
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	5,50%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo D - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

PRODUÇÕES	DATA
Mandona vem de família - um estudo de trabalho, gênero e poder entre trabalhadoras rurais	1996
Eldorado: um sonho de reforma agrária no rio de janeiro	1997
Assentamento: uma particularidade em construção	1998
Tranca e trabalho: estudo junto à colônia agrícola de Magé.	2000
A participação das mulheres no MST	2002
O vestido e a enxada: a participação feminina no campo	2008
Perspectiva e limites nos programas de regularização fundiária em terras públicas da união do rio de janeiro: o caso do setor 01 da Colônia Juliano Moreira	2012
Titulação como garantia de direitos: limites e entraves enfrentados para a regularização fundiária das comunidades quilombolas, prodígio e sobara situadas na região dos lagos do estado do Rio de Janeiro	2012

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	415
Total de produções sobre a questão agraria	8
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	1,92%

Fonte: autoria própria (2022).



Anexo E - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (continua)

PRODUÇÕES	DATA
A transição agroecológica e a atuação dos sujeitos políticos no fortalecimento da produção camponesa: um estudo sobre a experiência no Sítio Palmeira Velha, Glória do Goitá-PE	2021
Semeá, adubá, tratá: as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco	2020
O Estado nunca se vê, mas aparece sempre a tirar-nos as nossas coisas: o papel do estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape	2020
"Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor": tendências das demarcações de terras	2019
O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade	2018
Questão ambiental e assentamento rural: a luta por uma sustentabilidade alternativa no Assentamento Novo Horizonte II, em Maxaranguape (RN)	2007
Lutas e resistências nas "terras de preto": o caso de Santiago do Iguape	2015
A relação entre assessores e trabalhadores rurais: limites e possibilidades de uma relação democrática	2002
Participação dos agricultores familiares no Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cabrobó/PE	2016
As antinomias da função social da propriedade rural: as experiências do assentamento Normandia e do acampamento Papagaio na região Agreste de Pernambuco	2016
Recursos hídricos no território: os conflitos socioambientais por acesso à água no município de São José do Egito, Sertão do Pajeú-PE	2015
Pluriatividade na agricultura familiar no território da Mata Sul de Pernambuco	2013
Sindicalismo rural, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma aproximação crítica	2012
Aliança e oposição: relações entre trabalhadores rurais e o MST	2002
A morada do (a) Teimoso (a): As práticas Socioambientais de Resistência em Mãe Luiza/Natal - Um Território (in) Sustentável	2003
Estratégias políticas do sindicato dos trabalhadores rurais de Irauçuba e a reforma agrária	2003
A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalgodoeiro de Alagoas	2003
O MST e a educação: perspectiva de construção de uma nova hegemonia	2003
Água: recurso desencadeador de conflitos? os impactos sociais da construção da barragem Pirapama	2004
Processos religiosos e articulação de forças no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): um estudo sobre o assentamento Pedro e Inácio-Nazaré da Mata/Pernambuco	2004
O sindicato rural em Escada: uma leitura crítica às práticas assistencialistas	2004
O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação ao assistencialismo?	2004
Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Rurais do Sertão Central de Pernambuco	2010
O acesso à água como direito das populações do semiárido: práticas e discursos da Articulação no Semiárido (ASA)	2009
Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE	2009
Associativismo rural: estratégia de participação para consolidação da agricultura familiar na Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, em Picos - Piauí	2011
Associativismo: as cooperativas de caju em Picos Piauí - COCAJUPI	2011
Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: a cooperação agrícola e organização política dos trabalhadores rurais na Lagoa do Mineiro/Ceará	2011
Terra de mulher: as contradições que permeiam as relações de gênero e a titulação conjunta da terra no âmbito da agricultura familiar	2011
Território, políticas públicas e desenvolvimento rural na zona da mata sul de Pernambuco: o Conselho de Desenvolvimento territorial – CODETER	2017
Metamorfoses programáticas no MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do "novo desenvolvimentismo" no Governo Lula	2019
A geopolítica da sede no Brasil: um estudo sobre água e pobreza no campo	2017

Anexo E - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (conclusão)

PRODUÇÕES	DATA
As populações tradicionais e a carnicultura no capitalismo contemporâneo: uma análise da questão socioambiental na luta pelo território	2009
A mediação nas trilhas do desenvolvimento rural: a produção da desigualdade socioambiental e de gênero no assentamento Cajueiro Parnaíba/PI	2016
Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco	2014
Na trilha da ecologia política: a construção da barragem de Pirapama e a Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo Agostinho	2012
Crédito fundiário e desenvolvimento territorial entre o fetiche e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe	2013
Maracatu rural: luta de classes ou espetáculo? (Um estudo das expressões de resistência, luta e passivização das classes subalternas)	2003
O protagonismo feminino no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado	2004
O Trabalho Infante-Juvenil nas Atividades Rurais: desvendando a persistente inserção nas unidades familiares de produção	2005
PRONAF financiando a produção ou garantindo a reprodução?: um estudo de caso em Altinho – Pernambuco	2006
Capitalismo contemporâneo e questão ambiental: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social	2008
Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras	2009
Produção de Conhecimento do Serviço Social Sobre a Questão Ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico metodológicos e ídeo-políticos	2015
Gestão social do Programa Territórios da Cidadania da Mata Sul de Pernambuco: limites e perspectivas da democracia participativa no desenvolvimento territorial rural	2016

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	412
Total de produções sobre a questão agrária	45
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	10,92%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo F - Produções do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV) (continua)

PRODUÇÕES	DATA
A análise do PNPB, com foco no Projeto Polos de Produção de Biodiesel: trajetória e transversalidade de gênero	2016
Arranjo produtivo de café, redes sociais e qualidade de vida: um estudo com agricultores familiares do Espírito Santo	2012
A escola no campo: ouvindo crianças e adolescentes da zona rural do município de viçosa, MG	2013
A família no programa residência agrária: a visão dos atores da universidade federal do Ceará	2011
A interrelação entre atividade laboral, familiar e qualidade de vida de trabalhadores do setor de agropecuária de uma universidade pública	2011
Agroecologia e gênero: a construção de um "novo horizonte"	2004
Agroindústria canavieira e desenvolvimento local, Bambuí-MG	2011
Agroindústria familiar: um retrato a partir dos agricultores familiares de viçosa/mg.	2018
As interfaces entre a modernização e a qualidade de vida dos produtores de milho do estado do Espírito Santo	2003
Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG	2017
Avaliação de egressos de um programa de ação formativa para promoção social de famílias rurais	2007
Da antiga à nova soberbo: contradições da modernidade no processo de deslocamento/reassentamento das famílias atingidas pela UHE/Candonga	2008
Estratégias de geração de renda, segundo as fases do ciclo da vida familiar e tipo de atividade agrícola: um estudo em pequenas propriedades rurais, Viçosa-MG	2001
Influência da associação de pequenos agricultores familiares na qualidade de vida dos associados e suas implicações no desenvolvimento local - APAEB/Valente-BA	2003
Ítalo-brasileiros: herança e relações de gênero na capital nacional do agroturismo	2018
Legislação ambiental e reprodução socioeconômica de pequenos produtores rurais da microbacia hidrográfica do córrego do grama, Coimbra/MG	2011
Moradia e consumo no campo: mudanças e permanências face ao processo de urbanização na zona rural de araponga, MG	2013
O lugar do assentamento nos projetos de vida das famílias assentadas: o caso do assentamento Margarida Alves, em Bambuí, MG	2011
O turismo rural e suas potencialidades: uma análise exploratória do processo de integração e implicações sobre a qualidade de vida - Ipatinga, MG	2005
Os pólos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável em rio branco no acre: da proposição à realidade	2008
Programa de aquisição de alimentos em Paula Cândido, MG: um mecanismo de empoderamento dos agricultores familiares?	2018
Projeto de vida e trabalho dos jovens no contexto das "novas ruralidades": o caso dos estudantes da EFA de Tianguá/RJ	2006
Protagonismo, participação e projetos de vida: movimento dos jovens agroecológicos no município de Araponga-MG	2014
Qualidade de compota de goiaba produzidas por agroindústrias familiares informais e a visão do consumidor	2003
Realidade, significado e expectativas do programa nacional de habitação rural: o caso de Guiricema e São Miguel do Anta – MG	2014
Transformações na casa e nos modos de morar no rural mineiro: uma análise das décadas de 1960 a 2010	2017
Subjetividade juvenil e ruralidade: concepções de jovens acerca de si mesmos	2018
Terra trabalho, parentela e fé: uma abordagem sobre o espaço social e a herança afrodescendente na comunidade rural de nogueira, Ponte Nova - MG	2007
Tiendas tradicionais de alimentos: uma estratégia em busca de seguridad alimentaria	2017
Trabalho associativo: a experiência das mulheres da associação de produtores de agroartesanato de Viçosa (ASSOV)	2017
Artesanato de palha de milho em Brás Pires-MG: trabalho feminino e associativismo	2016

Anexo F - Produções do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV) (conclusão)

PRODUÇÕES	DATA
Casamento na roça: uma análise no município de Porto Firme, Zona da Mata de Minas Gerais	2010
A aposentadoria do idoso do meio rural: implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida	2011
A influência da aposentadoria rural no habitus da mulher idosa em um pequeno município da zona da mata mineira	2017
O programa bolsa-família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí - MG	2011
O estudo da relação educação - trabalho na divisão educacional agrícola Arthur Bernardes com adolescentes carentes - Viçosa/MG	1999
Padrão de trabalho da mulher rural e sua contribuição no desenvolvimento dos recursos familiares	1998

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	306
Total de produções sobre a questão agrária	37
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	12,09%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo G - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

PRODUÇÕES	DATA
O trabalho das crianças na agricultura familiar capixaba	2006
A configuração do êxodo rural no assentamento Santa Rosa II Abelardo Luz SC: uma análise em construção 1986/2008	2009
Manda quem pode, obedece quem tem juízo: cotidiano, trabalho e valores dos trabalhadores rurais de Inajá, sertão de Pernambuco	2019
A produção da viticultura no município de Toledo/PR: uma experiência em construção da agricultura familiar 2000-2010	2012
Os desafios para a democratização do acesso a água no semiárido da caatinga do sertão central cearense	2012
Entre as curvas do rio: a luta para o acesso à terra e a criação da Reserva Extrativista Médio Purus no estado do Amazonas	2016
Fazenda da Juta/SP: uma trilha entre o rural e o urbano: trajetória de luta e resistência no assentamento de um povo	2018
Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST-SP - 1999/2003	2005
Um estudo sobre uma experiência rural associativa: o processo de participação coletiva. Campo Limpo - Pará, 2003-2007	2007
Josué de Castro: fome e repercussões sociais	2009
Tessituras dos territórios de identidade na Bahia: gestão territorial, trajetórias e vivências coletivas de participação	2021
Água: o difícil percurso de preservação e acesso na sub-bacia paranaense do rio São Francisco Verdadeiro	2012
Metodologia de intervenção socioambiental: a consolidação de interfaces na perspectiva do desenvolvimento sustentável	2004
A (in)visibilidade do Brasil rural no serviço social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas	2012
Uma análise sócio-histórica da construção da identidade do caboclo da região de Curitibanos, Santa Catarina	2005
A presença/ausência da cobertura à população rural pelo SUAS Sistema Único de Assistência Social: os casos das cidades de Londrina/PR e do Vale do Paraíba/SP	2008
A invisibilidade das ruralidades para a política de assistência social: um estudo no município de Biritiba Mirim	2017

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	1049
Total de produções sobre a questão agraria	17
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	1,62%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo H - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

PRODUÇÕES	DATA
Renda da terra e agronegócio: reflexões sobre a questão agrária no Brasil do século XXI	2020
Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil	2019
Terra e território na América Latina: o desafio indígena na era do capital	2019
A Guerrilha de Porecatu-PR: uma experiência de organização política no campo	2020
Estratégias de resistência na luta pela terra: um estudo sobre o quilombo da Pedra Branca no município de Praia Grande (SC)	2019
As transformações do espaço e tempo no mundo rural: uma análise a partir do assentamento Conquista na Fronteira	2018
Terras indígenas no Brasil estudo sobre os processos demarcatórios nos governos Lula e Dilma	2015
Questão agrária: um diálogo entre clássicos e a luta camponesa contemporânea	2015
O sindicato de trabalhadores rurais de Teófilo Otoni: uma aproximação à configuração histórica da "questão agrária" no Brasil	2013
Questão indígena e capitalismo dependente	2014
Políticas públicas e lutas sociais no meio rural: dilemas e contradições do PRONAF	2013
Da pedagogia da hegemonia burguesa ao difícil caminho de construção de uma contra-hegemonia: o protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo Lula	2012
A mídia digital e os novos aparelhos privados de hegemonia na luta de classes: uma análise do sítio do MST	2012
O Sofrimento dos trabalhadores da agroindústria Sadia S.A. de Chapecó	2011
Processos de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: cartografias do cotidiano em um assentamento de reforma agrária	2009
O Sistema de Integração na Produção de Aves no Oeste Catarinense: Análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores	2010
Determinação recíproca entre a questão social e a questão agrária: pressupostos teórico-analíticos	2019
Questão ambiental e sustentabilidade na produção de literatura do Serviço Social	2015

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	267
Total de produções sobre a questão agrária	18
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	6,74%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo I - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da  
Universidade de Brasília (UnB)

PRODUÇÕES	Data
Ordem e Contra-Ordem: O Processo Político Constitutivo do MST – Uma Análise do Assentamento Rio Vermelho	1997
Organização da Sociedade Civil como base para uma Política Social Redistributiva – A Reforma Agrária e o MST no Brasil	2000
Segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas	2007
Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar e nutricional (2003-2006): atores, idéias, interesses e instituições na construção de consenso político	2009
Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: reflexões no contexto das políticas públicas sociais	2012
O associativismo no Projeto São Francisco: estudo de caso da Vila Produtiva Rural Negreiros	2012
Questão agrária e direito à saúde: o lugar da saúde no projeto político do Movimento Sindical de Trabalhadores(as) Rurais	2013
Insegurança alimentar e os assentamentos como espaços de resistência aos descaminhos da alimentação da produção ao consumo: a ação do MST no Distrito Federal e Entorno	2014
Estranhos no quintal de Miguilim: a lógica do agronegócio no Vale do Jequitinhonha	2015
O acesso, posse e controle da terra das mulheres rurais nas comunidades do distrito de Inharrime	2016
Questão agrária e luta pela terra: a consolidação dos assentamentos de reforma agrária do MST no Distrito Federal e Entorno	2017
Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e alimentos orgânicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Distrito Federal (DF) de 2009 a 2018	2019
Relações entre escolarização, pobreza e posições de classe no campo brasileiro e suas implicações para as políticas educacionais	2019

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	265
Total de produções sobre a questão agraria	11
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	4,15%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo J - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC RS)

PRODUÇÕES	DATA
Manifestações dos modos de viver caboclo: uma cartografia coletiva num assentamento de reforma agrária	2007
O programa nacional de alimentação escolar e seus impactos para os agricultores assentados	2015
Produção e reprodução do capital nas economias dependentes e as implicações na questão agrária: o acirramento das desigualdades e os processos de resistência do campesinato brasileiro	2021
O silêncio dos silenciados: a desproteção social dos trabalhadores rurais	2007
Serviço social campeando a inserção da população do campo na atenção básica em saúde nos pampas	2016
A dinâmica sócio-histórica brasileira sob o galope contido da política de assistência social no meio rural	2017
Sementes lançadas em terras distantes: o direito à assistência social para a população rural	2018
A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso	2006
Cras rural: lugar de efetivação da política de assistência social: estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas	2011
Política de segurança alimentar nutricional e sua inserção ao Sistema Único de Assistência Social	2011
Territorialidade e proteção social: um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural	2013
Segurança alimentar em tempos de (in)sustentabilidades produzidas	2009

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	366
Total de produções sobre a questão agrária	12
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	3,27%

Fonte: autoria própria (2022).



Anexo K - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

PRODUÇÕES	DATA
Capital, trabalho, saúde e meio ambiente: uma relação destrutiva analisada em uma indústria de pelotização	2011
As experiências de Ensino Médio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas contribuições à emancipação humana	2013
Uma leitura marxista da questão alimentar no Brasil: o guia alimentar para a população brasileira em questão	2014
O trabalho no corte manual de cana-de-açúcar na agroindústria canavieira campista: a perspectiva do trabalhador e da imprensa	2016
Migrantes temporários da cana de Alagoas: homens de vida amarga no doce rio de açúcar e álcool	2017
Crise do capital, reversão neocolonial e os impactos sobre a Questão Agrária brasileira	2017
A Contrarreforma agrária no Brasil (1995-2014)	2017
O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio	2018
Para a crítica da ecologização do capital	2020

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	235
Total de produções sobre a questão agrária	9
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	3,82%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo L - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

PRODUÇÕES	DATA
Envelhecimento e questão agrária: a realidade do assentamento rural Tereza do Cedro em Uberaba/MG	2018
A nova senzala é logo ali: ao lado da Capital do Agronegócio; lá nos fundos dos canaviais sertanezinhos	2011
Temática agrária e escola: apoio, entaves ou indiferença	2007
Nos talhões dos canaviais: a narrativa de uma história em construção	2011
Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária	2006
Estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana de Barrinha/SP diante do crescente processo de mecanização do corte	2007
O espaço social em questão: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto	2006
Família e trabalho: análise das relações familiares de trabalhadores rurais de Altinópolis – SP	2001
Os canavieiros de Rio das Pedras - SP: vida e trabalho	2001
A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social? Uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara no município de Uberaba/MG	2016
O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social de MS	2015
O trabalho rural e a sazonalidade do café: um estudo sobre assalariados do município de Campo Belo - MG	2014
Turismo rural: uma viagem de inclusão produtiva	2013
As condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária	2013
Mulheres assentadas e saúde: uma análise a partir do Programa de Saúde da Família (PSF)	2011
Clamores da luta pela terra: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social	2007
Reciclando o destino: a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de recicláveis e autogestor de seu ofício	2010
Ilha Solteira e Projeto Cinturão Verde: história e contradições	2004
Trabalho no corte da cana-de-açúcar e o lazer: uma análise dos tempos de lazer cultural	2013
Açúcar amargo: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras-SP	2007
olhando possibilidades: uma análise do programa AgroVida	2007
O perfil educativo dos Assistentes Sociais atuantes nas expressões da questão agrária da sub-região de Andradina (SP)	2007
A geração de renda no Seringueiras (Uberlândia - MG), a partir de trabalhadores de mão-de-obra não qualificada e de baixa escolarização: uma leitura de justiça como equidade em processo político de intervenção do Serviço Social	2001
Família e cooperativismo: o ethos cooperativista na região de Franca/SP	2015

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	401
Total de produções sobre a questão agrária	24
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	5,98%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo M - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Estadual do Sergipe (UFS)

PRODUÇÕES	DATA
As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas e os mecanismos de fiscalização dos direitos trabalhistas	2017
DECIFRANDO O ENIGMA: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação das políticas de inclusão produtiva no rural do município de Arapiraca-AL	2017
A reforma agrária no governo Dilma	2017
Participação, movimentos sociais e desenvolvimento territorial no Colegiado do Alto Sertão Sergipano	2016
Questão agrária e questão social: relações e algumas mediações do caso brasileiro	2014
POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: uma abordagem sobre o acesso dos usuários à atenção primária na zona rural do município de Monsenhor Hipólito/PI	2021

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	91
Total de produções sobre a questão agraria	6
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	6,59%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo N - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

PRODUÇÕES	DATA
Política educacional e educação do campo: um estudo de caso no assentamento de reforma agrária – Glória – Município de Pedras Altas – Pelotas	2008
As políticas de crédito do governo federal no período de 1969 a 1999, reflexos no trabalho e na situação econômica da orizicultura gaúcha: o caso de Pelotas	2008
O papel das Organizações de Economia Solidária na promoção da sustentabilidade dos Agricultores Familiares Agroecológicos da região de Pelotas	2009
Cooperativismo de crédito: atuação da CRESOL como fator de desenvolvimento socioeconômico e combate à pobreza na região Sul / RS	2011
Limites e desafios do acesso ao alimento agroecológico: a Feira Virtual Bem da Terra como estratégia de comercialização solidária	2019
As cooperativas de leite autodenominadas da agricultura familiar, CLAFs: o equilíbrio instável entre inclusão e sustentabilidade	2019
Conquistas e retrocessos do PRONERA – estudo de caso das turmas especiais de medicina veterinária da Universidade Federal de Pelotas	2021

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	227
Total de produções sobre a questão agraria	7
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	3,08%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo O - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

PRODUÇÕES	DATA
Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo-PB na luta pelo direito social à terra	2017
"Não tem como a gente entrar numa graduação e sair uma mesma pessoa, não": a construção da identidade profissional das discentes do curso de agroecologia (IFPB/CAMPUS PICUI)	2019

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	72
Total de produções sobre a questão agraria	2
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	2,77%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo P - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

PRODUÇÕES	DATA
Vozes, silêncios e lágrimas: as violências contra as mulheres rurais no território do recôncavo da Bahia	2022

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	2
Total de produções sobre a questão agrária	1
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	50%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo Q - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

PRODUÇÕES	DATA
Agricultura familiar: uma estratégia de resistência as condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual	2013
Programa bolsa floresta: a inserção dos moradores da comunidade Bela Conquista da Reserva Extrativista Catua-Ipixuna AM	2012
O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas	2019
Associativismo e agricultura familiar: construção de indicadores de sustentabilidade para a associação "Flores da Eva" no município de Rio Preto da Eva-AM	2014
Organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas de Maués	2010
Trabalho e sustentabilidade: manejo de andiroba pela Coopfitos e Comunidade Canaã no município de Manaquiri-AM	2014
Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da Sustentabilidade: Estudo a partir do Programa Bolsa Família nos CECFs em Manaus/AM	2020

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	128
Total de produções sobre a questão agrária	7
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	5,46%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo R - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

PRODUÇÕES	DATA
Os desafios da licenciatura em educação do campo no IFPA - campus de Abaetetuba/PA	2014
Os desafios da licenciatura em educação do campo no IFPA - campus de Abaetetuba/PA	2014
Cooperativa agrícola resistência do Tocantins - CART: alternativa de organização sócio-produtiva do pequeno produtor rural em Cametá/Pará	2011
Concepções e práticas dos sujeitos envolvidos no curso de licenciatura em educação do campo no polo de Castanhal/PA	2013
O cerco da empresa Suzano no assentamento Califórnia e na Vila Sudelândia: resistência frente ao agronegócio	2014
Agricultura familiar: o processo de formação para sustentabilidade na comunidade de Marupaúba município de Tomé-Açu-PA	2010
Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará: estratégia de parceria das empresas Agropalma e Biopalma	2014
A mulher trabalhadora rural do Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, em Castanhal – PA	2012
Mercado de terras, apropriação e exploração dos recursos naturais na Amazônia: o caso da Gleba Nova Olinda no Estado do Pará	2016
Juventude rural e trabalho: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Distrito de Mosqueiro – Belém/PA	2016
O processo organizativo do MST através dos núcleos de base: a experiência do Assentamento João Batista II - Castanhal/PA	2013
Política de segurança alimentar e nutricional face à fome e à desnutrição no arquipélago do Marajó: análise da realidade do CONSAD-Arari	2013

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	106
Total de produções sobre a questão agrária	12
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	11,32%

Fonte: autoria própria (2022).



Anexo S - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da  
Universidade Federal do Pará (UFMT)

PRODUÇÕES	DATA
A judicialização da questão agrária: quilombos e assentamentos de Mato Grosso	2016
A agricultura familiar e o Código Florestal: desafios para uma política socioambiental na contemporaneidade	2013
Trabalho escravo rural contemporâneo e a implementação do projeto de qualificação para os egressos no estado de Mato Grosso	2012
O Programa de Aquisição de Alimento da Agricultura Familiar: o caso da Associação Chico Mendes de Rondonópolis - MT	2013
Terras quilombolas e políticas públicas: análise dos impactos do processo regulatório na comunidade Lagoinha de Baixo/MT	2014
Cooperativismo: uma análise comparativa entre a perspectiva de Marx e a proposta do MST	2014

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	68
Total de produções sobre a questão agraria	6
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	8,82%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo T - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Pará (UFMA)

PRODUÇÕES	DATA
Relação do movimento sem-terra - MST com o estado na construção de políticas públicas de educação do campo no Maranhão (2003 - 2016)	2019
Relações de Trabalho e Resistência Camponesa no Desenvolvimento Dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão	2013
O Fetichismo da Proletarização na Agricultura: uma análise da produção de soja em Balsas/MA	2017
li plano nacional de reforma agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima	2009
A Cooperação Agrícola na Organização Política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão	2008
Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial e o Enfrentamento à Pobreza Rural: avaliação do processo de implementação do Programa Territórios da Cidadania no Município de Anajatuba MA	2015
Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade Itapari/Panaquatira do município de São José de Ribamar/MA no período de 2011 a 2015	2017
Rupturas e permanências no processo de emancipação da mulher trabalhadora rural: análise da concessão de crédito no contexto do PRONAF na Baixada Ocidental maranhense	2017
Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão	2007
Organização e Resistência de Trabalhadores Rurais na Luta Pela Terra no Maranhão: entre a necessidade e a liberdade	2019
Controle social: a dimensão política das compras da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	2020
Cooperativismo nos Processos de Organização Política e Econômica dos Trabalhadores da Luta Contra A Expropriação Capitalista No Campo: a resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Maranhão	2014
O MIQCB: aspectos organizativos e o processo de organização do movimento	2017
A Relação Serviço Social e Questão Agrária na Contemporaneidade: Inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão	2010
O serviço social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal: “velhas” e “novas” demandas profissionais	2018

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	229
Total de produções sobre a questão agrária	15
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	6,55%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo U - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Alagoas (UFAL)

PRODUÇÕES	DATA
A subordinação da agricultura ao capital: transformações da produção agrícola na sociabilidade capitalista	2020
Transposição do rio São Francisco e renda fundiária: uma análise da propriedade camponesa do Alto Paraíba-PB	2019
A superexploração do capital sobre os trabalhadores dos canaviais de alagoas ao longo da história	2018
Os impactos sobre a biodiversidade e saúde humana decorrentes da utilização de agrotóxicos no Brasil	2017
O advento da industrialização no Brasil e o processo de modernização da agroindústria canavieira	2015
Cooperação no MST: entre os avanços para a luta dos trabalhadores rurais por transformação social e os limites para a emancipação humana	2010
A concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra MST	2008
A agricultura familiar no Brasil e as transformações no campo no início do século XXI	2010
Questão agrária brasileira e a inserção do Serviço Social em políticas sociais para o campo	2014

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	134
Total de produções sobre a questão agraria	9
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	6,71%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo V - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

PRODUÇÕES	DATA
Caldo de cana, bagaço de gente: desproteção e degradação do trabalho na agroindústria canavieira	2013
Trabalhadores migrantes no corte da cana-de-açúcar: precarização e exploração do trabalho	2013
As relações produtivas no campo e na indústria da cana de açúcar paraibana	2009

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	94
Total de produções sobre a questão agraria	3
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	3,19%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo W - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Estadual do Oeste do Pará (UNIOESTE)

PRODUÇÕES	DATA
Crítica ontológica da relação homem/natureza na sociedade capitalista moderna: a ecologia e suas refrações no serviço social	2020
A agroecologia como paradigma para a promoção do direito humano à alimentação: a atuação da ASSESOAR no sudoeste paranaense	2018
Implicações socioambientais no espaço da Sanga Pinheirinho em Toledo - PR	2016

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	55
Total de produções sobre a questão agraria	3
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	5,45%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo X - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal Juiz de Fora (UFJF)

PRODUÇÕES	DATA
A unidade estrutural entre questão agrária e “questão social” no capitalismo brasileiro	2019
Os fundamentos sócio-históricos do processo de criminalização do movimento dos trabalhadores sem-terra no Brasil	2012
Entre palmos e medidas: memórias sobre a apropriação das terras no Quilombo de Santo Antônio do Morro Grande	2012
Entre o urbano e o rural: limites e fronteiras em transição no município de Juiz de Fora	2008
Por corações e mentes: a configuração do projeto da classe dominante na educação profissional da juventude do campo: um estudo acerca da iniciativa Pronatec Campo/ Senar/ Cna	2016
Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade	2013
Trabalhador rural: a parte que te cabe na previdência social	2018
A saúde do trabalhador no âmbito rural de Lavras/MG e região: considerações a partir da economia política do capitalismo dependente	2018
Serviço social e questão agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social	2015

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	188
Total de produções sobre a questão agraria	9
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	4,78%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo Y - Produções do Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF)

PRODUÇÕES	DATA
Segurança alimentar e nutricional e covid-19: uma análise da atuação da sociedade civil em âmbito nacional e no estado do Rio de Janeiro	2021
A colônia vazia: trabalhadores sem trabalho e sem morada na fazenda de café do Sul de Minas Gerais	2012
Estudo sobre os ameaçados de morte nos conflitos pela terra no sudeste do Pará a partir de lideranças de movimentos sociais	2016
O empoderamento da mulher na agricultura familiar da cidade de Carvalhópolis-MG	2012
A Indicação Geográfica como indutora da organização dos pequenos produtores: o caso "Café das Montanhas do Sul de Minas Gerais	2012
Inter-relações entre a agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Machado-MG	2012
Gênero, Trabalho e Migração: Lugares de Homens e de Mulheres na Lavoura de Café do Sul/Sudoeste de Minas Gerais	2017
Análise da trajetória histórica de inclusão de compra de alimentos da agricultura familiar e conexões entre agricultura e nutrição no Programa de Alimentação Escolar no Brasil e nos EUA	2018
Do Embate Semântico ao Desafio da Práxis: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária	2019
Geração de renda e capital social na agricultura familiar: avaliando dois centros comunitários de produção da Eletrobras	2016
O projeto de desenvolvimento sustentável (pds) e a construção de novos modelos de assentamento rural: o caso do assentamento osvaldo de oliveira do mst em Macaé-RJ	2018
O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE DESASTRES AMBIENTAIS: um estudo sobre o Norte Fluminense/RJ	2018
Programa Bolsa Família: Mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado- MG	2012

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	327
Total de produções sobre a questão agraria	13
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	3,97%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo Z - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Total de produção	28
Total de produções sobre a questão agraria	0
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	0%

Fonte: autoria própria (2022).



Anexo AA - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

PRODUÇÕES	DATA
A política agrária no Brasil: uma análise sobre o alcance da proteção social no campo	2021
A proteção jurídica da terra no Brasil	2019

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	181
Total de produções sobre a questão agrária	2
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	1,10%

Fonte: autoria própria (2022).

**Anexo BB - Produções do Programa de Pós-Graduação em Política Social da  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**

PRODUÇÕES	DATA
A participação do movimento de pequenos agricultores na execução do Programa Nacional de Habitação Rural no Espírito Santo	2015
O PRONAF e os Seus Reflexos para Agricultura Familiar	2014
Os Migrantes Cortadores de Cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência	2014
Organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Espírito Santo: o processo de construção da FETAES	2011
A luta do campesinato e o programa de aquisição de alimentos: um olhar crítico	2019
A mercantilização dos alimentos e a acumulação ampliada de capital: a produção agrícola e o abastecimento alimentar na atualidade brasileira	2019
Questão de Gênero e MST: os Coletivos de Auto-organização das Mulheres no Espírito Santo	2018
Formas de inter-relação agroecologia e saúde como crítica ao capital	2018
A construção do papel da agroecologia no Programa Agrário do MST	2017
Questão agrária, superexploração e migração temporária: o Vale do Jequitinhonha na dialética do capitalismo dependente	2016
Trabalho Escravo Rural Contemporâneo: Superexploração Extremada, Latifúndio e Estado	2008

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	175
Total de produções sobre a questão agrária	11
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	6,28%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo CC - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

PRODUÇÕES	DATA
Os trabalhos não remunerados das mulheres rurais no Brasil: um estudo a partir da PNAD contínua – 2018	2019
Reforma agrária de mercado: uma análise da participação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no programa nacional de crédito fundiário em Touros/RN	2017
O "novo" discurso hegemônico da (in)sustentabilidade do capitalismo verde: uma análise crítica	2014
Terra para viver e trabalhar: contribuições críticas ao programa nacional de crédito fundiário.	2012
Os caminhos da transição agroecológica: uma análise das experiências da agricultura familiar camponesa no território dos vales do Curu e Aracatiaçu	2012
A assistência técnica e extensão rural no assentamento modelo: proposição e realidade	2009
Violência contra a mulher no universo rural: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo	2013

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	186
Total de produções sobre a questão agraria	7
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	3,76%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo DD - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

PRODUÇÕES	DATA
FAO, Fome e o direito à alimentação no Brasil: movimentos e contradições	2020

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	53
Total de produções sobre a questão agrária	1
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	1,88%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo EE - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Total de produção	2
Total de produções sobre a questão agraria	0
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	0%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo FF - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

PRODUÇÕES	DATA
Movimento de Mulheres Camponesas - uma análise do feminismo camponês popular	2018

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	55
Total de produções sobre a questão agrária	1
Porcentagem de produções sobre a questão agrária	1,81%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo GG - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIAS)

PRODUÇÕES	DATA
A construção da identidade de três gerações do MST assentamento rancho grande-goiás	2009
Trabalho temporário: bóias-frias na agroindústria canavieira no município de Inhumas-GO	2014
O trabalhador rural no Brasil e a previdência social: desafios enfrentados na garantia de proteção social na região metropolitana de Goiânia-goiás, no período de 2009-2012	2013

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	145
Total de produções sobre a questão agraria	3
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	2,06%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo HH - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Total de produção	6
Total de produções sobre a questão agraria	0
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	0%

Fonte: autoria própria (2022).



Anexo II - Produções do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

PRODUÇÕES	DATA
Produção e reprodução da agricultura familiar em tempos de expansão e monopolização do negócio sucroalcooleiro no município de União-Piauí	2021
A (in)sustentável questão fundiária e ambiental do cerrado piauiense: a confluência de interesses entre estado e o agronegócio na expansão da monocultura	2015

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	155
Total de produções sobre a questão agraria	2
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	1,2%

Fonte: autoria própria (2022).

Anexo JJ - Produções do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

PRODUÇÕES	DATA
Parâmetros do programa de distribuição de ração e as demais políticas agropecuárias do município de presidente Kenedy-es	2021
Avaliação do perfil nutricional, hábitos de vida e fatores associados da população rural de Anchieta (ES): contribuições para elaboração de ações sociais e de saúde	2013

Fonte: autoria própria (2022).

Total de produção	245
Total de produções sobre a questão agraria	2
Porcentagem de produções sobre a questão agraria	0,81%

Fonte: autoria própria (2022).